

11011  
33110217.0  
V65200  
Tec /mem

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SISBI/UFU



1000214812

ORDEM E PROGRESSO.

COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO:  
O CASO DE SINOP

UBERLÂNDIA

2003

**PAULO ALBERTO DOS SANTOS VIEIRA**

**ORDEM E PROGRESSO.**

**COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO:  
O CASO DE SINOP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

**UBERLÂNDIA – MINAS GERAIS**

**2003**

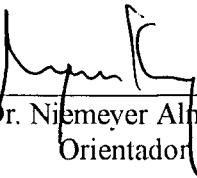
## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

V6650 Vieira, Paulo Alberto dos Santos, 1965-  
Ordem e Progresso. Colonização e desenvolvimento em Mato Grosso : o caso de Sinop / Paulo Alberto dos Santos Vieira. - Uberlândia, 2003.  
182f. : il.  
Orientador: Niemeyer Almeida Filho.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.  
Inclui bibliografia.  
1. Desenvolvimento regional - Mato Grosso - Teses. 2. Reforma agrária - Teses. 3. Agricultura e Estado - Teses. 4. Colonização - Teses. 5. Migração interna - Teses. I. Almeida Filho, Niemeyer. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

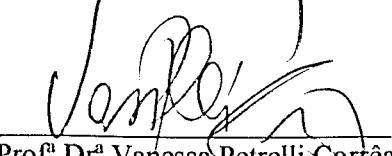
CDU: 332.146.2(817.2)

Dissertação defendida e aprovada em 06 de junho de 2003, pela banca examinadora:

  
Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho  
Orientador

  
Prof. Dr. Antonio César Ortega

  
Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

  
Profª Drª Vanessa Petrelli Corrêa

Coordenadora em Exercício do Programa de Pós-Graduação em Economia

Uberlândia, 06 de junho de 2003.

RASQUEADO DO PAU RODADO  
Pescuma e Pineto

Não agüento mais ser  
chamado de pau rodado  
não agüento mais ser  
chamado de pau rodado  
já tomo licor de pequi  
já danço o siriri,  
como bagre ensopado  
sou devoto de São Benedito  
até já danço o rasqueado.

Adoro banho de rio  
vou direto pra Chapada  
na noite cuiabana tomo  
todas bem geladas  
sou viciado no bozó,  
pescaria e cururu  
tomo pinga com amargo  
como cabeça de Pacú

Eá éá éá éá  
só não nasci em Cuiabá  
mas no que eu cresci  
meu Bom Jesus mandou buscar  
mas no que eu cresci  
meu Bom Jesus mandou buscar

Em todo Mato Grosso o migrante é, carinhosamente, chamado de pau rodado. Este trabalho é dedicado aos migrantes e aos colonos que, na busca de dias melhores, redescobrem, a todo momento, este nosso imenso país.

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais esta etapa de minha formação profissional e abrir novas perspectivas para o futuro próximo, quero externar meus agradecimentos as pessoas e a diversas instituições, que muito contribuiram para que pudesse chegar até aqui. A tarefa é difícil e corro o risco de esquecer-me de alguém, mas ainda assim, enfrentando-o, registro meus agradecimentos a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – por possibilitar minha liberação plena das atividades relacionadas à docência durante todo o período correspondente à qualificação profissional. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa de estudos que, mesmo acanhada nos valores atualmente praticados, permitiu-me experimentar uma situação apropriada ao desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia e ao Colegiado do Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela recepção e pela destinação, por um breve período, de recursos sem os quais o início desta trajetória seria muito mais difícil.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – em Mato Grosso, ao Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT –, a Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso – SEPLAN – e a Colonizadora Sinop. Instituições que, na medida do possível, permitiram a consulta de seus arquivos, além da colaboração prestada por seus técnicos e funcionários.

No Departamento de Ciências Contábeis da UNEMAT, onde trabalho, tive o privilégio de conviver com jovens e talentosos profissionais que foram os principais responsáveis pelos êxitos alcançados ao longo de dois anos de mandato. Ao mencionar as professoras Beatriz Fátima, Giancarla Fontes e Luceni Grassi, agradeço a todo corpo docente do Departamento pela oportunidade a mim concedida. Com Patrícia Helena pude compartilhar dificuldades e aprendizados decorrentes da gestão universitária; nossa amizade, que hoje alcançou grande maturidade, originada no interior da UNEMAT, há muito extrapolou as fronteiras universitárias.

Quando estive em Sinop pela primeira vez, ainda não havia sido selecionado para o Programa de Pós-Graduação em Economia. Buscava conhecer mais de perto a experiência

da Colonizadora Sinop. Naquela oportunidade tive o auxílio e a colaboração de Edison Souza, Karina Amélia, Lenice Ludwig e Maria Rita que, juntamente com seus pais, me permitiu desfrutar de ambiente familiar tão acolhedor.

Aos professores Benedito Pereira, José Antônio e Manuel Marta com quem convivi, em 1995, no Departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso e que mais recentemente, quando da minha pesquisa de campo, apresentaram destacadas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. A Sebastião Cajango e Tânia Ribeiro pelas horas de conversa e pelo auxílio em encontrar os “atalhos” no INCRA/MT. A Carla Vasquez, Juraci Ozeda e Lígia pela atenção, paciência e dicas para obter informações junto a SEPLAN/MT. Da mesma forma sou grato a Roselane Monteiro pelas mesmas razões anteriores e pela oportunidade do convívio profissional e pessoal.

À Lenice Amorim e Leodete Miranda pelas orientações recebidas durante as visitas ao INTERMAT. Aos professores João Antônio e Lylia Galetti, ambos do Departamento de História da UFMT, pelos incentivos recebidos, pela atenção dada às minhas inquietações e pelo entusiasmo com que me receberam no período da pesquisa de campo. Soube nesta época que meu professor-orientador João Mariano, um dos responsáveis pelo meu interesse sobre a colonização, havia partido sem prévio aviso; infelizmente não houve tempo para que tomasse conhecimento desta pesquisa.

Conceição Itacaramby, amiga desde os primeiros dias de Cuiabá, destinou parcela de seu tempo ajudando-me no contato com servidores, técnicos e administradores do INCRA. Rosane Itacaramby permitiu-me utilizar, com riscos, parcela da infra-estrutura da Associação Mato-grossense de Municípios. Ivane Piaia e tornou mais fácil a aproximação com o escritório da Colonizadora Sinop em Cuiabá.

À Zuleika Arruda, professora da Escola Técnica Federal de Mato Grosso, que já havia se debruçado sobre a colonização de Sinop, não poupou esforços para que eu obtivesse material adequado, empenhando-se, pessoalmente, nesta tarefa. Em minha pesquisa de campo na cidade de Cuiabá reencontrei Anna Maria Ribeiro, Erivan Velasco (a Tuca), Evande Praxedes, Leoni Philippse e Nelson Borges; em minha curta permanência em Cáceres, Amélia Cristina, Antônio Malheiros, Bárbara Benevides, Flávio Prado, Francismar Petini, Maureciline Lemes e o pessoal do Centro de Direitos Humanos “Dom Máximo Biennes”,

pessoas amigas com as quais partilhei momentos de rara beleza. Florinda Lafayete e Marly de Fátima proporcionaram-me “papos” excelentes, momentos de descontração, além de colocarem a minha disposição parte de seus instrumentais de trabalho o que muito facilitou o andamento da pesquisa; a elas meu muito obrigado.

Nos Departamentos de Economia da Universidade de Cuiabá e das Faculdades Reunidas Cândido Rondon contei com a compreensão e a colaboração de diversos colegas, dentre os quais gostaria de mencionar os nomes dos professores Alda Atílio, Aldo Assunção, Amazon Subtil, Carlos Vítor, Emanuel Daubian e Oscemário Daltro. Tenho o privilégio de desfrutar da amizade de Eleonora Cardoso cuja trajetória pessoal e profissional me faz aprender lições diárias.

Ângelo Santana e Marli Keller são os responsáveis maiores por minha permanência em Mato Grosso. Ao chegar em Cuiabá foi com eles que pude enfrentar com maior alento as dificuldades que se faziam presentes naquele conturbado início. Carmelinda Maria, minha querida amiga, sempre externou sua confiança em mim e nos caminhos por mim escolhidos, mesmo quando as dúvidas assaltavam-me. Ela fez-me perceber, através de sua simplicidade, que a busca do crescimento pessoal é tarefa intransferível.

As professoras Adeliana Aparecida, Divina Boaventura e Nímia Castrillon não tiveram dúvidas ao oferecer-me contrato de trabalho em um momento em que tudo parecia ter perdido o sentido. Demonstraram, desde sempre, confiança em meu trabalho e por intermédio delas ingressei na Universidade de Cuiabá, após algumas tentativas frustradas.

Se concluo mais esta etapa de minha trajetória profissional, tenho uma dúvida que jamais podereiuitar com Gilda Vieira, Gilda Mára, Sebastião Crispim e Ana Cláudia, minha mãe e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, particularmente naqueles onde a decisão em permanecer estudando significava uma fonte de receita a menos e uma despesa a mais em nossa casa. Merecem não só meus agradecimentos, mas minha eterna gratidão. Ao meu pai, Sebastião Chrispiniano, cuja saudade é uma presença constante em minha vida. A Gilmar Francisco por sua amizade sempre renovada e remoçada, mesmo depois de duas décadas. Maxwel Moreira tem sido desde os tempos da Rural, onde formei no início da década de 1990, minha mais importante referência em muitos sentidos. Sem sua presença amiga, fraterna, companheira e mesmo paterna dificilmente teria chegado até aqui.

Ao mesmo tempo Sidnéia Cardoso tem, ao longo destes anos, guardado em suas atitudes e ações cotidianas as primeiras lições recebida por nós, compreendendo a Economia como uma Ciéncia Social, a despeito de tudo que ouvimos hoje.

Sandra Arantes, Sandrinha como a chamo, foi quem me recepcionou em Uberlândia. Mesmo sem me conhecer não teve dúvidas em receber-me em sua casa; desfrutar de sua amizade tem sido um dos grandes presentes recebidos por mim.

Nas salas de aula, nos corredores da pós-graduação e nos bares da cidade tive a rara felicidade de encontrar Anderson Romanello, Fabiana Mitiko, Regina Souza, Renata Giembinsky e Sebastião Ferreira com quem pude discutir Economia, falar de emoções e sentimentos, além de conversar sobre muitos planos futuros. Agradeço a todos eles pela oportunidade e, fundamentalmente, pela paciênciia que tiveram comigo.

Pelos momentos de alegria, pela presença amiga e pelo carinho e consideração sou grato a Aluisio João, Ana Luísa, Aparecida Maria (a Guigui), ao pessoal Banda Beiço, Budi Garcia, ao pessoal do CEPES, Cristiane e Valéria Silveira, D. Dora, D. Sônia, Diógenes Rodrigues, Emanuel Márcio, Flávio Guimarães, Francisco José (o China), ao pessoal do GEPOC, Grasiela Baruco, Iara Magalhães, Idamar Nigro, Jane Andreatta, João Mendes, José Wagner, Josete Bispo, Josué Carvalho, Juliene Barbosa, Karla Bessa, Keny Angelis, Larisse Pedrosa, Luciana Carvalho, Lucila Prado, Luís Bertolucci, Manuela Fátima, Marcelo Carcanholo (botafoguense como eu), Marcelo José (o Mané), Marcelo Soares, Márcio Alvarenga, Marcos Tiago (o Marcão), Maria Cláudia, Maria Vieira, Mirian Abdala, Mirian Martins, Mônica Crispim, aos amigos do Pendora, ao pessoal do PET/Economia, Sabrina Pivello, Silvana Rezende (a Xuxu), Vanessa Oliveira, Viviane Calaça, Vera Salazar e Virgínia Casado.

Ao Fernando Sérgio, Gabriela Lícia, Lilian Calaça, Pablo Veras e Sissilia Vilarinho pelos desafios enfrentados na Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia. Amizades forjadas no calor da discussões dos Conselhos Superiores da Universidade, nas caminhadas pelas ruas da cidade e nas Marchas na Esplanada dos Ministérios; amizades fortalecidas no bairro Chácaras Tubalina e na cidade de Catalão, sob os temperos das cozinhas mineira e goiana.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Economia com quem pude aprimorar meu senso crítico e discutir Economia como nos “bons tempos”, especialmente a César Ortega, Eduardo Guimarães, José Rubens Garlipp, Marisa Botelho, Niemeyer Almeida Filho e Vanessa Petrelli. Às secretárias Ana Castro, Cleide Hermínia, Maria Tereza, Maura Ferreira, Rejane Corrêa e Vaine Aparecida, pela torcida e pelas gentilezas prestadas, mesmo fora de seus horários e de suas atividades principais. Ao Álvaro Fonseca, Jorge Brito e Rodrigo Angelis pelo suporte na (re)produção dos mapas e das fotografias. Às secretárias e a diretoria da Associação de Docentes, bem como as bibliotecárias da Universidade Federal de Uberlândia.

Ao meu orientador Niemeyer Almeida Filho. Com ele pude partilhar momentos de alegria e ansiedade, tive toda a liberdade para a construção deste trabalho. Nestes dois anos de orientação segura e firme em nada se aproximaram da tutela acadêmica tão presente, infelizmente, nos dias de hoje. A liberdade por mim experimentada e a segurança na condução do trabalho proporcionaram-me a tranquilidade necessária para o seu desenvolvimento. Meus sinceros agradecimentos pela condução neste universo da pesquisa. Evidentemente, as falhas, omissões e incorreções que venham a ser observadas ao longo do trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Nestes catorze meses tenho contado com o carinho e o amor de Cirlei Evangelista que tem sido minha grande companheira nesta jornada. Longe dela e sem seus estímulos e apoio esta tarefa seria, indiscutivelmente, muito mais árida e penosa.

Aos meus alunos e alunas da UNEMAT com os quais venho enfrentando mais de perto as dificuldades e os desafios diários lutando por uma educação pública, gratuita, de qualidade social e democrática em todos os seus níveis. Por fim, e não menos importante, quero externar meus agradecimentos aos trabalhadores deste país que, através do seu suor e de sua labuta diária, permitiram-me chegar a este ponto, inalcançável para a grande maioria destes homens e mulheres.

“Luto para viver  
Vivo para morrer  
Enquanto a minha morte não vem  
Eu vivo de brigar conta o rei”

Milton Nascimento e Fernando Brant

“O que transforma o velho no novo  
Bendito fruto do povo será  
E a única forma que pode ser norma  
É nenhuma regra ter  
É nunca fazer nada que o Mestre mandar  
Sempre desobedecer  
Nunca reverenciar”

Belchior

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	07
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	14
<b>CAPÍTULO 1: O IMPULSO À COLONIZAÇÃO DIRIGIDA</b>	
1.1. OS ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA .....	20
1.2. O ESTATUTO DA TERRA: COLONIZAÇÃO x REFORMA AGRÁRIA .....	33
1.3. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NO BRASIL .....	42
1.4. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O IMPULSO À COLONIZAÇÃO .....	56
<b>CAPÍTULO 2: A MATERIALIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO: O CASO DE SINOP</b>	
2.1. O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO PARTICULAR EM MATO GROSSO .....	66
2.2. DO PARANÁ PARA MATO GROSSO: AS ORIGENS DE SINOP .....	82
2.3. A COLONIZAÇÃO DE SINOP: ORDEM E PROGRESSO .....	102
2.4. COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO: O CASO DE SINOP .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	138
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	143
<b>ANEXOS .....</b>	153
IMAGENS DE SINOP .....	154
HISTÓRIA DE SINOP .....	162
FAMÍLIA PIPINO – ÉNIO PIPINO .....	167
JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO .....	180

## À GUIA DE INTRODUÇÃO

Para quem chega proveniente de um grande e importante centro urbano, que inclusive já foi capital federal, Mato Grosso e a cidade de Cuiabá impressionam sob diversos aspectos. Sua extensão territorial, a distância geográfica que as principais cidades guardam entre si, o fuso horário, o pronunciar das palavras e os vários sotaques existentes, a presença de migrantes chegados de todos os cantos do país; uns mais recentes, outros de fins dos anos 50.

A diversidade ambiental é comprovada pela existência, no território mato-grossense, de três dos mais importantes ecossistemas do país: o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica. A diversidade étnica também é um dos traços mais marcantes do estado de Mato Grosso: negros, índios, brancos e os respectivos frutos da miscigenação estão presentes por todo espaço estadual. Enfim, foram inúmeros e variados os aspectos que despertaram atenção de olhos acostumados, como os meus, às paisagens dos principais centros urbanos da região sudeste.

Para além de atenção da despertada, tive interesse pelo histórico de ocupação do território de Mato Grosso. Enquanto as principais cidades situadas nas regiões Central e Sul do estado têm, em sua grande maioria, um século ou mais de história; outras, particularmente situadas na região Norte do estado, passaram a existir, em larga medida, a partir de 1950. Intuitivamente, acreditava haver algo digno de nota por estas dissemelhanças. Aguçando um pouco mais meu interesse, notei haver um certo consenso, em diversos setores da sociedade e mesmo entre alguns intelectuais, de que as cidades seculares encontrariam dificuldades significativas para modernizar suas economias, várias delas sustentadas pela pecuária extensiva e pelo extrativismo animal e vegetal.

De outro lado, algumas das cidades mais “novas” inscreviam-se fortemente no cenário estadual; seja através dos níveis de arrecadação de tributos, seja através da atração de fluxos migratórios expressivos, seja pela produção agrícola em padrões modernos que contrastavam com a precariedade das vias de escoamento e com a pobreza da população que vivia no entorno destas áreas.

À medida que “descobria” outras situações e peculiaridades sobre o estado minha curiosidade cedia espaço ao interesse em compreender, de modo mais articulado, alguns

daqueles traços que singularizavam o estado. A divisão com a criação do estado de Mato Grosso do Sul (o que leva indevidamente algumas pessoas, ainda hoje, a crer na existência de um Mato Grosso do Norte), os traços distintivos das economias das cidades antigas em comparação com as mais recentes, notadamente as localizadas no “nortão”, a produção fortemente mecanizada localizada ao longo dos eixos rodoviários que cortam o estado de Norte a Sul e de Leste a Oeste, o uso disseminado de defensivos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas, técnicas modernas de plantio e de correção de solo nestas e em outras áreas, a crescente devastação ambiental dos ecossistemas, os sucessivos recordes anuais das queimadas praticadas por todo o estado (mas com maior incidência no norte do estado), os eixos rodoviários, dado seus traçados, constituindo-se em poderosos eixos de integração com outras áreas do território nacional, particularmente com os estados do Centro-Sul do país, a expressão que possui no país a produção de grãos, e a grande concentração de cidades resultantes de empreendimentos de colonização particular.

Tudo isto foi consolidando em mim a convicção da necessidade de conhecer mais profundamente os processos econômico, social, político e cultural responsáveis pelo mosaico que parecia ser Mato Grosso. Apesar de ter reforçada em mim esta necessidade ainda não havia surgido oportunidade que me permitisse debruçar sobre tais inquietações. Esta oportunidade apresentou-se em fins de 1996, quando o Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso ofereceu um curso de especialização em Metodologia da Pesquisa em História.

Na proposta curricular havia duas disciplinas que, julgava, poderiam dar-me instrumentos teóricos e metodológicos para amainar aquelas inquietações. Ao matricular-me no curso nutria a expectativa de que rapidamente poderia transformar minhas inquietações em reflexões e daí encontrar respostas em curto período. Evidentemente, minhas expectativas foram frustradas, porém, conseguiu orientação teórico-metodológica, além de reunir um volume de informações sobre o estado e sua diversidade. Neste curso, aprendi duas lições que ainda têm validade: a primeira, o conhecimento teórico e a busca da apreensão da realidade necessitam de tempo para seu amadurecimento, isto é, diferentemente de minha motivação em obter respostas em curto lapso temporal, a reflexão exige tempo. A segunda lição; se a primeira possuía validade deveria, então, buscar o tempo necessário para a reflexão. Tarefa difícil de ser executada diante de minhas atividades profissionais junto a duas Instituições de Ensino Superior na cidade de Cuiabá, ambas de caráter privado. Minhas

atribuições e a carga horária cumprida em busca de patamares de remuneração mais interessantes (nem sempre alcançados, diga-se de passagem) adiavam indefinidamente minhas reflexões sobre o estado ...

Em junho de 1998 iniciava minhas atividades de docência no *Campus* Universitário de Cáceres, na Universidade do Estado de Mato Grosso. A aprovação no concurso público abria os espaços para, finalmente, reunir condições necessárias e suficientes para desenvolver atividades de pesquisa decorrentes daquelas inquietações iniciais. Isto não ocorreu imediatamente.

Entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2001 assumi no âmbito do Departamento de Ciências Contábeis (onde trabalho) compromissos didáticos e administrativos que postergaram por mais um breve período meu ingresso na pós-graduação. Êxito logrado, em março de 2001, seis anos após chegar em Mato Grosso, iniciava meus estudos de pós-graduação no mestrado em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Trazia na “bagagem” um projeto que versava sobre a colonização particular em Mato Grosso, elegendo como objeto de estudo o caso de Sinop, cidade fundada pela Colonizadora SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná.

Esta dissertação resulta do projeto apresentado e que ao longo do tempo foi tomando rumos não previstos, o que revela as limitações presentes na proposta inicial, e que puderam, assim acredito, ser minimizadas neste texto. Busco alcançar alguns objetivos: contribuir para o debate acerca dos processos de colonização presentes no estado de Mato Grosso, destacando aqueles que ocorrem na segunda metade do século passado; ampliar as perspectivas de compreensão do processo apontado; estimular a realização de produção acadêmica na Universidade do Estado de Mato Grosso, além de permitir potencialmente a agregação de pesquisadores em torno de um núcleo de estudos sobre desenvolvimento, região e meio ambiente a ser criado.

Nesta dissertação tenho como objetivo geral investigar a colonização particular, a partir da experiência da Colonizadora Sinop no estado de Mato Grosso, como expressão de transformações sociais ocorridas no Brasil no âmbito do Estado e da economia, sobretudo no período pós-1964 e que se orientaram pelo amálgama entre as classes proprietárias e dirigentes, erigindo um pacto político responsável pela implementação de políticas públicas

modernizadoras da base produtiva, de traço marcadamente conservador e excluente. Para alcançar o objetivo proposto, procuro identificar os antecedentes da colonização dirigida no Brasil; examinar, a partir do Estatuto da Terra, a opção pela colonização como instrumento de desenvolvimento social e econômico e como esta substituiu a reforma agrária; demonstrar que a colonização particular adequava-se a orientação da modernização empreendida após 1964; além de apreender o sentido da colonização particular e do desenvolvimento econômico do país, tendo como referência o caso de Sinop, em Mato Grosso.

O argumento central, minha tese, é que a colonização particular que foi amplamente estimuladas pelos governos militares a partir de 1964, responsável pela rápida ocupação da fronteira agrícola em Mato Grosso buscou: atribuir novos contornos à questão agrária; constituindo-se como uma contra-reforma agrária; atender aos interesses geo-estratégicos dos militares ao mesmo tempo em que cumpria a tarefa de ocupação e integração da fronteira agrícola, em expansão, sem pôr em cheque a estrutura fundiária do país; possibilitar aos capitais privados, envolvidos com empreendimentos de colonização, estabelecer uma interface com o Estado de tal forma que assegurassem sua reprodução ampliada; e consolidar o pacto político-econômico conservados construído a partir do golpe militar de 1964, possibilitando aos empresários rurais sua inclusão, ainda que subordinada, no padrão de desenvolvimento vigente.

O estudo é apresentado em dois capítulos, contendo cada um quatro itens. O primeiro, que tem por título **O Impulso à Colonização**. Neste capítulo, discuto os antecedentes do impulso que recebeu a colonização dirigida a partir de 1964. Neste sentido, pareceu-me bastante importante retomar, ainda que brevemente, a polêmica em torno da questão agrária. A maneira como esta foi equacionada em 1964 está na raiz, a nosso juízo, do crescimento vertiginoso das atividades de colonização particular em Mato Grosso (que a partir da criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977), passou a pertencer a área da Amazônia Legal.

Aqui dois processos se entrecruzam de maneira a sustentar o pacto conservador erigido em 1964; se por um lado a modernização conservadora da agricultura transformou o latifúndio em empresa rural modernizada, assegurando os interesses dos grandes proprietários de terra e mantendo nossa secular estrutura fundiária; por outro lado, a colonização particular cumpriu papel de extremada relevância.

Ainda que menos estudada que a modernização conservadora da agricultura, a colonização particular permitiu ao capital privado novas maneiras e modalidades de valorização, além de imbricar-se com os interesses geo-estratégicos do Estado autoritário, varrendo a possibilidade, naquela conjuntura, da realização da reforma agrária. O discurso oficial não cansou de utilizar a colonização particular como sinônimo de Reforma Agrária, “esquecendo-se” que esta altera, de alguma forma, a estrutura fundiária existente, enquanto a colonização particular consolidava o elevado grau de concentração da propriedade da terra, agora nas áreas de ocupação mais recente na fronteira agrícola.

No segundo capítulo, que tem por título **A Materialização da Colonização: O Caso de Sinop**, discuto a experiência da colonização particular em um dos municípios de Mato Grosso. Elejo para o estudo o caso de Sinop por motivos que nos parecem bastante significativos e relevantes.

O município de Sinop resulta do empreendimento da Colonizadora Sinop – Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná –, que na década de 1960 já acumulava experiência neste tipo de empreitada sendo a responsável pela criação de alguns municípios no noroeste do Paraná.

Destaca-se também a região “escolhida” pela Colonizadora para implementar seu projeto mais ousado. Na ocasião, o norte de Mato Grosso era coberto pela floresta amazônica e tido como um gigantesco “vazio” demográfico. Pude perceber que isto mais correspondia aos interesses dos governos militares, que através de intensa propaganda, alardeava por todo o Nordeste e pelo Sul da país a existência de um eldorado em terras mato-grossenses.

O sentido da colonização e as origens do núcleo urbano de Sinop parecem corroborar meu ponto de vista. Ainda neste capítulo, busco evidenciar a consonância existente entre os binômios ordem e progresso, colonização e desenvolvimento. Entendo que se tratou de um tipo de desenvolvimento bastante específico e que, sob o manto de realizar a reforma agrária através da colonização, reforçava o caráter conservador da modernização, garantindo expressivos ganhos ao capital privado com larga utilização dos instrumentos públicos de programação, planejamento e política econômica. Deste ponto de vista a materialização da colonização consagrava em Mato Grosso, na Amazônia Legal, e em todo o território nacional

as opções contidas na condução da economia e do desenvolvimento nacional a partir do golpe militar de 1964. Ao final, teço algumas considerações que procuram, a título de conclusão, sintetizar os aspectos centrais da dissertação.

**CAPÍTULO 1:**  
**O IMPULSO À COLONIZAÇÃO DIRIGIDA**

## 1.1. OS ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA

De acordo com Arrighi (1997), o mundo capitalista é dividido em dois grupos. O primeiro grupo é o dos países líderes do capitalismo – o núcleo orgânico – e que responde pela maior parte da produção da riqueza; o segundo grupo – mais numeroso – é o dos países subordinados ou periféricos. Neste contexto, o Brasil é um dos poucos países que podem, ainda segundo o autor, ser enquadrados em uma posição intermediária.

Esta posição intermediária corresponde a um padrão de desenvolvimento<sup>1</sup> que caracteriza uma sociedade em que o Estado teve uma condição mais expressiva de regulação e participação na produção da riqueza em comparação a outros países periféricos e, especialmente, em comparação aos países desenvolvidos do núcleo orgânico de Arrighi. Nesta condição, e através de recursos centralizados pelo Estado, foi possível uma aceleração do processo de industrialização, especialmente a partir de 1950.

O período de conformação da estrutura econômica, apesar dos percalços e adversidades de naturezas diversas, realizou uma obra magistral no que concerne à modernização.

A trajetória do desenvolvimento conformada ao longo de seis décadas – entre 1930 e 1980 – foi marcada por uma série de crises econômicas, abalos e rupturas institucionais. Estas crises, que assumiram caráter econômico, político e institucional, revelaram disputas de projetos políticos e de ideologias no seio da sociedade brasileira que, lentamente, abandonava o modelo de desenvolvimento de base primário-exportador e passava a outro, quantitativa e qualitativamente distinto, o de base urbano-industrial.

Evidentemente, não estamos desprezando a virulência das crises internacionais como foram os casos da *crash* da Bolsa de Nova York; os dois conflitos bélicos mundiais, e a crise do petróleo, todas com extraordinárias repercussões sobre a economia nacional, implicando na existência de crises internas, até então sem precedentes em nossa história. Entretanto,

<sup>1</sup> De acordo com Almeida Filho (1993: 1994) há na literatura certa polissemia na utilização do termo “padrão”. Padrão de desenvolvimento, padrão de acumulação, padrão de industrialização não raro são utilizados como sinônimos. Acompanhando o autor entendemos que padrão de desenvolvimento expressa a mediação entre dois planos: Estado-Sociedade e Estado-Economia; padrão de acumulação explica a forma de reprodução do sistema, isto é, a forma de produção e de criação das condições pelas quais a produção continua ocorrendo; e padrão de industrialização expressa a conformação específica do padrão de acumulação.

gostaríamos de ao mesmo tempo chamar atenção no sentido de levarmos em consideração os aspectos estruturais que marcam nossa formação social, econômica e política<sup>2</sup>.

Sem isto corremos o risco de nos tornar reféns, para explicar a singularidade desta sociedade, de uma espécie de “atribuição de causalidade externa”, isto é, só construir argumentos explicativos de nossa realidade a partir de fatos e determinantes externos, quando na realidade devemos considerar, prioritariamente, a existência de uma dinâmica própria que, ao se confrontar com crises externas tão agudas como as referidas, produziu, a partir de dentro, respostas e soluções próprias e muito específicas aos desafios.

À passagem do padrão de acumulação de base primário-exportadora a outro de base urbano-industrial trouxe consigo uma multiplicação de temas e polêmicas debatidos no interior da sociedade brasileira.

Dentre esses temas e polêmicas, um dos mais importantes foi o tema da questão agrária. Na transição de um padrão a outro, o eixo da acumulação de capital desloca-se do espaço rural para o urbano (Oliveira, 1987a).

A agricultura, especialmente no que diz respeito à produção de *commodities*, passa a sustentar a produção urbana, respondendo pela geração de divisas necessárias à importação de bens de produção não produzidos no país. Além disso, a agricultura responde pela produção de alimentos para o mercado interno.

No modelo de desenvolvimento em gestação desde 1930, conformava-se, também, uma nova composição de forças políticas e sociais que exigia do Estado ações e decisões de quilates distintos dos até então praticados<sup>3</sup>. Em rota de colisão com as novas forças sociais e

<sup>2</sup> Destacamos, aqui, as seguintes obras: Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 23 ed., São Paulo: Brasiliense, 1981; Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*, 12 ed. rev., São Paulo: Nacional, 1974; Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de Interpretação Sociológica*, 4 ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987; Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, 18 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; Sérgio Buarque de Hollanda. *Raízes do Brasil*, 12 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

<sup>3</sup> “Trata-se, pois, da constituição e consolidação do capitalismo ... Não de um ‘capitalismo em geral’, embora capitalismo, mas dependente, num país de passado colonial e que teve sua formação já na fase monopolista. Nele nem a burguesia conquistou o poder através de uma revolução ‘nacional e democrática’, nem as formas pretéritas de organização da produção extinguiram-se, sob certo ponto de vista, a própria Revolução Burguesa foi contra-revolução. Nele não houve a presença do liberalismo, como no caso ‘clássico’, em que deveriam ser eliminadas as prerrogativas da nobreza e as barreiras feudais que se antepunham ao desenvolvimento capitalista. Aqui nem as barreiras eram feudais ... nem se tratava da busca do fim de uma classe social: contestava-se o poder político dominante em nível nacional de uma fração da classe burguesa, mas não a base econômica de sua dominação (como seria o caso da propriedade da terra). A palavra de ordem não foi eliminá-la, mas inclusive, se possível, incluí-la em novo pacto de poder; tratava-se de acabar com a preponderância de sua dominação política e a ideologia que a justificava: em uma palavra, com sua hegemonia”. Ver Pedro Cezar Dutra Fonseca. *Vargas: O Capitalismo em Construção – 1906/1954*, São Paulo: Brasiliense, 1999.

políticas – proletariado, estratos médios e burguesia industrial – que, paulatinamente, se organizavam, estavam os interesses dos proprietários de terra. A disputa entre classes sociais (o proletariado e a burguesia) e frações de classe (burguesia agrária, burguesia industrial, etc) resultou no surgimento de um Estado de Compromisso<sup>4</sup>.

A mudança do centro dinâmico da economia brasileira (Furtado, 1974) implicou numa espécie de história lenta, como assinala Martins (1999), que somente aos poucos foi descortinando suas possibilidades e amadurecendo as alianças políticas em torno de projetos para o país.

Não por acaso o planejamento econômico a partir destes anos assumia importância ímpar para a superação do relativo atraso em que se encontrava o país. As transformações estruturais por que vinha passando a economia brasileira naqueles anos atingiram seu clímax entre as décadas de 1950 e 1960. Os intensos debates e as acaloradas polêmicas do período davam o tom do “estado de espírito” das forças sociais que se apresentavam na cena política buscando articular interesses e propostas em torno da temática do desenvolvimento econômico. Operando mecanismos de perdas e ganhos entre as classes proprietárias, amparando as atividades industriais e induzindo as agrícolas a cumprirem papéis novos, manejando instrumentos de política econômica em prol da industrialização, o Estado concebia uma estrutura própria aos requisitos necessários à realização de um certo padrão de acumulação, isto é, criando e recriando as condições de reprodução deste padrão.

Na realidade esta questão era muito mais complexa do que parece, pois naquele momento distintas classes e frações de classe procuravam tornar o seu projeto vitorioso. As crises institucionais do início dos anos 60 e o trágico desfecho representado pelo golpe militar de 1964 explicitam o grau de tensão em que estava mergulhada a sociedade brasileira. Das várias questões candentes naquele momento, procuraremos focar nossas preocupações sobre a questão agrária.

<sup>4</sup> “A análise do ‘Estado de compromisso’ indicou os elementos fundamentais para um avanço na compreensão da etapa de desenvolvimento do país a partir de 1930: a particularização da questão do Estado, a sua peculiar autonomia frente aos interesses dominantes, incapazes de assumir a direção política do processo de transformações sociais ... o momento específico do processo de formação do próprio Estado ... o movimento de generalização das políticas, legitimadas como políticas de massas e justificadas como políticas de ‘interesse nacional’ ... A política do Estado não feriu nem se afastou totalmente dos múltiplos interesses oligárquicos e agroexportadores; contemplou interesses imediatos dos setores médios urbanos e da burguesia industrial e, excluindo o campesinato, incorporou progressivamente os setores populares urbanos”. Ver Sônia Draibe *Rumos e Metamorfoses*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 22 e 23. Nesta mesma obra, a autora estabelece uma discussão bastante interessante quanto à impossibilidade de compreensão da especificidade da organização e expressão política dos interesses de classes e frações de classe diante da ausência de hegemonia no período assinalado.

Ao recuperarmos os principais momentos da discussão relativa à questão agrária e sua relação com o desenvolvimento econômico - que se transformou numa das grandes temáticas daqueles anos -, buscamos tão somente retomar alguns dos argumentos que, a nosso juízo, serão importantes para a compreensão dos fatores que terminaram por fazer dos projetos de colonização<sup>5</sup>, particularmente os privados, uma iniciativa de proporções nacionais, mesmo que localizadas na fronteira, como veremos mais adiante.

Deste modo, nosso objetivo será o da retomada, em linhas gerais, das principais correntes políticas e formulações teóricas acerca do debate sobre a questão agrária nos anos 50 e 60<sup>6</sup>. Cabe esclarecer que embora a questão agrária seja um tema permanente na história do país, o corte temporal que propomos se relaciona de modo mais direto com o que nos propomos a estudar, isto é, a colonização decorrente de políticas públicas específicas, no tempo e no espaço, que estimulavam o desenvolvimento de outras regiões, via de regra distantes das principais áreas de desenvolvimento do país.

Em outras palavras, os fatos que ocorrem neste período trouxeram expressivos desdobramentos, quer sejam sociais, políticos e econômicos, no que se refere aos estímulos recebidos pelos empreendimentos de colonização que ganharam destaque no início da década de 1970. Do nosso ponto de vista, sem esta recuperação da questão agrária encontraremos dificuldades na percepção do porquê se multiplicaram esses projetos de colonização nas áreas da fronteira em expansão.

Desde 1850, quando do surgimento da Lei de Terras, pode-se constatar que a questão agrária tem sido um dos grandes emblemas, ainda que nem sempre explicitado, da sociedade brasileira. Assim foi na defesa da causa abolicionista ainda no século XIX, nos acordos de sustentação do preço do café, consubstanciado no Convênio de Taubaté, e nos enfrentamentos entre “agraristas” e “industrialistas”, todos eventos ocorridos ainda nos primeiros anos do século XX. Estes foram, dentre outros, exemplos bastante pertinentes da dificuldade de enfrentamento a questão agrária em nosso passado mais distante.

<sup>5</sup> Referimo-nos aqui e ao longo desse estudo à colonização dirigida, com ênfase na particular, conforme expressa no Estatuto da Terra (Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964).

<sup>6</sup> Para aqueles que têm maior interesse neste tema e neste período cremos que as indicações existentes ao longo desta seção podem, seguramente, auxiliar no descortinamento dos embates. Destacamos, neste particular, as seguintes obras: Ana Célia Castro *et all.* *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*, Brasília: BINAGRI, 1979 e Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*, São Paulo: Brasiliense, 1981.

Em um período mais próximo (décadas de 1950 e 1960) a discussão em torno da questão agrária ressurgiu no cenário nacional logrando maior solidez e consistência tanto do ponto de vista político quanto teórico. Justamente nestes anos de transição, onde se consolidava a hegemonia da burguesia industrial, a questão agrária ganha fôlego e penetra as mais diversas camadas e setores da sociedade, fazendo com que houvesse uma maciça mobilização em torno desta temática; a retomada das discussões deste tema tem este pano de fundo. Ao se debater na sociedade as alternativas de desenvolvimento econômico para o país, a questão agrária assumiu grande relevo.

As dificuldades atribuídas à agricultura em adequar-se às novas exigências dos mercados urbanos foram interpretadas como o principal obstáculo ao pleno desenvolvimento do país, tratava-se, portanto, de antepor estruturas produtivas mais ágeis e adequadas aos novos tempos. A idéia aceita por amplos setores progressistas era a de que para a definição de novos caminhos para a industrialização tornava-se urgente e, para tanto, eram necessárias mudanças no meio rural, sem o que não seria possível dar continuidade ao processo de industrialização. O cerne das discussões ocorria em torno de um suposto arcaísmo da estrutura agrária que não permitia à agricultura responder de modo positivo, tanto quantitativa como qualitativamente, à demanda urbana, constituindo-se em entrave ao processo de desenvolvimento econômico.

Uma das dificuldades atribuídas à agricultura à época residia na escalada inflacionária verificada no período. Este diagnóstico e a relação direta entre a baixa produtividade agrícola e a ascensão inflacionária tem sua origem entre os estruturalistas da CEPAL (Mantega, 1984). Para esses, a economia brasileira caracterizava-se por uma dualidade estrutural sob o prisma econômico e social: um setor moderno – a indústria – e outro atrasado – a agricultura. A assimetria entre esses dois setores da economia brasileira, gerava pontos de estrangulamento que dificultavam o desenvolvimento econômico do país. Em outras palavras, o célebre crescimento da produtividade industrial contrastava com os baixos índices verificados na agricultura e com as arcaicas relações sociais de produção que esta apresentava, engendrando, assim, grande descompasso entre os dois setores apontados. A agricultura ao não acompanhar à demanda por matérias-primas e alimentos, pressionava fortemente as taxas

inflacionárias<sup>7</sup>. Ao não atender as novas exigências urbano-industriais, a agricultura era apontada, pelo diagnóstico estruturalista, como sendo um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país.

O que dava sustentação à tese de que a agricultura, ao não atender às novas exigências urbano-industriais, impedia o pleno desenvolvimento do país, situava-se ao nível da estrutura agrária e das relações de produção existentes nos campos. De um lado, marcada pelo latifúndio (evidência da grande concentração da propriedade de terra), a agricultura não se modernizava de modo a conectar-se ao mercado, e, por isto mesmo, não demandando em volumes consideráveis, produtos oriundos da indústria e serviços típicos das aglomerações urbanas. De outro, as relações de produção que ainda prevaleciam no agro, tendiam a aprofundar esta inadequação ao novo padrão de acumulação, sobretudo a existência de relações de “parceria” e outras similares – relações pré-capitalistas – no interior dos latifúndios, que dificultavam a formação de um mercado interno de proporções nacionais.

A inadequação da agricultura brasileira ou o entrave que esta passava a constituir para o processo de desenvolvimento econômico pode ser resumido em três aspectos principais:

- a) a insuficiência da produção agrícola significava, em outras palavras, que a agricultura não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento da demanda urbano-industrial (alimentos e matérias-primas), acarretando numa elevação relativa dos preços dos produtos agrícolas. Assim, tanto o custo de reprodução da força de trabalho quanto o custo de produção se elevavam dificultando a expansão industrial e, no limite, o novo padrão de acumulação;
- b) a concentração da propriedade da terra, expressa no latifúndio, e o arcaísmo das relações de produção vigentes ainda àquela altura, excluíam expressiva parcela da população brasileira do consumo de produtos industrializados, postergando a incorporação dos trabalhadores rurais no mercado de alimentos e erigindo obstáculos à reprodução ampliada do capital;
- c) por fim, o “atraso” da agricultura inviabilizava o surgimento e consolidação de um setor industrial cujo foco pudesse residir na produção de máquinas e equipamentos

---

<sup>7</sup> Para uma discussão sobre algumas questões cruciais da economia brasileira, tais como desenvolvimento econômico, agricultura e inflação e como esses temas imbricavam-se nas décadas de 1950 e 1960, sugerimos consultar Guido Mantega. *A Economia Política Brasileira*, 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1984.

destinados ao agro nacional (Gonçalves Neto, 1997). A superação deste obstáculo, como veremos mais adiante, foi um dos elementos centrais para a desagregação da agricultura familiar existente no sul do país, que permitiu o alargamento dos projetos de colonização dirigida no início da década de 1970, particularmente em Mato Grosso.

Retomando o anterior, no entender de vários intérpretes da dinâmica da economia brasileira destes anos<sup>8</sup>, a concentrada propriedade fundiária aliada às relações de trabalho de caráter pré-capitalista acentuava a contradição entre a agricultura e a indústria, que caracterizava para os mesmos a existência de uma dualidade estrutural em nossa economia.

Para estes intérpretes (Mantega, 1984; Prado Júnior, 1981a e 1987), o arcaísmo da agricultura vinculava-se a um passado do tipo feudo-colonial. Somente com a superação deste passado o Brasil teria a possibilidade histórica de se desenvolver. Para tanto era imprescindível a configuração de um pacto político que permitisse a superação destes entraves, soldando os interesses da burguesia nacional e do proletariado.

A partir do diagnóstico da realidade nacional e do “estágio” em que se encontrava a agricultura, propunha-se um pacto político que viesse a reunir em torno da industrialização (e por extensão em torno do desenvolvimento) as forças sociais e políticas que passaram a possuir destaque no cenário nacional após 1930. A revolução democrático-burguesa (Mantega, 1984) traduzia esta aliança entre essas forças sociais e políticas, responsável pelo impulso ao processo de desenvolvimento do país.

Em outras palavras, diante do dualismo econômico estrutural identificado – um setor moderno, a indústria; e outro atrasado, a agricultura – tratar-se-ia de construir um amplo pacto político entre aqueles afetados por aquelas supostas reminiscências feudo-coloniais. As forças reunidas neste pacto – a revolução democrático-burguesa – também questionavam, ainda que com ênfases distintas, a presença/participação do capital internacional. Propunham um desenvolvimento autônomo e nacional, que se baseasse no mercado interno.

<sup>8</sup> O latifúndio era visto como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico do país. Essa interpretação foi cara a algumas agências que abrigaram importantes intérpretes da sociedade brasileira, destacamos, neste aspecto a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para uma aproximação das convergências dessas agências, consultar Guido Mantega, *op. cit.*

Neste sentido, a reforma agrária para todos aqueles que de alguma maneira partilhavam desta perspectiva, largamente aceita por amplos setores da esquerda, impunha-se ao lado de uma série de reformas estruturais, sob argumentação estritamente econômica. Isto é, a reforma agrária era vista como uma das reformas imprescindíveis ao “estilo” de desenvolvimento em maturação, pois a partir de então as amarras com que a agricultura impedia o desenvolvimento nacional, estariam desfeitas. Sob o manto da revolução democrático-burguesa o país, cumpriria um novo ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico, a partir do qual os ganhos econômicos e políticos seriam distribuídos aos agentes envolvidos no projeto modernizante de cunho nacional e burguês.

Esta pôde manter seu fôlego e inspirou ações políticas de influentes agremiações políticas, como foi o caso do PCB e de expressiva parcela da intelectualidade brasileira. Mesmo a consolidação de demandas camponesas através do fortalecimento das Ligas Camponesas, cuja orientação diferia da anterior e poderia ser resumida no lema “reforma agrária, na lei ou na marra” para “distribuir terra para quem nela trabalha” (Aued, 1986); mesmo a projeção e respeito adquiridos pelas Ligas não foram suficientes para abalar a credibilidade do esquema que propunha a superação de nosso atraso a partir da revolução democrático-burguesa, ou seja, a partir da superação dos resquícios feudais existentes no país. Deste modo, a reforma agrária de conteúdo mais processual deixava de ter vínculos mais estreitos e orgânicos com os trabalhadores rurais ligados às Ligas Camponesas<sup>9</sup>.

Na interpretação da agricultura como obstáculo ao desenvolvimento bastaria a ela responder positivamente às novas exigências, independentemente das forças sociais que fariam tais alterações no campo, ou seja, a mudança podia se dar a partir dos proprietários de terra, daí o caráter meramente instrumental (economicista) da reforma agrária no esquema dual-estruturalista. O aprofundamento do caráter burguês em nossa sociedade (um verdadeiro choque de capitalismo) era a única forma, segundo os defensores da revolução democrático-burguesa, do país alcançar o progresso.

<sup>9</sup> “Foi sobretudo depois do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em dezessete de novembro de 1961, que a consigna da Reforma Agrária, transformada em palavra de ordem de efeito explosivo, encontrou um campo objetiva e subjetivamente propício para uma grande mobilização ... Em lugar das modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, o grupo de “Julianistas” contagiou todos os delegados com a bandeira da ‘reforma agrária na lei ou na marra’ ... A nova bandeira – da Reforma Agrária radical – repercutiu muito favoravelmente na movimentação do campesinato, passando a demarcar um novo tipo de luta pela terra. A consigna da Reforma Agrária estava incluída na plataforma do PCB e dos “julianistas”. Os caminhos para persegui-la é que foram diferentes”. Ver Bernardete Wrublevski Aued. *A Vitória dos Vencidos. Partido Comunista e Ligas Camponesas 1955-1964*, Florianópolis: EdUFSC, 1986, pp. 58 e 59..

Na literatura que trata sobre a questão agrária no país, pode-se notar que esta discussão na década de 1960 torna-se mais ampliada com o surgimento de outras orientações político-ideológicas (particularmente intelectuais radicados em institutos de pesquisa e universidades públicas) que procuraram, a partir de estudos com forte base empírica, demonstrar o equívoco da tese da existência ou permanência de resquícios feudais no Brasil.

Novos aportes metodológicos e o aprofundamento das reflexões teóricas possibilitaram novos “olhares”, novas abordagens que, finalmente, vieram a enriquecer o debate acerca desta temática<sup>10</sup>.

Sob a luz das transformações que ocorriam na sociedade como um todo e, em particular, na agricultura ganhou forma e conteúdo a crítica à visão etapista de nosso processo de desenvolvimento (Graziano da Silva, 2000), cujo cerne residia na tese de que a agricultura constituía-se em um entrave, um obstáculo mesmo, ao desenvolvimento capitalista no país; a expressão política deste esquema interpretativo, como indicado anteriormente, era a revolução democrático-burguesa.

Em verdade já no início da década de 1960 o quadro da agricultura brasileira não mais correspondia (se é que em algum momento correspondeu) às interpretações largamente disseminadas no pensamento e na ação social da esquerda nacional liderada, àquela época, pelo PCB.

Ao extrapolar os esquemas teóricos de maior ressonância, a agricultura, diferentemente do que se acreditava, vinha cumprindo importantes funções compatíveis com o novo modelo de desenvolvimento. Além de suprir o mercado de trabalho urbano com força de trabalho oriunda dos campos, atendia também às demandas quanto ao fornecimentos de alimentos e matérias-primas, permitindo, deste modo, um patamar qualitativamente superior à lógica de reprodução ampliada do capital, que possuía seu núcleo duro no binômio *urbis-indústria*. O conceito de integração dialética (Oliveira, 1987a) parece-nos ser o mais apropriado e adequado para a compreensão das novas atribuições que passava a caber a agricultura a partir de então e por várias décadas.

<sup>10</sup> “A vertente chamada de funcionalidade da agricultura, defendia a tese de que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico, não apenas respondendo à demanda urbano/industrial, sem pressionar seus custos, mas contribuindo decisivamente para o processo ao cumprir as chamadas tarefas da agricultura em um processo de desenvolvimento econômico”. Ver Wenceslau Gonçalves Neto. *Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 66.

Para além disto, e mais importante para os nossos objetivos presentes ao longo deste estudo, a agricultura abria-se à indústria. Quer dizer, a agricultura industrializava-se rapidamente em decorrência do próprio padrão de industrialização adotado. Em outras palavras, a agricultura de modo algum erigia-se como obstáculo – na realidade integrava-se dialeticamente – à indústria<sup>11</sup>. O dualismo detectado por alguns restringia-se apenas às aparências, visto que ao longo dos anos a agricultura tinha cumprido as exigências do modelo.

Já a partir de 1955 ganhava espaço no interior da economia brasileira um ramo da indústria voltado para a agricultura. O ritmo de crescimento do agro nacional adotara outro viés; abandonando o padrão ainda presente nas primeiras décadas do século XX sua expansão dava-se agora de maneira vertical. Adotando novas técnicas de produção e incorporando máquinas e implementos provenientes do ramo industrial voltado para a agricultura, a mesma incrementava sua produção a partir de ganhos de produtividade, ao mesmo tempo em que ocorria o movimento de expansão da fronteira agrícola, áreas de valorização do capital onde destacou-se a presença de iniciativas governamentais e de empresas particulares de colonização.

Radicada em institutos de pesquisa e universidades públicas, como apontado acima, esta mais recente abordagem sobre o agro distanciava-se da anterior e também inovava quanto as relações de produção pré-capitalistas existentes no campo. Tais relações de produção, tidas até então como reminiscências de um certo passado feudal, passaram a ser interpretadas tendo como referência nossa própria história e não mais conforme modelos rígidos, gestados em outras realidades. Neste sentido, relações de produção pré-capitalistas, como a “parceria”, foram remetidas para o interior e para o núcleo de nossa formação social.

A partir de então e frente a realidade que escapava ao esquema interpretativo anterior, a tese da funcionalidade da agricultura ao modelo de desenvolvimento surgiu como grande contribuição, reorientando a reflexão teórica e as lutas políticas das forças sociais envolvidas na questão agrária.

<sup>11</sup> “A solução do chamado ‘problema agrário’ nos anos da ‘passagem’ da economia agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista...se é verdade que a criação do ‘novo mercado’ urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão ‘primitivo’, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho...Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética”. Ver Francisco de Oliveira. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, 5 d., Petrópolis: Vozes, 1987a., pp. 20,23 e 25.

Ainda que esta interpretação – a da funcionalidade da agricultura – tenha se consolidado a partir de 1960, sustentamos que ela é tributária dos esforços inovadores realizados por Caio Prado Júnior. Mesmo pertencendo aos quadros do PCB, Prado Júnior sempre polemizara com os principais quadros desta – destaque aqui para Alberto Passos Guimarães –, discordando veementemente sobre a suposta existência de “restos feudais” no Brasil.

Para este iminente historiador, a sociedade brasileira ingressara no sistema-mundo quando este já se conformava a partir de um certo desenvolvimento capitalista, o do capitalismo comercial, que atribuía outro “sentido à colonização” empreendida (Novais, 1981; e Prado Júnior, 1997). A tese do capitalismo colonial esposada por Prado Júnior, retomada com vigor na década de 1960, trazia reflexões que colocava o debate em torno da questão agrária e outros temas pertinentes em patamares muito distintos dos anteriores. Na perspectiva de Prado Júnior é a partir dinâmica interna, considerada a herança colonial, que será possível compreender a presente situação do país, da sua economia, do estágio de desenvolvimento, do papel cumprido pela agricultura neste processo, enfim da sociedade como um todo.

Parece-nos que nos anos 60, no que se refere à questão agrária, o método analítico desenvolvido por Prado Júnior foi retomado de forma a possibilitar novas abordagens de aproximação ao tema; abordagens mais próximas à realidade dos fatos e por isto mesmo, atribuindo contornos mais densos e consistentes ao debate. Amadureceu, portanto, uma perspectiva de que a luta pela reforma agrária dispensava sua ênfase economicista, isto é, como alternativa única e contrapartida necessária da agricultura para o maior desenvolvimento do país.

Os dados empíricos dos anos 60 evidenciavam que o desenvolvimento capitalista se consolidava no país prescindindo da realização da reforma agrária. Começava a ganhar espaço entre as classes dominantes a tese da modernização do agro. Em outras palavras, a perspectiva sobre a reforma agrária assumia novos contornos, lenta e progressivamente esta expressão deixava o centro das discussões e dos debates e em seu lugar passava a ser cunhada o termo modernização da agricultura. Em termos objetivos, isto significava o abandono das demandas populares e a consagração da orientação que privilegiava, entre outros, os proprietários de terra, abrindo caminho, assim, para a transformação do latifúndio, e de outras

estruturas agrárias pouco adequadas à conjuntura da época, em empresas rurais tomadoras de recursos públicos subsidiados, além de contar com o indispensável suporte financeiro e técnico estatal<sup>12</sup>.

Dados relativos ao mercado de trabalho, aos custos de produção industrial, ao ramo industrial voltado para a agricultura, ao mercado de consumo sinalizavam claramente para o êxito do modelo que, embora excludente, lograra alçar a reprodução ampliada do capital a patamares muito mais elevados.

A partir das novas propostas de interpretação da agricultura, distinguia-se, também, outras perspectivas para a reforma agrária, que partia de questões como o acesso, a permanência e a democratização da propriedade de terra no país, assumia caráter mais totalizante as vinculações entre a reforma agrária e as modificações das estruturas sociais e econômicas do país.

O debate em torno da questão agrária ao longo destas duas décadas possibilitou o amadurecimento das interpretações sobre o agro nacional, além de permitir identificar certos limites existentes em determinados esquemas interpretativos que persistiam em apreender nosso desenvolvimento a partir de esquemas elaborados para outras sociedades, surgidas, inclusive, em períodos históricos e em situações muito dissemelhantes as nossas.

Para a agricultura, duas décadas representaram substanciais alterações nos padrões até então vigentes quer seja sob o ângulo das relações de produção, quer de sua modernização tecnológica, o que inclusive está na raiz dos extraordinários contingentes de migrantes que se destinaram às áreas de fronteira atendendo às sinalizações do Governo Federal e das empresas de colonização.

As décadas que se seguiram trouxeram desafios conceituais, teóricos e políticos àqueles que se dedicaram ao estudo da sociedade como um todo e, especialmente, da agricultura. Ressalte-se que nos anos subseqüentes as relações entre a agricultura e a indústria ganhava novas feições.

<sup>12</sup> “No país não ocorreu uma ruptura brusca que ensejasse tais transformações, aos moldes clássicos de revolução “burguesa” ou “social”. As mudanças deram-se sem alterar a estrutura fundiária, e a questão da propriedade foi mencionada apenas dentro de estreitos limites ... Não se conheceu, por outro lado, uma democratização do poder, que na Europa acompanhou o desenvolvimento do capitalismo: ao contrário, é esta instância, a política, na qual parece a continuidade ser mais evidente”. Ver Pedro Cezar Dutra Fonseca, *op. cit.*, p. 25.

O que se depreende é que desde 1955, com a chamada industrialização pesada no país, passa a existir uma série de questões que deixam muito mais complexas as interpretações sobre a agricultura brasileira. A industrialização do agro ao longo dos anos 50 e 60, a constituição e consolidação dos complexos agroindustriais em meados dos 70, a integração de capitais intersetoriais sob comando do capital financeiro, característica dos anos 80, são processos que estabeleceram novos parâmetros para as análises sobre a agricultura (Graziano da Silva, 1996). Ao mesmo tempo estes processos têm importância ímpar na compreensão da expansão da fronteira<sup>13</sup> e sua contra-face, o processo de colonização.

Nos primeiros anos da década de 1960, as relações entre a agricultura e a indústria assumiam contornos muito distintos dos diagnósticos formulados por estruturalistas e comunistas. Confirmava-se a convergência de interesses entre as classes proprietárias, ainda que a burguesia agrária tivesse papel subordinado à dinâmica existente na economia brasileira, esta jamais significou ausência do pacto político engendrado. Os anos subsequentes, nos quais o proletariado foi alijado do cenário político, demonstraram o vigor das forças conservadoras. A colonização dirigida, largamente estimulada pelo Governo Federal, mostrou ser, como demonstraremos, uma outra vertente de permanência de continuidade do pacto conservador erigido em 1930.

---

<sup>13</sup> “Esse tipo de expansão [incorporação da fronteira] passa, porém, a adquirir novo caráter na medida em que se dá conjuntamente com a expansão vertical [via aumento de produtividade], isto é, a expansão da fronteira passa a se integrar de forma crescente com a expansão do complexo agroindustrial”. José Graziano da Silva. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*, Campinas: EdUNICAMP, 1996, p. 23.

## 1. 2. O ESTATUTO DA TERRA: COLONIZAÇÃO x REFORMA AGRÁRIA

As décadas de 1950 e 1960 empolgaram amplos setores da sociedade brasileira no que se refere aos desafios que o novo padrão de desenvolvimento impunha ao conjunto de nossa sociedade.

Um dos temas mais discutidos e debatidos no período foi a da questão agrária. Como já vimos anteriormente, foram diversos os analistas e intérpretes que se lançaram na busca e formulação de esquemas teóricos que procuravam compreender as mudanças por que havia passado a agricultura e que exigência ela deveria atender a partir dos anos 30 no país.

Concomitantemente lançavam hipóteses sobre qual deveria ser o papel da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento instaurado com a chegada de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930. A crise e a superação do modelo primário-exportador pelo de base urbano-industrial acabava por impor novos desafios não só a agricultura, mas ao conjunto da sociedade. O modelo inaugurado em 1930 amadureceu ao longo de duas décadas, assumindo configuração mais complexa e articulada já em 1955 (Cardoso de Mello, 1990).

No período que se estende até os primeiros anos dos 60, a interpretação que sustentava a existência de resquícios feudais além de ainda possuir muitos adeptos, gozava de grande prestígio e credibilidade junto aos setores mais progressistas. Esta situação não ocorria gratuitamente.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), então a agremiação política de esquerda de maior destaque junto aos setores progressistas, era quem a avalizava sustentando política e teoricamente esta interpretação, qual seja: a da existência de resquícios feudais e a adoção da revolução democrático-burguesa com forma de superação do feudalismo e do aprofundamento do capitalismo, alçando o país num verdadeiro ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Ainda que esta interpretação possuisse enorme penetração entre a intelectualidade e os intérpretes de nosso desenvolvimento, havia, ainda assim, vozes destoantes, inclusive no interior da própria agremiação partidária.

Uma das vozes mais persistentes na discordância da interpretação comunista, era a do historiador Caio Prado Júnior, também militante do PCB. A partir do sentido que ocorreu nossa formação social e nossa vinculação à economia-mundo, Prado Júnior (1981) polemizava no interior do partido refutando a tese dos resquícios feudais.

Suas críticas sempre foram bastante contundentes e em momento algum buscaram qualquer tipo de conciliação com a tese consagrada no interior do partido que hegemonizava as forças de esquerda naquela oportunidade.

Para ele as formas de exploração na agricultura brasileira não se vinculavam ou derivavam de uma ordem institucional ou jurídica, de estatutos pessoais distintos ou mesmo de enraizadas e seculares tradições, portanto a transformação das relações de trabalho teria que pautar-se por uma melhor distribuição da propriedade agrária e por um acesso e permanência mais facilitada à terra por parte dos trabalhadores rurais. Estas ações para Prado Júnior nada tinham a ver com a superação de uma suposta etapa feudal ou pseudo-feudal e ascensão para o capitalismo.

Os acontecimentos que caracterizaram o modelo de base urbano-industrial após 1955 findaram por dar razão a Prado Júnior e todos os demais que, do ponto de vista metodológico, adotaram procedimentos semelhantes ao do historiador, isto é, buscaram nas especificidades de nossa formação e nas características presentes nas primeiras décadas do século XX os fundamentos políticos e econômicos responsáveis pelo estilo de desenvolvimento<sup>14</sup> que ocorria no país; desenvolvimento este que em nada se assemelhava aos casos clássicos. Trata-se, na feliz expressão de Cardoso de Mello, de um capitalismo tardio.

Neste capitalismo tardio a agricultura cumpriu papéis de destaque, ao contrário do esquema teórico centrado nos resquícios feudais, ao fornecer matérias-primas e força de trabalho às indústrias, assim como passou a constituir, ao longo do tempo, como demandadora dos produtos industriais que se destinavam exclusivamente a ela própria. Foi no interior desta polêmica que a questão agrária passou a ter grande importância. Devemos ressaltar que esta importância que passou a ter a questão agrária esteve vinculada ao avanço da organização e da

<sup>14</sup> Tomaremos como referência Almeida Filho (1993) que, baseando-se em Aníbal Pinto, entende por estilo de desenvolvimento o modo em que num dado período e sob a égide dos grupos dominantes, se organizam e fixam os recursos humanos e materiais com o objetivo de resolver as interrogações sobre o que, para quem e como produzir.

politização do operariado em geral e dos trabalhadores rurais em particular, que denunciavam suas condições de vida e lutavam por uma nova realidade nos campos.

O início dos anos 60 marcou sobremaneira o acirramento das disputas em torno de projetos políticos e econômicos que disputavam a hegemonia na condução do desenvolvimento do país. A radicalização de algumas propostas – por exemplo, a palavra de ordem da Ligas Camponesas de “reforma agrária na lei ou na marra” – era a expressão mais contundente do muito que havia em jogo. Além do mais esta maior politicização e organização dos trabalhadores e da sociedade em seu conjunto, associada a conjuntura latino americana, fortemente influenciada pela Revolução Cubana de 1959, mostrava claramente ser possível que a marcha do desenvolvimento do país tomasse novos rumos sob a orientação dos trabalhadores organizados e dos segmentos excluídos das (principais) decisões nacionais até aquele momento.

Neste sentido o golpe militar de 1964, uma poderosa articulação de interesses entre as classes proprietárias nacionais e forâneas, constituiu-se numa violentíssima reação ao avanço da organização social e dos preceitos democráticos.

As forças patrocinadoras do golpe deixavam claro qual caminho deveria percorrer o desenvolvimento do país: o novo padrão de desenvolvimento deveria garantir um padrão de acumulação superior ao até então existente e que privilegiasse os proprietários do capital; qualquer iniciativa que pusesse em risco esta premissa básica não seria tolerada como ficou demonstrado pela virulência do golpe. Ao mesmo tempo o movimento cívico-militar que derrubou o governo constituído, pôs por terra o esquema comunista.

A aliança política entre a burguesia industrial, o proletariado e os segmentos médios da sociedade, ou seja, a defesa da revolução democrático-burguesa, responsável pelo aprofundamento do capitalismo (particularmente nas relações de trabalho do campo), defendida pelos comunistas de então mostrava toda sua fragilidade teórica. Em 1964 ruíram todos os esquemas teóricos que nos aproximavam dos casos clássicos, como a interpretação proposta pelo PCB.

Mas, como ficara a discussão sobre a questão agrária, uma das mais candentes de então? O que ocorreu com as propostas de reforma agrária que tanto empolgaram os

trabalhadores rurais e a sociedade ? Que alternativa foi apresentada à sociedade para este tema ? Enfim, a partir do golpe militar o que houve com a mobilização ao redor do tema, e mesmo com a repressão que se abateu sobre os segmentos organizados, que respostas foram apresentadas pelo regime político recém instalado no poder ? Parece-nos que a análise do Estatuto da Terra (lei número 4504 de 30 de novembro de 1964) poderá nos auxiliar a responder estas indagações.

Interessa-nos, sobretudo, identificar no âmbito desta legislação as alternativas que deram a tônica, nos anos seguintes, do encaminhamento da questão agrária. Isto posto, procuraremos enfatizar o relacionamento havido entre o Estatuto da Terra e a temática agrária, ou seja, estaremos um pouco mais distanciados de uma análise jurídica da legislação pois que nosso foco segue outros rumos (Lima, 1975).

Evidentemente esta abordagem não pode ser desprezada, visto que a legitimação do regime autoritário buscou guarda na esfera jurídico-institucional, como provaram as alterações realizadas na Constituição de 1946 denominadas, pelos gestores golpistas, de reformas constitucionais. Ao centrarmos nossa atenção no Estatuto da Terra estamos indicando a importância que passou a ter o Estatuto nos desdobramentos que marcaram a segunda metade da década de 1960 e a de 1970.

Devemos também destacar que nestes anos o processo de industrialização havia avançado bastante, inclusive no inter-relacionamento com a agricultura que se consolidava como expressivo setor demandante de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas fabricados por indústria voltadas à agricultura. Na realidade, o avanço ocorria, paulatinamente, na outra ponta do processo, ou seja, os produtos agropecuários também têm destinação à indústrias específicas para o processamento destes produtos (Delgado, 1985). Portanto, o golpe militar serviu como uma espécie de alavancagem aos processos já latentes na economia brasileira.

O surgimento do Estatuto da Terra, no mesmo ano do golpe, serviu fundamentalmente como instrumento de estímulo aos interesses que se consolidavam no âmbito do Estado e que favoreciam às classes e frações de classe proprietárias e dirigentes. A bandeira da reforma agrária largamente defendida pelos setores progressistas, quando do golpe, deparou-se com uma clivagem quanto a sua necessidade e urgência.

Frente as novas configurações políticas e as relações econômicas, com destaque para o processo de modernização da agricultura, a defesa da reforma agrária – como instrumento indispensável ao desenvolvimento – foi sendo substituída por uma outra noção que passou a ser privilegiada no Estatuto da Terra, a de modernização da mesma como veremos adiante.

Esta clivagem, ou seja, a mudança de rumo sobre o debate da reforma agrária, não passa desapercebida, numa arguta observação de Andrade (1980) que aponta o surgimento de novos parâmetros relativos à questão agrária. Ainda que formulada em período de grande agitação social e política uma das demandas de maior ressonância junto a amplos setores da sociedade era a reforma agrária.

Ao inclinar-se em outra direção e consistir na base da orientação calcada em aumentos de produtividade em detrimento do acesso e permanência na terra por parte dos trabalhadores rurais, o Estatuto da Terra explicitava sua verdadeira finalidade, isto é, antes de ser um instrumento destinado à realização da reforma agrária, conforme a retórica da ocasião, consistia em um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados pelo processo de crescente expropriação e concentração da propriedade. O Estatuto configurou, então, uma estratégia de controle e desmobilização dos defensores da reforma agrária, ao mesmo tempo que permitia uma maior penetração do capitalismo na agricultura.

O que o golpe militar de 1964 e as reformas instituídas a partir de então consagraram foi o distanciamento das demandas sociais externadas pelos movimentos sociais e trabalhadores organizados da esfera pública, do âmbito do Estado. O Estatuto da Terra mesmo fazendo previsão e incorporando instrumentos legais favoráveis à reforma agrária, aspecto este que buscava apresentar alguma contrapartida às mobilizações em torno do tema, passava a caracterizar-se pelo crescente e continuado abandono deste instrumental jurídico-institucional. Ganhou fôlego no interior do Estatuto a noção de modernização, em outras palavras, obteve privilégios a noção que perseguia a transformação dos imóveis rurais em empresas.

Esta tônica coloriu as políticas implementadas a partir de então, asfixiando por completo qualquer iniciativa que visasse desconcentrar a propriedade fundiária no país e permitir condições de acesso e permanência dos trabalhadores rurais à terra.

O Estatuto da Terra, desta forma, apresentava uma resposta às lutas dos trabalhadores rurais – ainda que meramente formal – mas se consubstanciava uma proposta conciliatória da burguesia industrial e a agrária para acelerar as transformações econômicas e produtivas no agro nacional. É preciso destacar que a conciliação não era facilmente obtida. Muitas associações patronais investiam contrariamente ao Estatuto por ele incorporar preceitos favoráveis à reforma agrária. Contudo, mesmo estes se viam impelidos em reconhecer que se colocava nas mãos do Estado um poderoso instrumento utilizado para a redução das tensões e conflitos em torno da terra, quer seja pela via da modernização, quer seja pela via da colonização dirigida (Graziano da Silva, 1987).

A partir da consolidação da ruptura democrática efetivada em 1964, passou a prevalecer no âmbito das políticas públicas e do Estado a identificação do “interesse nacional” – traduzido pelo binômio desenvolvimento e segurança – com os dos setores que deram largo apoio ao golpe militar. Os beneficiários não estavam apenas juntos à burguesia industrial que se hegemonizava no período; antes, 1964 significou uma aliança de caráter reacionário entre os proprietários de capital e o capital internacional.

O Estatuto, neste sentido, cumpriu papel primordial ao trazer para o interior do bloco hegemônico os proprietários de terra, o que deixava intocada a questão agrária e a concentração fundiária no país. Os arranjos jurídico-políticos e econômicos orientaram-se no sentido de favorecer plenamente tais grupos e interesses, que levou às últimas consequências a violência e a exclusão das demandas populares e seus principais representantes.

Como já apontamos, para além das parciais e precárias respostas às demandas dos trabalhadores rurais e de se apresentar como “proposta conciliatória” com os latifundiários, o Estatuto da Terra permitiu uma abertura bastante importante para o modernização das estruturas produtivas da agricultura brasileira. Destacamos, aqui, o estímulo à política de colonização dirigida – oficial e particular. A colonização dirigida alargou sobremaneira a interface entre Estado e capitais privados, que puderam ter acesso a benesses de várias naturezas: creditícias, financeiras, contratuais, etc.

A política de colonização oficial contemplada no Estatuto da Terra também servia como instrumento que dificultava a realização de qualquer iniciativa vinculada a reforma

agrária, na realidade a colonização dirigida substituiu a reforma agrária. Em momento algum a colonização dirigida pôs em cheque a propriedade fundiária e a concentração desta, muito menos serviu como elo mediador de acesso e permanência de trabalhadores rurais e demais interessados com a reforma agrária. Antes, transformou-se numa das principais iniciativas para desarticular a luta em favor de uma reforma agrária.

Para Ianni (1979a, 87), a colonização dirigida transformou-se, mesmo, numa contra-reforma agrária, pois como se nota na legislação pertinente à colonização particular, tratou-se da organização e do desenvolvimento de uma forma de colonização cujos procedimentos mais destacados forma o da racionalidade econômica e os de segurança interna. Em outras palavras, a colonização dirigida, oficial ou particular, opõe-se formal e conceitualmente à reforma agrária, atendendo, primordialmente, aos interesses do capital privado como foi o caso da Colonizadora Sinop.

*Pouco ou nada de expressão que fosse favorável à reforma agrária ocorreu derivado do Estatuto da Terra. Muito pelo contrário. Multiplicaram-se aos milhares o número de projetos de colonização – cujos estados de maior expressão são Mato Grosso (no caso de projetos particulares) e Rondônia (no caso dos oficiais) – que beneficiavam, seguramente, as empresas envolvidas como foi o caso da Colonizadora Sinop, como veremos no capítulo seguinte. Ao apresentar respostas parciais e precárias para a reforma agrária, o Estatuto da Terra cumpria o papel de estimular a formulação de políticas públicas transformadoras da realidade agrária do país.*

Transformação em um único sentido: a transformação das propriedades rurais, com destaque para os latifúndios, em empresas rurais cujos objetivos estavam situados, principalmente, na elevação da produtividade agrícola através do uso intensivo de capital (tecnologia, financiamento, créditos) na agricultura.

O binômio desenvolvimento e segurança próprio da ditadura instalada em 1964, encontrava na política de colonização seu ajuste ideal. Tratava-se de ocupar geo-estrategicamente promovendo o “progresso” em extensas áreas no interior do país, através do absoluto e total controle sobre os trabalhadores que se engajaram nos projetos de colonização.

A colonização, regra implicitamente formulada, jamais ocorria nas áreas de origem destes trabalhadores; a colonização distribui alguma terra para não distribuir terra alguma nas demais regiões do país. A resolução dos conflitos agrários deu-se pelo crescimento das áreas das propriedades rurais (reconcentração fundiária) ao mesmo tempo em que elas se modernizavam, através da industrialização da agricultura (que se subordinava aos interesses industriais), como bem exemplifica a situação dos estados da região sul, sobretudo os casos do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Excluída da agenda nacional, a reforma agrária fora substituída pela colonização dirigida, estratégia que pretendia amainar os conflitos agrários com o deslocamento geográfico das populações envolvidas e consolidar a aliança com o capital privado. Neste sentido, o estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste, foi palco privilegiado do pacto firmado. A extensão e o alcance dos projetos de colonização particular executados no estado e a forte presença de capitais do Centro-Sul e de outros países são fortes evidências do anterior.

A conciliação dos interesses entre os do Estado e os dos capitais privados giraram em torno da geoestratégia, do desenvolvimento e da segurança por um lado e, por outro, da elevação das taxas de produtividade e de lucratividade. Fundamentalmente, o sentido que passou a orientar os governos militares a partir de 1964, ano em que surge o Estatuto da Terra, no que se refere à questão agrária era duplo: excluía a reforma agrária do horizonte social e político e, ato contínuo, seus defensores; e aprofundava o diagnóstico conservador da (ir)resolução da questão agrária sob o viés modernizante e dos estímulos à colonização nas áreas da fronteira agrícola em expansão.

O que se viu a partir de então foi a estruturação de um arcabouço jurídico-institucional e de um aparato político-econômico extremamente complexo e refinado responsável pelo processo mais geral de modernização da agricultura brasileira, pela vinculação orgânica entre as distintas frações e classes proprietárias de capital e pela realização de extraordinárias taxas de lucratividade para setores da economia brasileira.

O Estatuto da Terra tornou-se o elo a partir de onde aproximaram-se os interesses da ordem e do progresso e do desenvolvimento e segurança, dos grandes proprietários de terra modernizados, dos capitais envolvidos nas empresas de colonização, dos setores industriais já

amadurecidos e que avançavam sobre o agro constituindo um setor produtor de bens e equipamentos específico.

As estruturas sociais, políticas, econômicas inadequadas aos novos tempos, assim como as perspectivas político-ideológicas que criticavam a situação que se consolidava, foram suplantadas, na maioria das vezes violentamente, pelo pacto conservador estabelecido na sociedade brasileira em 1964. Por isto mesmo o alijamento e o abandono das demandas provenientes dos movimentos organizados foi imprescindível à consecução dos objetivos delineados e em larga medida alcançados (pelo menos durante um certo período) como demonstraram alguns dos indicadores de crescimento econômico do início dos anos 70.

O êxito da colonização dirigida, destacada no caso de Mato Grosso a de caráter particular, e o abandono da reforma agrária refletiram contradições presentes no seio da sociedade brasileira, amadurecidas ao longo de um extenso período. O golpe de 1964 foi a expressão mais violenta diante da crescente politização da sociedade e dos trabalhadores, particularmente. Ao consagrar, através do Estatuto da Terra, a colonização como mecanismo de resolução da questão agrária, as forças patrocinadoras do golpe deixavam claro como deveria se dar o estilo de desenvolvimento do país. O caminho escolhido contou com o amplo e irrestrito apoio das políticas governamentais, sem as quais dificilmente poderíamos imaginar empreitada bem sucedida, evidentemente sob a ótica dos ganhos capitalistas e da preservação dos interesses do Estado autoritário.

### 1. 3. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NO BRASIL

A grande propriedade de terra (latifúndio) e a concentração da estrutura fundiária brasileira é marcante, desde os tempos coloniais até os dias atuais. Neste longo percurso de nossa história agrária, podemos estabelecer um ponto de inflexão no que se refere a posse e propriedade no campo.

Ainda que a marca da grande propriedade assuma proporções danosas para nossa sociabilidade, lembramos que até 1850 havia possibilidade de acesso à terra por mecanismo não mercantilizados, ou seja, dadas as condições de reprodução do capital, residia na propriedade sobre o escravo e na produção de *commodities* o fundamento da sociedade. A terra era, digamos assim, livre. A posse era bastante comum entre os “homens pobres e livres”, sendo o principal meio de acesso e permanência na terra por parte desta população.

Sob esta ótica, o ano de 1850 surge como profundo divisor de águas da questão agrária. Se até então não havia sido constituído um mercado de terras, a partir daí, a propriedade passou a ser reunida à titularidade, ou seja, para tornar-se proprietário de terras era necessário que estas fossem adquiridas e posteriormente reconhecidas, através da titularidade.

Ainda que o ano fosse o de 1850 (distante quase quatro décadas da Lei Áurea), muitos já indicavam como inevitável o término da escravidão negra no Brasil; portanto a mercantilização das terras por um lado; e, por outro, a crescente dificuldade e, no limite, a impossibilidade do reconhecimento da posse como instrumento de acesso e utilização de terras, resultou numa espécie de “aprisionamento” da mesma. A terra agora seria transacionada em um mercado próprio, seguindo regras de valorização, tratada como qualquer outra mercadoria.

Desnecessário nos alongarmos sobre as repercussões desta “inovação” sobre as relações sociais vigentes então; isto, sem considerar o aumento das tensões quando do impulso à Grande Imigração, datada da década de 1870, embora em anos anteriores já se tivesse tido experiências com os imigrantes chineses.

Os fatos mais marcantes ocorridos a partir de então não foram capazes de se contrapor à força secular do latifúndio, desde então a grande propriedade (latifúndio) tem estado no centro das principais discussões nacionais e, via de regra, tem conseguido manter-se praticamente intocado, além de ser largamente beneficiado pelas políticas públicas implementadas por diferentes governos.

Por mais de um século um século, isto é, entre 1850 (proibição do tráfico negreiro e Lei de Terras), até 1955 quando ganhava força no cenário nacional as mobilizações em torno da reforma agrária e as Ligas Camponesas multiplicavam-se pelo país e nascia no país um padrão de industrialização com articulações e complementaridade entre setores e investimentos nunca antes visto no país, não houve, no mundo rural, importantes modificações estruturais, ainda que qualitativamente este universo se apresentasse de modo distinto.

Mesmo nos momentos de maior tensão entre as força sociais presentes no país, como foi o caso da “Revolução de 1930” (ainda que este período tenha sido caracterizado por um patamar de ampliação e reprodução do capital qualitativamente superior ao anterior), a questão agrária acabou sendo acomodada no núcleo decisório e não vindo à tona, inserindo-se apenas pontualmente no debate nacional. Ao contrário o que se verificou foi, mais uma vez, a exclusão de inúmeras famílias como sempre ocorrerá. Em resumo, a questão agrária, ainda que diante de algumas mudanças qualitativas, não foi explicitada.

Entre os avanços ocorridos, ressaltamos a legislação trabalhista e previdenciária que mesmo cumprindo importante papel no mais recente padrão de acumulação vigente<sup>17</sup>, acabou por não ser estendida aos trabalhadores do campo. Ao excluir estes trabalhadores tal legislação ajusta-se coerentemente ao padrão de acumulação de base urbano-industrial, permitindo a um só tempo a formação de um exército industrial nos núcleos urbanos de maior dinamismo; preservação do latifúndio e permanência da estrutura fundiária concentrada.

Reforçando nossa indicação anterior, a de “mudanças sem rupturas”, importa notar que a agricultura e, particularmente o complexo cafeeiro (Cano, 1985), serão importantíssimos na consolidação do padrão de acumulação sustentado pelo binômio urbanização-industrialização. Vejamos: nossa industrialização ocorre em um momento histórico muito específico, as debilidades técnico-financeiras da burguesia industrial, a “liderança” assumida pela Estado no processo e os requisitos exigidos por uma nova etapa do capitalismo contribuirão de modo decisivo para os acontecimentos no pós-30.

<sup>17</sup> “O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral [...] necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’, adequado à reprodução do capital”. Ver Francisco de Oliveira. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*”, *op. cit.*, p. 16.

No que se refere mais particularmente à questão agrária, esta parece ganhar proporções e dimensões nacionais aproximadamente um século após a vigência da Lei de Terras, isto é, por volta de 1950.

As pressões sociais acumuladas nos campos brasileiros rompem os limites sob os quais estivera enclausurada. Em nossa compreensão, existem uma série de fatores que acabam por desencadear e favorecer a eclosão das demandas existentes no meio rural do país. O que chama atenção, sem dúvida alguma, foi a radicalidade que, em poucos anos, assumem as reivindicações emanadas dos trabalhadores rurais.

As novas exigências do desenvolvimento do capitalismo, a crescente organização dos trabalhadores nos campos e nas cidades, a inexistência da legislação trabalhista e previdenciária no mundo rural, o paulatino e crescente avanço das forças progressistas e democráticas no país, resultaram por favorecer às manifestações dos trabalhadores de um modo geral e, em particular, daqueles dos campos.

Estas evoluíram rapidamente de uma perspectiva mais imediata de suas reivindicações, alcançando em pouco tempo uma orientação revolucionária. Talvez a trajetória das Ligas Camponesas, particularmente as do Nordeste, corrobore o anterior. Nascidas da reivindicação de “tratamento mais digno e respeitoso” para com seus mortos, rapidamente estas associações passaram a questionar a estrutura fundiária, propondo, mesmo, sua superação através da revolução<sup>18</sup>.

Por outro lado, vale a pena destacar que à época não eram poucos os diagnósticos que apontavam a agricultura e a estrutura fundiária existente como obstáculos importantes para a expansão capitalista. Recapitulando, os argumentos giravam em torno dos seguintes aspectos:

a. ao não oferecer produção compatível com as exigências do modelo de base urbano-industrial, os preços agrícolas tenderiam a se elevar mais que os preços das indústrias acarretando transferências de rendas entre os setores a favor dos interesses agrários;

<sup>18</sup> “As Ligas Camponesas que proliferaram no Nordeste, propunham uma Reforma Agrária ‘na lei ou na marra’, para dar ‘terra a quem nela trabalha’. Sua efetivação passava pela liquidação de todos os ‘restos feudais’ [...] do próprio latifúndio [...] grande diferença com a proposta do PC em relação à Reforma Agrária era a questão da aliança com os ‘setores progressistas da burguesia’; a proposta das Ligas enfatizava o caráter revolucionário da luta pela terra, considerando-a uma contestação inerente à ordem capitalista vigente, o que levava necessariamente a colocar na ordem do dia a luta pelo socialismo”. Ver José Graziano da Silva. “Mas, qual Reforma Agrária?”, in: *Revista da ABRA*, n. 01, Campinas: ABRA, 1987. P. 13.

b. pelo mesmo motivo, os preços agrícolas tendiam, também, a pressionar o custo de vida nas cidades. A pressão por maiores salários colocava em cheque a acumulação do padrão urbano-industrial;

c. o “atraso” das relações sociais de produção da agricultura além de não possibilitar a mercantilização das relações, dificultava o processo de urbanização, vez que retinha população nos campos; e, no limite, impedia, que a agricultura se tornasse mercado para indústria.

Estes elementos identificados na agricultura brasileira que conduziram analistas a interpretar esta como obstáculo ao desenvolvimento econômico do país. Já argumentamos que o diagnóstico da existência de uma dualidade estrutural na economia brasileira, não captava de modo mais preciso a integração dialética (Oliveira, 1987a) que passara a ocorrer entre a agricultura e a indústria no Brasil a partir de 30. Já em meados dos anos 60 a agricultura modernizava-se, arrasando aquele instrumental analítico

Entretanto, ao diagnóstico da agricultura como entrave ao desenvolvimento econômico somar-se-iam outras demandas e anseios, como os assinalados anteriormente, acarretando elevado grau de tensão àquela conjuntura. O que se pôde verificar entre os anos de 1955 e 1964, ou seja, período que marca o inicio das manifestações mais contundentes dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas e o golpe militar foi a crescente polarização da sociedade brasileira em torno da questão agrária e a agudização dos conflitos sociais, cujo epicentro era a propriedade da terra.

Este acirramento resultava de concepções muito distintas a respeito dos objetivos e finalidades que deveriam cumprir tanto a agricultura inserida no processo de modernização quanto a reforma agrária no interior do padrão de desenvolvimento existente.

Não só movimentos sociais, mas partidos políticos de diversas orientações, credos religiosos, com particular atenção para a Igreja Católica, a burguesia industrial, os setores conservadores, enfim diversos segmentos apresentavam alternativas para a questão agrária. Evidentemente, a disputa entre os distintos projetos explicitava, de modo inequívoco, as concepções que orientavam o tipo de sociedade se pretendia alcançar.

Entre 1955 e 1964 a sociedade brasileira viu-se mergulhada em um amplo debate em torno da questão agrária, dentre outros que se fortaleciam. No período foram formuladas várias alternativas para a reforma agrária; o leque de alternativas abrangia desde a que entendia a reforma agrária

como indispensável ao desenvolvimento econômico e social do país, portanto com particular ênfase sobre os papéis que deveria cumprir a agricultura, até a reforma agrária de cunho revolucionário, isto é, que exigia a mudança da estrutura fundiária e da ordem vigente. O período que se abre com o golpe militar de 1964, desconstruiu alguns mitos e derrotou, violentamente, as propostas revolucionárias como as das Ligas Camponesas.

O que se verificou a partir de então foi a inadequação, por exemplo, do diagnóstico de que a agricultura constituía-se como obstáculo ao desenvolvimento econômico; os argumentos soerguidos em torno dos entraves que *impediam o pleno desenvolvimento das forças produtivas* de cunho capitalista em função das características do agro nacional foram superadas, pois o que ocorreu em anos posteriores, e que trataremos a seguir, demonstrava que nada naquele sentido ocorreu: a agricultura acabou por financiar em larga medida a industrialização do país, garantindo a necessária capacidade para importar; liberou contingente populacional de extraordinário volume e num espaço de tempo extremamente curto, faz do Brasil um dos poucos países no mundo que conseguiu urbanizar-se em aproximadamente três ou quatro décadas; forneceu adequadamente matérias-primas e alimentos de modo a reduzir sensivelmente as pressões inflacionárias e demandas salariais; e tornar-se, a despeito das teses formuladas, um mercado consumidor de produtos industrializados.

No Brasil, a dinâmica do processo de reprodução capitalista liderada pela industrialização, ainda que tardia, resultou numa associação entre as frações de classe proprietárias. Mesmo que possamos identificar tensões e conflitos entre as frações burguesas, estes não se configuraram de modo aberto. Em verdade, acreditamos ser possível argumentar em favor da ocorrência de um grande pacto; pacto este que garantiu em todos os níveis a propriedade, seja ela fundiária, industrial, comercial ou bancária, em detrimento das mobilizações populares e democráticas da sociedade brasileira.

Neste sentido, o golpe militar de 1964 pode ser compreendido como o desenlace do embate estabelecido entre projetos sociais e políticos que se confrontaram a partir do pós-guerra, mas que ganharam maturidade ao longo das décadas de 1950 e 1960. Desenlace que consagrava uma de nossas características, ou seja, repetia-se do modo violento e trágico o processo de “mudanças sem rupturas” tão presente ao longo de nossa história.

Os desdobramentos futuros, isto é, o processo de modernização por qual passou a agricultura nos anos 70, não permite que a questão agrária se resolva no país. A irresolução da questão agrária assume proporções extraordinárias em anos posteriores materializados nos latifúndios,

transformados em empresas modernizadas e na ocupação da fronteira através dos projetos de colonização dirigida oficial e particular. Ao não atender as demandas dos trabalhadores rurais quanto ao acesso à terra, o pacto político-militar de 1964 reforçou o caráter conservador das mudanças perpetradas.

A (ir)resolução da questão agrária configurou-se, na medida em que o modelo modernizante passa a vigir, de modo parcial e excludente, ou seja, atendeu, prioritária e proporcionalmente, a poucos e grandes proprietários de terra em determinadas regiões do país e permaneceu impedindo que milhares de famílias tivessem o acesso à terra.

Dialeticamente, o que era obstáculo transformou-se em propulsor da modernização capitalista da agricultura. A opção política, social e tecnológica contida no processo de modernização da agricultura, imposta sob a bandeira da segurança nacional dos governos autoritários, tentou de algum modo apresentar respostas. Entretanto, a alternativa apresentada continuou a ser parcial e excludente, além de autoritária.

Como salientamos anteriormente, o debate sobre a questão agrária nas décadas de 1950 e 1960 acirrou-se bastante e as propostas de realização de reforma agrária tiveram como pano de fundo a concentrada estrutura fundiária e a perspectiva de que o agro apresentava-se como obstáculo ao desenvolvimento capitalista no país.

Dos setores mais progressistas aos mais conservadores a reforma agrária fazia-se inscrever na plataforma política destes segmentos, ainda que o sentido da mesma fosse muito distinto em cada uma das proposições. Os desdobramentos desta discussão, na primeira metade dos 60, acarretaram, na década seguinte, que o imbróglio sobre esta tema tomasse rumos diversos daqueles apontados.

O desenvolvimento capitalista e os novos ritmos e patamares galgados pela industrialização entre no país, tornam-se referências indispensáveis à compreensão sobre o que ocorreu na agricultura brasileira, já a partir de 1965. A crescente complexidade da economia e, sobretudo, da sociedade brasileira, a (ir)resolução da questão agrária contida no golpe militar de 1964, a insuficiência das interpretações e diagnósticos dos anos 50 e os papéis que a agricultura passou a cumprir, possibilitaram avanços significativos acerca das relações estabelecidas entre o campo e a cidade, entre agricultura e a indústria.

Sob este aspecto, parece tornar-se importante avaliar o ritmo da industrialização e como este “rebateu” sobre a agricultura, fundamentalmente a partir de 1955, quando o padrão de acumulação já instalado, afigurou maior robustez. Cardoso de Mello (1990) é quem destaca que o bloco de investimentos realizados entre 1956 e 1961, modificou o padrão vigente, atribuindo-lhe maior qualidade e complexidade técnica e financeira, engendrando a possibilidade da retroalimentação ser conseguida pelo próprio sistema<sup>19</sup>.

O mais recente patamar alcançado pela dinâmica industrial trouxe consideráveis reflexos, isto é, diversos *linkages* para dentro e para fora do segmento industrial, além, é claro, do leque de possibilidades de inter-relação com outros segmentos da economia, como nossa área de interesse, isto é, a agricultura.

Rapidamente, vale mencionar que este incremento da produção e da produtividade industriais ocorreu em uma conjuntura internacional bastante favorável. Já em uma fase madura da recuperação europeia do pós-Guerra, capitais encontravam-se a “procura” de mercados que de alguma forma trouxe ao Brasil grande afluxo de capitais produtivos ávidos por mercados em que pudessem reproduzir.

Esta oportunidade consagrou-se no tripé de sustentação pactuado à época, onde os recursos públicos eram destinados prioritariamente para investimentos de infra-estrutura; os capitais nacionais privados circulavam em torno de setores mais tradicionais da economia, como vestuário e alimentos; os capitais forâneos abocanharam os ramos mais dinâmicos da economia brasileira.

Devemos recordar que neste período, isto é, no pós-50, foram incorporados à agricultura dos países centrais tecnologias e/ou melhoramentos que contribuem para a elevação da produtividade média do setor primário da economia. A maior utilização de insumos, defensivos agrícolas e maior mecanização das lavouras, aliado às descobertas de caráter agronômico potencializou as safras de produtos agrícolas.

Este padrão de produção, baseado na larga utilização de conhecimento científico aplicado aos campos, ficou conhecido como Revolução Verde e passou a ser exportado para a periferia do sistema capitalista. Já em meados dos anos 50, é possível organizar grande parcela da produção fazendo uso das melhorias existentes.

<sup>19</sup> Ver João Manuel Cardo de Mello. *O Capitalismo Tardio*, 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 118 e 119.

Se se pode concordar com o anterior, embora necessária, a Revolução Verde ainda era insuficiente para permitir alterações drásticas na agricultura brasileira diante dos diagnósticos formulados nos anos 50 e parte dos 60. A condição que, juntamente com a anterior, se habilitou a ser a base das transformações sociais e econômicas por que passou a agricultura, foi a internalização do departamento I da economia<sup>20</sup>.

Neste particular, o padrão de industrialização inaugurado pelo Plano de Metas é o parâmetro mais apropriado para análise destas transformações sociais e econômicas, pois ao nível da acumulação estabelecia-se uma mudança qualitativa capaz de engendrar uma dinâmica especificamente capitalista, na medida em que a industrialização empreendida implicou em uma expressiva expansão da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes que qualquer expansão previsível de seus mercados (Almeida Filho, 1994 e Cardoso de Mello, 1990).

Para o que nos interessa neste momento, ou seja, o que se verificou na agricultura após 1964, esta observação é de extrema relevância. Ao indicar que o processo de industrialização pesada é amparado por um crescimento planejado à frente da demanda, além do crescimento acelerado da capacidade produtiva do departamento produtor de bens de produção, os autores nos oferecem instigantes “pistas” para relacionarmos a nova fase da industrialização, isto é, o aprofundamento do padrão de acumulação de base urbano-industrial com as transformações da agricultura brasileira. A imbricação que ocorre entre indústria e agricultura, cujas características principais apontaremos mais adiante, trouxe novos desafios aos analistas e estudiosos da temática agrária.

Assim, já não fazia mais sentido diante desta realidade as tese da existência de relações arcaicas ou feudais no mundo rural, bem como aquelas que diagnosticavam a agricultura como obstáculo ao desenvolvimento capitalista. A modernização do agro permitida pelo uso intenso e intensivo da tecnologia, dos defensivos e fertilizantes agrícolas, pela rede instalada de assistência técnica aos produtores rurais e pelo maciço êxodo rural indicavam outra situação no país e na agricultura. Mesmo que este quadro mais recente não fosse homogêneo no território nacional, evidenciava-se uma nova realidade econômica e social responsável pela obsolescência do instrumental teórico e metodológico dos anos 50. A partir de então, o núcleo das discussões passava a ser a modernização da agricultura.

<sup>20</sup> Sem buscar recursos de maior sofisticação, adotaremos a seguinte nomenclatura: chamaremos de D1 o departamento de bens de produção; D2 o departamento produtor de bens duráveis de consumo; e D3 o departamento produtor dos bens não-duráveis de consumo.

A novidade dos anos 70 é a modernização por que passa agricultura mediante alguns determinantes. Inegavelmente a internalização do D1 da economia, cumpriu papel de extremada importância. Também a expansão do mercado interno, ao ampliar a mercantilização das relações sociais e econômicas, assume importância destacada neste aspecto.

A existência do departamento produtor de bens de produção dentro das fronteiras nacionais, permitiu, em poucos anos, a constituição de um D1 específico para a agricultura que somado aos preceitos da Revolução Verde (larga utilização de insumos, adubos, defensivos, etc., provenientes da indústria), transformou radicalmente a agricultura brasileira, sendo elemento crucial para a desagregação do complexo rural (Graziano da Silva, 1996).

A dinâmica do complexo rural era baseada em uma incipiente divisão do trabalho, na produção interna ao complexo de todos ou quase todos os produtos necessários e complementares à atividade principal, bem como os itens relativos à subsistência de seus habitantes. Também se caracterizava por uma relação direta com o mercado externo, através de produção de uma mercadoria com relativa aceitação naquele mercado, o que deixava o complexo rural à revelia da flutuação dos preços internacionais obtidos por seus produtos.

Esta dinâmica apresentada pelo complexo rural, dificultava a irradiação de relações tipicamente capitalistas. A instituição do trabalho livre, em fins do século XIX, abalou profundamente o complexo rural que foi desarticulado por completo quando da implantação do D1 na economia brasileira. A partir de então a dinâmica da agricultura estará determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais e a ação do Estado nesse contexto orienta-se para o modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima e gerando as condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor (Graziano da Silva, 1996).

A modernização da agricultura que resultou na crescente industrialização da mesma<sup>21</sup>, alcançando a articulação dos complexos agroindustriais, deixou para trás toda a querela em torno da concentração da estrutura fundiária; antes, o modelo concebido atribuiu novos contornos a algumas

<sup>21</sup> “É fundamental assinalar que o conceito de *industrialização da agricultura* não deve ser reduzido apenas a alterações na forma de produção decorrente da maior integração da agricultura com os setores industriais. A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho[...]A industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira[...]e mesmo à grande indústria [...].E essa passagem é caracterizada essencialmente pela inversão da função desempenhada pelo trabalhador que passa do papel ativo e integral do artesão para o de um trabalhador parcial[...].Na manufatura, até atingir a passividade do operário industrial que apenas vigia sua máquina”. Ver José Graziano da Silva. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira* Campinas: EdUNICAMP, 1996, p. 23.

características do agro nacional, como por exemplo a permanência da grande propriedade territorial, o latifúndio tornado empresa rural.

Podemos avançar um pouco mais e afirmar que a modernização assume características particulares: possui concentração espacial; é seletivo quanto à produtos e produtores; e tem enorme respaldo na política oficial de crédito rural subsidiado.

Para além destas características, vale assinalar, que a crescente subordinação da agricultura à indústria e a consequente formação dos complexos agroindustriais, resultaram em uma crescente integração de capitais<sup>22</sup>. Todo este vigoroso processo ocorrido na agricultura requereu, por sua vez, volumoso aporte de recursos financeiros. O financiamento à modernização da agricultura baseado em um sistema de crédito rural de âmbito nacional (SNCR/1965), possibilitou o engajamento definitivo entre estes dois setores.

O crédito rural, assim, cumpre tarefa de primordial relevância na opção pela modernização. Sem ele tornar-se-ia muito difícil ou mesmo impossível articular interesses tão dispare quanto os da burguesia industrial e dos latifundiários.

A constituição do complexo agroindustrial parece significar o ápice da modernização do agro nacional. Nele, articularam-se os interesses de diversas frações da classe proprietária conduzindo e reforçando a reprodução ampliada do capital em um patamar qualitativamente distinto daquele verificado entre 1930 e 1960. No complexo agroindustrial a agricultura torna-se crucial não apenas do ponto de vista de fornecedora de matérias-primas, alimentos e força de trabalho, mas fundamentalmente por constituir-se como demandadora de mercadorias produzidas pela indústria. Desta forma a agricultura “engata-se” definitivamente no circuito da reprodução capitalista, este é o sentido da industrialização da agricultura e sua modernização.

Procuramos neste item, apresentar sumariamente a relação entre a (ir)resolução da questão agrária e a modernização da agricultura no Brasil já a partir de 1964. A modernização sustentou-se, em larga medida, no latifúndio transformado em empresa rural. Por outro lado, exigiu novos parâmetros analíticos para a compreensão do processo de expansão e consolidação do capitalismo em nossa sociedade.

<sup>22</sup> Ver Guilherme Delgado. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*, São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985, p. 34.

As opções contidas no golpe militar de 1964 no tocante à questão agrária, indicam que apesar das distintas formações sociais sobre as quais o sistema capitalista passa a vigir seu mote principal é ratificado a todo instante: extração da mais-valia e busca incessante de sua reprodução ampliada.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 o que se viu no Brasil foi o aprofundamento dos princípios modernizantes que alcançaram regiões longínquas do território nacional integrando-as, ainda que de modo precário. Concomitantemente, persistiu a marginalização de expressivos contingentes de trabalhadores rurais e camponeses. Neste sentido, a (ir)resolução da questão agrária é a contra-face da modernização, que, como tragédia, faz a história repetir-se. No caso em questão, surge mais um período caracterizado por “mudanças sem rupturas”.

Ao alterar as condições do período imediatamente anterior, no qual o agro é obstáculo ao desenvolvimento capitalista, o período pós-64 integra-o à lógica de reprodução capitalista. Aqui reside inapelavelmente a mudança, contudo permanecem a seletividade, a brutal exploração e a exclusão daqueles que (sobre)vivem do trabalho. As dificuldades seculares de acesso à terra é o elo que une períodos tão distintos entre si. Este parece ter sido o legado que teima em persistir ao longo de nossa história.

Talvez menos estudado, mas nem por isto menos importante, tem sido a estratégia de ocupação do território nacional adotada a partir do golpe militar de 1964, através dos projetos de colonização dirigida. A seguir buscaremos tecer algumas considerações sobre a colonização impulsionada no período recente e avançar sobre a hipótese de que estes projetos são componentes indiferenciados do sentido apontado da modernização da agricultura, ou seja, o estímulo que tais projetos recebem no contexto dos anos 60 e ao longos da década de 1970 são consoantes a ampliação da atuação dos capitais no território brasileiro em busca de sua reprodução ampliada e a sua contra-face, a exclusão crescente.

Laranjeira (1983) define colonização como ato de ocupar porção do território de modo racional, o que deve corresponder ao povoamento com seletividade buscando alcançar o objetivo da exploração econômica do solo. O conceito nos induz a pelo menos duas idéias centrais: a primeira situa-se em torno da ocupação de “espaços vazios” dentro de um determinado território; a segunda, é de que esta ocupação deve atender exigências da racionalidade econômica.

Considerando que esta apreensão tem validade, a partir desta ótica procuraremos explorar a colonização dirigida que passou a ser estimulada no país após o golpe militar. Assumiremos, também, como premissa desta abordagem, que os projetos de colonização que rapidamente se multiplicam no território nacional, com ênfase no âmbito da Amazônia Legal<sup>23</sup>, compuseram o mesmo escopo existente na modernização da agricultura. Com isto queremos afirmar que apesar de distintos, os processos de modernização do agro e o de colonização dirigida são partes de uma mesma totalidade, no caso em tela referimo-nos ao pacto social econômico e político firmado entre os interesses das classes proprietárias, nacionais ou não, em torno de uma refinada integração entre a agricultura e a indústria, ainda que àquela se integrasse de maneira subordinada a esta.

Nossa perspectiva é a de que a colonização dirigida reforçou e consolidou, tal qual a modernização, o desenvolvimento mais amplo e totalizante do capitalismo. Desta forma, também configurou-se como processo seletivo e excludente igualando-se ao **sentido** contido nas enormes transformações ocorridas nos campos do país entre 1964 e 1980.

Se a internalização do D1 e a implantação de um sistema de crédito de alcance nacional, o Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, são momentos decisivos para o processo modernizante, algo semelhante ocorre na esfera da colonização. Aqui a referência obrigatória é o Estatuto de Terra<sup>24</sup>, como já destacado anteriormente. Nele encontramos dispositivos legais que visavam legislar sobre a reforma agrária, entretanto as opções daquela conjuntura, ratificadas na execução da legislação pertinente levam-nos a crer que houve privilegiamento das classes proprietárias; quer sejam urbanas, quer sejam agrárias. Mesmo diante dos dispositivos que poderiam favorecer à reforma agrária, o que se viu nos anos que se seguem ao Estatuto da Terra foi sua utilização como entrave à execução de uma reforma agrária que distribuisse terra, sua utilização resultou na secular permanência de nossa estrutura fundiária concentrada.

Na verdade, a reforma agrária tornou-se figura de retórica, pois admitida na legislação vigente, era inviabilizada pelos próceres civis e militares responsáveis pelas macropolíticas. A partir de 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural houve o abandono, no interior do Estatuto da Terra, de toda a parte destinada à reforma agrária, consolidando-se definitivamente a colonização dirigida, quer fosse oficial ou dirigida, como “reforma agrária” possível.

<sup>23</sup> A Amazônia Legal abrange os seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.  
<sup>24</sup> “O Estatuto da Terra [...] define como colonização ‘toda atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou cooperativa’”. Ver Raymundo Laranjeira. *Colonização e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 27.

A estratégia desenvolvida tendeu a conciliar alguns interesses: arrefecer a tensão havida nos campos brasileiros; ocupação de vastas áreas do território nacional; e através destas ações favoreceu a reprodução ampliada do capital. O privilegiamento dos projetos de colonização em detrimento da reforma agrária é a explicitação do amálgama existente entre os interesses das frações de classe proprietárias.

Os esforços de colonização já presentes nas primeiras décadas do século XX, contudo não se consolidaram dada que as condições de reprodução capitalista existente seguiam um padrão horizontal<sup>25</sup> (ou restringida); portanto o salto qualitativo, a verticalização do padrão de industrialização a partir de 1955 com o bloco de investimentos contido no Plano de Metas, permitiu, alguns anos após, o surgimento de uma considerável estrutura técnico-burocrática-financeira capaz de conectar todos os elos da cadeia. Foi possível, portanto, entrelaçar os diversos interesses das frações de classe proprietárias aproximando-as e reunindo-as no pacto conservador erigido em 1964.

O desenho institucional que foi se desenhando nestes anos, alijou do cenário político as vozes críticas e dissonantes, consolidando o pacto político conservador entre as frações de classe proprietárias, alcançando a reprodução capitalista a patamares até então desconhecidos pelo desenvolvimento havido. Esta perspectiva também parece captar, com alguma propriedade, a dinâmica dos projetos de colonização.

Ainda que possamos identificar nos projetos de colonização um certa “distribuição” de terras, temos de estar atentos, mais uma vez, ao sentido empregado. De modo inequívoco, os projetos de colonização permitiram ampla integração entre capitais de naturezas variadas.

Ao distribuir alguma terra, através dos projetos de colonização, na área de abrangência da Amazônia Legal, a estrutura fundiária brasileira permaneceu concentrada. Daí, a colonização dirigida que se intensifica no Brasil, não deve em hipótese alguma ser confundida com propostas de reforma agrária que permitisse acesso à terra. Ao distribuir alguma terra em áreas de expansão da fronteira, a colonização tentou ocultar ou mesmo retirar da cena política as discussões em torno do acesso à terra. Desta forma, como na modernização da agricultura, o latifúndio assume lugar central do processo; quer na região modernizada, o Centro-Sul; quer na fronteira em expansão.

<sup>25</sup> “A colonização do período 1930/1960 foi que se caracterizou como benéfica ao elemento nacional[...]Seu fracasso, porém, fez esquecidas as disposições legais que criaram[...]as Colônias Agrícolas Nacionais (1938) e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1954)”. Ver Raymundo Laranjeira, *op. cit.*, p. 26.

Resumidamente, os projetos de colonização se opõem à reforma agrária. Ao fomentar a migração em direção à fronteira, com promessas de acesso à terra, o modelo simplesmente consolida o caráter seletivo e excluente presente e característico do pacto conservador-autoritário instalado no poder a partir de 1964.

## 1. 4. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O IMPULSO À COLONIZAÇÃO

No padrão de desenvolvimento inaugurado com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira a partir de 1930 e com a consequente ruptura da hegemonia que possuíam os exportadores, particularmente os de café, o Estado passou a exercer liderança ativa que buscava consolidar certo projeto de industrialização. É de se notar que no país, o Estado sempre cumprira papel de destaque no manejo dos instrumentos de política econômica, entretanto a partir de 1930 a liderança ativa exercida tornou-se qualitativamente distinta de períodos anteriores. Tratava-se de promover a modernização social, econômica e administrativa do país.

O padrão de acumulação e o processo de industrialização daí decorrente, foi o que atribuiu cores mais nítidas, ao longo das décadas de vigência deste padrão de desenvolvimento, ao tipo e à qualidade de liderança ativa exercida pelo Estado. Em poucas palavras, a determinação em equiparar-se às nações mais desenvolvidas do mundo fez com que a interface entre Estado e sociedade e Estado e economia assumisse contornos mais delineados em torno da industrialização e da superação das mazelas sociais que persistiam no país. As políticas públicas formuladas ao longo do período ratificaram a opção política e econômica que marcou significativamente o período que se iniciou em 1930 e se estendeu até fins dos anos 80.

Ao longo destas seis décadas de desenvolvimento econômico e social houve momentos em que a conjuntura, ao responder favoravelmente aos estímulos voltados à industrialização, possibilitou enorme crescimento econômico como podem exemplificar o período do Plano de Metas e do “Milagre Brasileiro”; em outros o crescimento não foi tão expressivo assim, mas nem por isto refutou-se o padrão de desenvolvimento implementado, como podem testemunhar neste sentido os períodos correspondentes ao P.A.E.G. (Plano de Ação Estratégica do Governo) e aos PND’s (Planos Nacionais de Desenvolvimento).

Como recurso analítico de forma a identificar diferenças entre as políticas que favoreceram à colonização no interior do padrão de desenvolvimento inaugurado em 1930, apontamos duas fases: a primeira que se estendeu deste ano até 1964; e a segunda de 1964 até fins dos 80, quando este padrão de desenvolvimento parece sofrer forte inflexão. Este corte temporal, denota, evidentemente, nossa perspectiva de compreender o momento do golpe

militar como um dos elementos centrais e que atribuíram marca própria aos processos de colonização que, a partir daí, ganharam relevo e destaque no cenário nacional. Neste sentido, as experiências de colonização têm no Estado um forte aliado. Todo o aparato institucional e as políticas públicas implementadas desde então foram quantitativa e qualitativamente distintas dos projetos de colonização ocorridos entre 1930 e 1964. Os projetos de colonização particular verificados no estado do Mato Grosso já no início dos anos 70 parecem constituir-se em bons exemplos do que queremos assinalar.

Ainda que não sejam muito difundidos os estudos sobre colonização entre 1930 e 1964, o que a literatura destaca é que houve uma preocupação por parte do Estado neste sentido; preocupação esta que se destacava na ocupação de vastas áreas do território nacional. Foi no Estado Novo (1937/1945) que as experiências de colonização deste período foram mais difundidas. A “Marcha para o Oeste” e as Colônias Agrícolas Nacionais conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional e a inclusão destes rincões ao mercado interno que paulatinamente ia se formando. As dificuldades para que o projeto pudesse se completar residiram, a nosso juízo, fundamentalmente na incipiente estrutura econômica. A ausência de uma maior e melhor articulação entre as estruturas financeira, de investimentos e de distribuição impossibilitaram a disseminação pelo território nacional de experiências deste quilate. Mesmo as experiências de algum sucesso no período, como são os casos das Colônias Agrícolas de Dourados (MS) e a de Goiás, apenas reforçam nossa idéia inicial diante da precariedade como estas foram constituídas (Lenharo, 1986).

A partir de 1964 a história tem outros contornos. Entre 1964 e 1966 a estrutura econômica erigida com o Plano de Metas alcança grande consistência e integração. Desde então as estruturas de financiamento, de investimentos e de distribuição amadureceram seus instrumentos, tornando-se a um só tempo mais ágeis e mais consistentes. Em poucos anos, a colonização dirigida pôde ser impulsionada e o que se viu foi a proliferação das experiências de colonização por toda a área da Amazônia Legal, com absoluto destaque para o estado do Mato Grosso no que se refere à colonização particular. Aqui cabe um dado adicional. A colonização que se difundiu após 1964 apresentava um duplo caráter, ausente no período anterior. Este caráter duplo não apenas diferenciou as experiências de colonização, mas colocou em novos patamares os processos de colonização, pois tratava-se de mediar a valorização de capitais privados das empresas de colonização com os interesses geo-

estratégicos e de segurança interna do Estado e, ao mesmo tempo, constituiu-se como alternativa viável à resolução da questão agrária.

A multiplicação dos projetos de colonização na área da Amazônia Legal, foram o resultado das opções contidas nas orientações políticas e econômicas a partir de então. Deste ponto de vista, o que ocorreu foi que a vertente reformista do Estatuto da Terra – favorável à reforma agrária – foi rapidamente suplantada pela de caráter modernizador. A transformação das propriedades rurais (minifúndios e os latifúndios) em empresas rurais deu a tônica do desenvolvimento no que concerne à questão agrária. Ao se modernizar, a agricultura se industrializava. Industrializava-se, adquirindo máquinas e equipamentos das indústrias, neste momento, já consolidadas no interior do parque industrial do país e subordinando-se à mesma isto é, o complexo rural paulatina e progressivamente desestruturava-se, abrindo caminho para uma nova forma de articulação entre os interesses da burguesia industrial e os dos proprietários rurais. O complexo agroindustrial foi aquele que bem traduziu este quadro que se formava desde fins dos 50 e que foi largamente estimulado pelas políticas públicas implementadas após 1964 (Graziano da Silva, 1996).

De outro lado, ganhou muita força a partir do Estatuto da Terra os incentivos à colonização dirigida oficial ou particular nas áreas de fronteira do país, processo este que se multiplicou às centenas ao longo da década de 1970. Anteposta a reforma agrária, a colonização estimulada pelo Governo Federal pretendeu resolver, em outra ponta do problema, a questão da terra.

Se a modernização acoplava o agro à indústria, a colonização era vista como alternativa aos conflitos agrários do país buscando minimizar os mesmos, sobretudo os do Nordeste e os do Sul do país, investindo na migração destes trabalhadores rurais, transformados em colonos. Veremos mais adiante que a colonização dirigida teve também como objetivo o controle dos colonos e das áreas onde ocorria. No caso do estado de Mato Grosso, palco privilegiado das experiências de colonização dirigida de caráter privado, os projetos ali existentes caracterizaram-se mesmo como “fortalezas do capital privado” (Becker, 1990).

Tanto a industrialização da agricultura como a colonização dirigida foram instrumentos que articulavam os interesses dos capitais privados aos da geoestratégia do

Estado e, neste particular, possuíram enorme destaque as regiões Centro-Oeste e Norte. O Estado teve papel crucial na busca do entrelaçamento de interesses aparentemente distintos. Internamente compatibilizou os interesses da burguesia industrial que se consolidava com os do capital internacional; do ponto de vista nacional, soergueu um pacto político e econômico que soldava os interesses dos proprietários de terra, transformados em empresários modernos, aos desta mesma burguesia. Além da modernização do agro, cumpriu papel de destaque neste aspecto o incentivo recebido pelas empresas de colonização, que rapidamente habilitaram-se a realizar parcerias com o Estado que visassem ao desenvolvimento social e econômico do país; desenvolvimento este resguardado pela tônica da segurança interna (ordem) aliado ao avanço material das classes proprietárias (progresso).

Ao observarmos os fatos do período que se relacionam mais diretamente com as regiões apontadas – Centro-Oeste e Norte – notamos que houve uma determinação em trazer para o centro dos acordos realizados entre os patrocinadores da nova configuração institucional e os interesses das forças regionais e do capital internacional a questão da integração destas regiões ao restante da economia nacional.

Como vimos, este tipo de preocupação já existia em momentos anteriores, como por exemplo no Governo de Getúlio Vargas, onde a “Marcha para o Oeste”, a criação de núcleos coloniais em Goiás e o (atual) Mato Grosso do Sul e a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (Cardoso e Müller, 1978 e Lenharo: 1996) davam mostras evidentes da necessidade em se incorporar e integrar os interesses regionais a esta vasta área do território ao mercado nacional. A despeito destas preocupações que ganharam maiores proporções nos anos 40 e 50, foi, indubitavelmente, a partir de 1964 que se verificaram iniciativas mais organizadas e orgânicas de incorporação destas regiões.

A orientação contida no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967/1976) adequava-se muito bem às orientações aos interesses existentes naquele momento (Costa, 1997). Na verdade a elaboração deste Plano e mais particularmente do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, em momento algum, contradiziam-se com a política de ocupação e valorização das regiões apontadas.

Tratava-se de empreender uma atuação mais consistente para que os esforços não se dispersassem e que houvesse uma coordenação capaz de indicar, apontar, direcionar e mesmo

estimular novos investimentos na região sob pena das iniciativas de ocupação e valorização fracassarem dado uma série de dificuldades pré-existentes, tais como: inexistência de linhas de financiamento expressivas para a região; distância dos principais centros da economia brasileira; pouca ou nenhuma presença do Governo Federal; atividades de pouca expressão econômica no mercado interno, etc.

As medidas governamentais que criaram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S/A (BASA) em 1966; que ampliaram os incentivos fiscais no âmbito destas agências já em 1968; que formularam o Programa de Integração Nacional (PIN) em 1970; e que engendraram a Amazônia Legal (que superpunha territórios permitindo controle total e absoluto sobre extensa área do território nacional por parte Governo Federal), deram início a uma proposta de coordenação de inúmeras ações do Estado na região.

Tendo como um de seus principais objetivos o financiamento de infra-estrutura na região da SUDAM (que, em larga medida, “coincidia” com a área da Amazônia Legal), a primeira etapa do PIN compreendia a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, além de ofertar recursos às empresas de colonização para as primeiras ações visando a exploração econômica das áreas colonizadas. A partir destas medidas houve para a Amazônia Legal uma imensa canalização de recursos federais que beneficiaram não só as empresas de colonização, mas os capitais que para lá se deslocaram no período. Sob o argumento da imperiosa necessidade da integração nacional, patrocinados pela bandeira do desenvolvimento e da segurança, o que se pôde observar para o período, foi a formulação de um sem-número de políticas que visavam primordialmente sedimentar os interesses entre o Estado autoritário, os capitais privados provenientes do Centro-Sul e mesmo os de fora do país, através dos projetos de colonização e de implantação de pólos regionais de desenvolvimento.

O quadro I apresenta, resumidamente, para aproximadamente três décadas, os programas, projetos e objetivos mais importantes delineados para Amazônia Legal.

**QUADRO 1:**  
**Principais elementos da estratégia de ocupação**  
**Amazônia 1953 - 1980**

ANO	Programas, projetos e órgãos executivos	Objetivos
1953	SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia/Presidência da República.	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010). Ministério dos Transportes, DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Ocidental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364). Ministério dos Transportes, DNER.	Implantar um eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia.
1966	SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Ministério do Interior.	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre redistribuição de incentivos fiscais.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. Ministério do Interior.	Integrar porção ocidental a Amazônia, mediante criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia. Ministério das Minas e Energias.	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.
1968	Incentivos Fiscais/SUDAM.	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional.	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.
1970	PROTERRA – Programa de Redistribution de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.	Promover a capitalização rural.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Interior.	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Ministérios da Agricultura, do Interior, e dos Transportes.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Araguaia SGCSN/PR	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos
1980	PGC – Programa Grande Carajás. SEPLAN/PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agroflorestais da região

Fonte: Becker, 1998: 16 e 17.

Não são poucos os autores que, minuciosamente, apresentam as várias iniciativas voltadas para a Amazônia Legal. A partir destas indicações procuramos concentrar em cinco grandes grupos as políticas públicas formuladas a partir de 1964 que procuraram privilegiar projetos a ser executados na região da Amazônia Legal, são elas:

- planos macroeconômicos que tinham como objetivo transformar o país numa nação desenvolvida, como por exemplo o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento;

- b) programas governamentais que estimulavam o surgimento de projetos agroindustriais, agroflorestais, agrominerais ou agropecuários na área de abrangência da SUDAM, como são exemplos o POLOAMAZÔNIA e o PROTERRA, dentre outros;
- c) política agressiva de estímulo a formação de uma infra-estrutura adequada, destacando-se, na Amazônia Legal, os investimentos destinados à malha rodoviária federal, o PIN foi um bom exemplo;
- d) incremento da política de colonização, quer oficial ou particular. Os projetos quase sempre ocorreram às margens das rodovias implementadas na oportunidade, como no caso do POLONOROESTE;
- e) concessão de incentivos da naturezas diversas, a SUDAM e o Sistema Nacional de Crédito Rural caracterizam bem esta orientação.

O conjunto dessas medidas aplicadas quase que ao mesmo tempo na Amazônia Legal resultou em modificações bastante acentuadas para a região. O diagnóstico que tais investimentos realizados na fronteira tenderiam a reduzir os conflitos agrários no país, desconsideraram que os mais agudos problemas estavam sendo repostos em patamar mais elevado, pois que agora envolvia novos agentes sociais. O recrudescimento da violência rural a partir de 1964 apontados por Martins (1985) e Oliveira (1988) evidenciavam o enorme grau de exclusão que o modelo de desenvolvimento adotado portava e que era recolocado para a fronteira e na Amazônia Legal.

A presença do Estado, através das políticas públicas, implementadas na área da Amazônia Legal simplesmente ratificava as opções contidas no direcionamento adotado a partir de 1964 para o conjunto da economia brasileira e que se expressavam de modo contundente nesta porção do território nacional.

Neste sentido, a colonização dirigida que se verificou em Mato Grosso foi derivada de um rol de ações convergentes que se tornaram exitosas tanto em abrir novas áreas e atividades à valorização do capital, quanto no arrefecimento das demandas sociais em torno da reforma agrária. Em outras palavras, o que procuramos demonstrar até o momento foi que a “opção” pela colonização dirigida não surge como “um raio num dia de sol”, ela resulta de determinantes econômicas, sociais, políticas e ideológicas presentes de maneira mais acentuada no início da década de 1960. O golpe militar foi a forma como as forças sociais conservadoras da sociedade brasileira “equacionaram” inúmeras questões, como a da reforma

agrária. Como veremos no capítulo seguinte, a colonização dirigida, particularmente a que ocorre em Mato Grosso, cujo destaque é para a de caráter particular, se deu mediante um planejamento bastante preciso, onde a materialização da colonização jamais pôde prescindir da ordem e do progresso – uma ordem (social e política) autoritária que submetia os colonos aos ditames do empreendimento colonizador e um progresso excludente, que possibilitava um robusto circuito para a acumulação ampliada do capital.

**CAPÍTULO 2:**

**A MATERIALIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO:**

**O CASO DE SINOP**

# Brasil

## Mato Grosso - 2003



— Limite do Estado

• Capital do Estado

1 : 7,900,000

escala

## 2. 1. O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO PARTICULAR EM MATO GROSSO

Os organismos, instituições e políticas implementadas a partir do golpe militar de 1964 cujo foco recaiu sobre a colonização e que tiveram seu ponto de maior expressão na década de 1970, foram responsáveis por transformações bastante acentuadas no estado de Mato Grosso.

Na porção norte desta unidade da federação ocorreu, no período indicado, mudanças quantitativas e qualitativas que integraram de forma inequívoca o território mato-grossense à economia brasileira. Se, por um lado, os anos 70 foram marcados por uma certa tendência de desconcentração industrial, ampliando as áreas industrializadas no país (Diniz, 1993; Diniz e Lemos, 1986; Tavares, 1996; e Azevedo e Toneto Júnior, 1999); por outro, a inserção de Mato Grosso ocorreu, fundamentalmente, através do processo de expansão da fronteira agrícola, onde os projetos de colonização cumpriram papel de bastante destaque ao longo dos anos 70.

A expansão da fronteira agrícola através da intensificação e multiplicação dos projetos particulares de colonização, em Mato Grosso, apresentou-se de modo singular. Entre fins dos 60 e por toda década de 1970, pôde ser identificada uma profunda e intensa atuação dos capitais privados, via empresas particulares de colonização, no estado e com absoluto destaque para a porção norte do território. Esta parece ter sido a mais destacada forma de ocupação, valorização e integração do território de Mato Grosso à lógica de reprodução do capital. Processo este que naquele momento implicava na redução das tensões sociais, particularmente aquelas relacionadas à questão agrária, e, concomitantemente, na criação de novas oportunidades de valorização para o capital.

Ao debruçar-se sobre a contribuição de Mato Grosso nas discussões que envolviam as diretrizes e rumos da política agrária brasileira, Ferreira *et all* (1999: 209) destacam a existência de duas fases bem distintas no estado;

*“a primeira, ligada a política de integração e segurança nacional, norteada pelo ordenamento estratégico do pensamento militar (década de 70 até início de 80). São os projetos das frentes de expansão da fronteira agrícola, calcados em políticas de ocupação e*

*de incentivos fiscais para empresas agropecuárias. A segunda fase, que ocorre na década de 80, já é uma resposta e reajuste das políticas anteriores, mas norteadas pela dominância de uma 'estratégia agrícola', de consolidação da modernização da agricultura nas regiões que permitem uma maior inserção do capitalismo no campo'.*

Interessa-nos, sobretudo, a primeira das fases propostas pela periodização de Ferreira *et all* (1999), pois que identificamos neste período o de maior destaque e importância da atuação dos empreendimentos de colonização particular em Mato Grosso. Foi ao longo da década de 1970 que a expansão da fronteira agrícola no estado deu-se quase que exclusivamente por via das empresas de colonização que para lá se deslocaram, sustentadas por amplos programas governamentais de apoio à atividade. Em outras palavras, nossa atenção está relacionada ao amálgama que parece se estabelecer entre as políticas de ocupação do estado de Mato Grosso, com ênfase para a porção setentrional deste território, e as diretrizes implementadas pelos governos militares instalados no Estado Nacional e que apresentou seu maior nível de elaboração nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND's).

Para os objetivos aqui delineados, a "segunda fase", isto é, a que consolida a modernização da agricultura sustentada por uma estratégia agrícola que cumpria, dentre outras, a finalidade de gerar saldos comerciais superavitários na balança de transações correntes não será foco de nossa investigação. Contudo, devemos ressaltar que a estratégia agrícola apontada por Ferreira *et all* (1999), tem nos complexos agroindustriais, a principal articulação ocorrida entre a política econômica adotada, a incorporação daquela porção do território nacional e a crescente subordinação da agricultura à industrialização (Delgado, 1985).

Buscamos a construção de um argumento que destaque o sentido deste amálgama, isto é, a "desenfreada corrida" das empresas particulares de colonização para o norte de Mato Grosso distanciou-se de ações individualizadas dos capitais privados personificados nos "bandeirantes do século XX"; antes, foi resultado de uma intencionalidade presente nas políticas levadas adiante pelos militares que geriam o Estado naquele momento. Para além do "espírito desbravador" dos "semeadores de cidade", houve uma poderosa articulação entre os

interesses geopolíticos e geo-estratégicos dos militares (Couto e Silva, 1981) e as novas oportunidades de valorização do capital; ambos processos notadamente contrários à resolução da questão agrária no país. Ou dito de outra forma, equacionando a questão agrária (Graziano da Silva, 1980: 07 e 08) de uma forma específica, ou seja, transformando a agricultura em uma oportunidade de negócios rentáveis para o capital.

Aqui, como salienta Guimarães Neto (2002:145), o norte de Mato Grosso ganha relevo no cenário nacional pois os dados quantitativos sobre as empresas de colonização são inequívocos, o que leva a autora afirmar de modo impressionante e categórico que

*“Na década de 1970 toda parte norte de Mato Grosso se constituiu no ‘paraíso privado’ das empresas colonizadoras do país, fosse realmente para implementar e desenvolver projeto de colonização, fosse para servir como instrumento à apropriação de terras e outras justificativas menos explícitas. De acordo com os dados do INCRA (1981), de um total de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (envolvendo inclusive aquelas cujos registros foram cassados ou cancelados), no período de 1970 a 1981, aproximadamente 42% delas estavam localizadas no Estado de Mato Grosso. Entretanto, se não considerarmos aquelas cujos registros foram cancelados ou cassados, num total de 19, o número de empresas em funcionamento efetivo naquele período caia para 82, fazendo com que o percentual das que se mantiveram em atividade no Estado subisse para 52% ... de 125 projetos [visto que empresas tinham mais de um projeto] autorizados a funcionar pelo INCRA ... 75 (ou seja 60%) estavam efetivados em Mato Grosso ... desses 75 projetos de colonização, 49% ... se desenvolveram, direta ou indiretamente, ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém”.*

Indubitavelmente os números apresentados são contundentes e evidenciam a resoluta determinação no processo de ocupação do norte de Mato Grosso. A dimensão é tão impressionante que estes dados também chamam a atenção de outra estudiosa sobre o assunto. Arruda (1997: 45) tem a atenção despertada e se expressa da seguinte forma:

*“A frente de expansão mais recente (1970) – o norte do Estado de Mato Grosso – foi quase exclusivamente povoado por projetos de colonização particular ... O Norte Matogrossense ocupou uma posição ‘privilegiada’ nesse processo, pois foi contemplado com recursos de programas governamentais, concentrando aproximadamente 90% dos projetos de colonização particular, beneficiada pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e sob respaldo do INCRA e da SUDAM”.*

Mesmo havendo algum grau de discrepância entre os percentuais apresentados pelas autoras, talvez decorrente de procedimentos dissemelhantes, chama-nos atenção a concentração dos projetos de colonização que se verificaram ao norte do estado e, ao mesmo tempo, a importância que assumiu para tais empreendimentos colonizadores a infra-estrutura rodoviária, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) cumpriu papel relevante no processo de expansão da fronteira como foi destacado. Devemos, contudo, pontuar esta questão. A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), assim como a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), foram investimentos previsto no Plano de Integração Nacional (PIN), primeira iniciativa mais consistente dos governos militares em pôr em ação a orientação de integrar longínquas áreas do território nacional.

Portanto, as empresas que penetraram o território matogrossense, via empreendimentos de colonização, assim o fizeram “seguindo” uma clara sinalização dos governos militares. Não há coincidência ou a manifestação de qualquer espírito visionário dos “bandeirantes e semeadores de cidade”. O que existiu na oportunidade foi uma ação estratégica que pretendia integrar aquelas áreas, porém integração que atendesse aos interesses militares e aos do capital privado em busca de novas alternativas de valorização.

Explicar que uma pequena parcela do território nacional – o norte do estado de Mato Grosso – tenha absorvido a quase totalidade das empresas e dos projetos de colonização (Becker, 1990: 33 e 34) pelo “espírito desbravador” dos “bandeirantes modernos” desconsidera todo um arcabouço institucional que garantiu que os “espíritos visionários” pudessem contar com uma poderosa estrutura política que claramente sinalizava para a “conquista do Oeste”, como o faz Pipino (1982):

*“Nascido numa pequena cidade do interior paulista, desde cedo nossos pés fincaram-se na terra e no estranho e empolgante sentimento que o homem tem em relação à sua posse. No setentrião paranaense, foi o acaso que nos fez pequeno proprietário de uma fazendola. Vendemo-la e adquirimos outras. Constituimos a Colonizadora SINOP S.A. ... Depois de 25 anos de colonização, com um acervo de experiências empresariais nesse setor, restava-nos os caminhos da consciência de que tínhamos dado já a nossa contribuição ou a aventura fascinante de continuar destinos de plantar cidades”.*

Insistir em interpretações desta natureza tendem a nos afastar do real sentido perseguido: a abertura e expansão da fronteira em Mato Grosso, implicava na possibilidade de novos ganhos ao capital privado e a manutenção do controle das demandas sociais que giravam em torno da terra. Não por outra que o processo de colonização tem como parceiros privilegiados as empresas particulares de colonização. Em momento algum, a opção da colonização foi cogitada a partir da população que já residente na região ou dos migrantes que para lá se dirigiram. Era fundamental que o comando do processo fosse privado e privativo.

O quadro 2 apresenta algumas das principais empresas de colonização que desenvolveram seus projetos na década de 1970. Imediatamente, chama-nos a atenção a extensão destes projetos.

A situação que se delineou para o estado de Mato Grosso, realmente o singulariza no cenário nacional, pois que o avanço das empresas colonizadoras privadas foi inequívoco sobre este território, onde a parte norte surge como área por excelência de atuação destas empresas. Como foi possível a esta unidade da federação atrair, em tão pouco espaço de tempo, boa parcela dos empreendimentos privados de colonização ? Quais fatores agiram de modo a estimular a situação configurada ? Que papel coube ao Estado neste processo e quais os pressupostos que permearam o papel desempenhado ? Qual o sentido empreendido à colonização particular levada adiante em Mato Grosso, com destaque para o norte ?

QUADRO 2:  
MATO GROSSO. COLONIZAÇÃO PARTICULAR- ANOS 70  
(ALGUNS DOS PRINCIPAIS PROJETOS)

PROJETO	EMPRESA	MUNICÍPIO	ÁREA	LOTES RURAIS	LOTES URB.	LOTES IMPLANT.	OBSERVAÇÕES
GLEBA CELESTE	SINOP	CHAPADA DOS GUIMARÃES	67.597	538	4.600	10	Prevista construção de 3 cidades. Área divida em glebas, apenas a primeira implantada. Pecuária, hortelã e pimenta
GLEBA MASSAPÉ	IMCOL	DIAMANTINO	8.887	206	---	8	Culturas diversas, especialmente arroz. Colônia em franco desenvolvimento
NÚCLEO RURAL VITÓRIA	SOMEKO	IVINHEMA	6.372	313	---	10	Colônia em franca prosperidade. Culturas de café, soja, milho e pecuária de grande porte
CANARANA	31 DE MARÇO	BARRA DO GARÇAS	39.851	80	---	2	Pecuária de grande porte. Projeto em fase de implantação. 80 famílias na 1ª etapa
6º, 7º e 21º PRÍMETROS	CONOMALIA	PORTO DOS GAÚCHOS	13.712	254	---	---	-----

Fonte: CARDOSO e MÜLLER, 1978: 143.

Refletir sobre estas questões, que nos surgem como indagações, poderão nos auxiliar no exercício de compreensão acerca das modificações radicais que se verificaram na paisagem da estado, com maior ênfase a partir da década de 1970. Partimos da premissa de que esta concentração de empresas privadas norte de Mato Grosso foi resultado da opção realizada pelas classes proprietárias em lidar com a questão agrária, isto é, o golpe militar e as políticas de ocupação de novas áreas atendeu as reivindicações dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira; a colonização particular é a contraface do apoio dado aos militares. Em poucas palavras, este tipo de colonização ganhou fôlego nos governos militares como forma de impedir qualquer forma de redistribuição de terras no país. Com relação a este aspecto Santos (1993: 43) faz o seguinte registro:

*“Até o fim daquela década [1960] a ação do Estado oscilou entre uma política de reforma agrária e uma política de colonização, a partir do começo dos anos 70 a última prevaleceu sobre a primeira. Constatava-se então a progressiva formação de um sistema de colonização, através da ação conjunta de órgãos públicos e empresas privadas, sistema que acompanhará o aproveitamento de uma nova área para o setor agrícola e pastoril, a Amazônia”.*

O trecho citado é bastante interessante não só porque apresenta argumentos sugestivos para um primeiro sentido da colonização em Mato Grosso – constituir-se como “alternativa” à reforma agrária – como indica de que modo houve uma intensa corrida para a região que até então apresentava-se como um “vazio demográfico”.

Ao consolidar-se a estratégia utilizada pelos governos militares, a colonização passara a exigir atuação sistemática do Estado. A materialização desta ação do Estado foi muito bem caracterizada pelo *slogan* “terra sem homens para homens sem terra” que norteou as ações estatais quanto ao estímulo dirigido às populações do Nordeste por exemplo.

O estímulo foi dirigido tanto aos que migraram quanto às empresas de colonização que se deslocaram para o Mato Grosso, assim tornava-se imperativo um rígido controle sobre o processo de migração que se acentuava em direção ao estado. Neste sentido Santos (1993: 194, 212 e 213) considera que:

*“A colonização como política do Estado representa uma técnica social que utiliza meio de seleção social e de controle social, tanto dos homens quanto dos espaços, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras ... a política de colonização foi uma reação do estado autoritário-militar contra as lutas do campo ... o meio normal de se exercer a política de colonização era, a seu modo particular, satisfazer as reivindicações dos camponeses pela terra: as agências de colonização lhes oferecem lotes de terra, porém na condição de aceitarem partir para as novas zonas de colonização”.*

A perspectiva de Santos (1993) encontra ressonância em outra estudiosa acerca dos processos de colonização em Mato Grosso. Analisando a caso de Alta Floresta, cidade de fronteira erigida pela Colonizadora INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), Guimarães Neto (2002: 95) sustenta que

*“o governo [militar] adotava uma política de administração dos conflitos sociais no campo ... Tal política tinha como meta principal o seguinte: a)um controle sobre a distribuição dos indivíduos no*

*espaço social da região amazônica; b) a inserção dos indivíduos cada vez mais na rota do tempo de mercado ... c) a criação de mecanismos de vigilância que procurassem garantir a ordem vigente”.*

Neste período, conforme já indicado pelo nível de concentração das empresas de colonização, as novas áreas estavam situadas na região Amazônica, com destaque para Mato Grosso. A intensa atuação do Estado no sentido de estimular o deslocamento das empresas para a região explica, em larga medida, o impressionante quantitativo de empresas e empreendimentos na região. Este aspecto é de importância crucial para compreendermos a “predileção” destas empresas pelo Mato Grosso.

A despeito de qualquer “espírito desbravador”, o que há é uma determinada inclinação e uma poderosa intervenção por parte do Estado orientando o sentido e os objetivos da expansão da fronteira. Lembremo-nos que é exatamente neste período que os governos militares passam a criar de acordo com Santos (1993: 46 e 47)

*“um conjunto de órgãos e de instrumentos econômicos para definir a nova incorporação da Amazônia à economia brasileira ... e, fato importantíssimo para toda a operação, foi criado Banco da Amazônia (lei 5.122 de 28-9-1966). No mês seguinte, coroando as operações foi criada a vasta região da ‘Amazônia Legal’, compreendendo os Estados do Amazonas, Pará, Acre e Mato Grosso, uma parte do Maranhão e de Goiás ... e os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá”.*

A reunião destes dois aspectos do processo de colonização – permanência da estrutura fundiária e forte presença do Estado – produziu em Mato Grosso um quadro que, como no restante do país, reforçava a estrutura de propriedade de terras existente. Além de desmobilizar os segmentos sociais que buscavam interferir de modo a alterar a estrutura fundiária, a colonização da forma como foi conduzida favoreceu os capitais privados em busca de novas formas de valorização. Uma análise da ação do Estado em sua proposta de integrar a região Amazônica à economia brasileira destacará este sentido. No interior deste quadro que se consolidou na década de 1970, é possível compreender como o amálgama entre Estado e as empresas de colonização assume o compromisso da manutenção da propriedade

da terra como até então vigia no país. Atentos a esta articulação, Ferreira *et all* (1999: 200) assinalam que os programas implementados apresentavam, via de regra, dois aspectos básicos, quais sejam:

*“De um lado, a entrada e consolidação das empresas agropecuárias (fazendas, madeireiras, mineradoras, etc) que se beneficiavam do Programa de Desenvolvimento da Amazônia e fixava suas raízes no campo matogrossense. Estes empreendimentos, uma vez constituídos, passaram a apropriar-se dos recursos naturais existentes, explorando-os sem estudos e avaliações dos custos sócio-ambientais, resultando em exploração desordenada e predatória. De outro lado, encontram-se os programas de colonização dirigida (oficial ou particular) e a entrada de pequenos produtores – principalmente trabalhadores sem-terra – que se deslocaram para a fronteira agrícola na crença de fácil acesso e tranquila permanência na terra”.*

Aos aspectos destacados acima, adiciona-se outro também importante na busca da compreensão do sentido que possui a colonização particular no estado de Mato Grosso. Estas empresas jamais se deslocariam para a região se não houvesse disponibilidade de força de trabalho. Sem homens e mulheres na região a colonização seria um fracasso rotundo. A análise de processos outros verificados em outras regiões do país, são indispensáveis à compreensão do fenômeno da migração que, nos anos 70, fez da região Amazônica, juntamente com o Sudeste, a área que maior poder de atração exerceu sobre os migrantes (Martins e Vanalli, 2001).

O processo de colonização ao mesmo que atendia parcialmente a demandas por terras reforçava a estrutura fundiária existente. Não há nenhuma contradição, visto que este “atendimento” se verificou em outras terras, nas longínquas terras de Mato Grosso. Este é o traço que distinguiu a colonização dos anos 70 no país; ela apresentou-se como benéfica às duas posições antagônicas no seio da sociedade brasileira. O Estado mudou para manter. Mudou o discurso e atitude, induzindo, promovendo e incentivando a migração para as novas áreas e, concomitantemente, deixando inalterada a forma da propriedade de terra.

A política de colonização dos anos 70, largamente amparada pelas políticas governamentais, só pode ser considerada exitosa sob determinado ponto de vista, o das classes dirigentes e proprietárias.

Para estas o projeto de colonização nas terras amazônicas, reduziu amplamente as tensões sociais em torno da questão agrária em regiões muito marcadas por esta temática nos anos 50 e 60, como são os casos do Nordeste e do Sul; possibilitou a desmobilização e desarticulação, por um longo período, dos setores e movimentos sociais organizados em torno da discussão do acesso à terra. Sob um certo ângulo analítico, a política de colonização também apresentou “saldo positivo” no que confere à integração da região Amazônica ao contexto nacional.

Contudo, devemos ressaltar que a consecução destes objetivos correspondeu a opção pela brutal exclusão presente nestes processos. O êxito contido na colonização sob o ponto de vista das classes dirigentes e proprietárias, correspondeu ao alijamento de amplos setores da sociedade, sobretudo dos trabalhadores rurais. De acordo com Souza (2001: 86)

*“A colonização é a distribuição de terras públicas (devolutas), que no Brasil foi uma opção política para esvaziar o movimento pela reforma agrária, evitando assim distribuir as terras já ocupadas em certas regiões do país... A colonização surgiu como uma opção por parte do Governo Federal no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. O mais importante a ser ressaltado é que essa política, que começou como uma alternativa à reforma agrária, modificou todas as outras alternativas antes existentes”.*

Os projetos iniciais de colonização particular em Mato Grosso contaram, fundamentalmente, com trabalhadores rurais expropriados e pequenos produtores expulsos de suas regiões, Nordeste e Sul principalmente. Alcançados por processos diferentes – reforço da concentração fundiária no Nordeste e modernização do agro no Sul – estes trabalhadores se dirigiram em grande número para Mato Grosso, na expectativa de poderem recompor as condições de vida em suas regiões de origem. Duarte (s/d: 41) destaca o acelerado crescimento demográfico verificado no estado, resultando em uma reestruturação espacial.

Notemos que esta reestruturação atendeu aos ditames dos interesses estatais e das classes proprietárias, ocorreu, portanto, de modo a assegurar e aprofundar o *status quo*. Como indica Souza (2001: 87)

*“Não se trata mais de criar uma ‘frente de expansão’, com os posseiros que abriam os caminhos ... a estratégia dos Governos Militares, ao beneficiar os projetos de colonização privados, criava diretamente ‘frentes pioneiros’ que tanto impossibilitavam o estabelecimento de posseiros ... como também canalizavam um excedente populacional camponês do Sul do país, ainda não de todo empobrecido”.*

A busca da recomposição das condições de vida perdida em suas regiões de origem e presente no imaginário dos migrantes nordestinos e sulistas, tornaram estas populações “clientela preferencial” para os projetos de colonização em Mato Grosso. Submetidos à (re)concentração fundiária e à modernização da agricultura, nordestinos e sulistas igualavam-se na condição de migrantes. De acordo com Santos (2001: 211, 212 e 254)

*“o processo de modernização agrícola e o da colonização caminhavam lado a lado, ambos contribuindo para aniquilar as propostas políticas de uma redistribuição fundiária; compreende claramente até que ponto a colonização serviu, como também no Nordeste, de válvula de segurança das regiões agrícolas do Sul ... Houve um processo de expulsão de algumas camadas do campesinato tanto por causa da pressão que a estrutura fundiária concentrada produzia[com destaque neste caso, para o Nordeste], como por causa dos constrangimentos econômicos que pesavam sobre os pequenos produtores constituídos em família”.*

Ratificando a perspectiva da exclusão contida no processo de colonização, o mesmo autor (1993: 244) assegura que

*“É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social; em outras palavras, a produção social da*

*exclusão é uma das dimensões do processo de colonização. Trata-se da incansável repetição de uma lógica de dominação social que atrai, seleciona e exclui camponeses em busca de terra".*

Pedra angular do processo de colonização, o controle social e político sobre os trabalhadores rurais foi se consolidando quanto mais avançava a colonização, daí ser necessário a este projeto conter, ainda que parcialmente, a demanda por terras porém como já visto, desde que fosse em áreas recentes e nunca nas áreas de origem dos trabalhadores. Motivados e movidos pelo sonho de reconstituir os padrões de vida deteriorados, os trabalhadores rurais, transformados em colonos, chegados em Mato Grosso, perceberam rapidamente, que sua condição social e econômica tendia a perpetuar a exploração de seu trabalho. Aqueles que de alguma forma conseguiram superar esta determinação, apenas confirmam a regra geral, que subordinava o trabalho ao capital nas novas áreas de colonização tal qual ocorria nas regiões de origem e induziram estes trabalhadores a reforçar as correntes migratórias para Mato Grosso.

Assegurar a subordinação mencionada anteriormente passara a exigir um rigoroso controle sobre o território, transformando as terras devolutas do Estado – onde, regra geral, instalaram-se os projetos privados de colonização – em propriedades particulares das empresas de colonização. As medidas dos governos militares dos anos 70 usaram à exaustão procedimentos desta natureza. Guimarães Neto (2002: 87) ressalta este aspecto nos seguintes termos:

*"Promover e estimular a iniciativa privada a 'ocupar' as terras da Amazônia significava mais que uma estratégia de crescimento econômico, tendo em vista a modernização capitalista. Tratava-se, sobretudo, de uma estratégia militar de controle do espaço amazônico. Assim, a colonização não deveria ser somente privada, mas fundamentalmente controlada e disciplinada".*

Reunindo argumentos que consolidem esta linha interpretativa, a mesma autora (2002: 90) assegura que

*“O governo tratava de criar políticas econômicas que favorecessem a conquista do território amazônico pelos setores empresariais. A colonização particular recebia ... o estímulo governamental necessário para que pudesse constituir uma grande ‘frente de penetração’, não só do ponto de vista econômico, mas fundamentalmente do ponto de vista político, a partir do controle efetivo sobre a terra”.*

O amálgama existente entre os capitais privados, personificados nos empreendimentos particulares que se deslocaram para Mato Grosso e as políticas dos governos militares perseguiam claros objetivos: permitir ganhos capitalistas a estes empreendimentos e impedir o acesso à terra aos trabalhadores rurais, ainda que inicialmente tivessem de distribuir alguma terra nas áreas de colonização. Este foi o sentido maior do processo de colonização que se intensificou ao longo da década de 1970; ao distribuir alguma terra nas áreas de fronteira – na verdade, lotes urbanos e rurais que em pouco tempo retornaram às mãos das empresas de colonização em função das crescentes dificuldades ambientais, econômicas e creditícias – permaneceu inalterada a propriedade sobre as terras no país de um modo geral.

Em Mato Grosso a abertura da fronteira com absoluto controle sobre o território, através da colonização, desencadeou uma “corrida desenfreada” de milhares de trabalhadores e suas famílias que, influenciadas pelos instrumentos de propaganda largamente utilizados para estimular este impressionante contingente populacional a migrar, buscaram seu pedaço de chão no estado. Como já afirmado, pouquíssimos foram os trabalhadores que lograram êxito, isto é, conseguiram realizar seu propósito de conseguir sua terra. No geral, após um pequeno período – geralmente após a derrubada das matas e o fracasso das lavouras iniciais – estes trabalhadores (re)encontravam as mesmas condições das quais haviam fugido, restando apenas poucas alternativas: a) buscar novas áreas, seguindo através de linhas tortuosas a expansão da fronteira agrícola na Amazônia, que nos anos 80 alcança o estado de Rondônia; b) fixar raízes nas áreas colonizadas passando a experimentar a condição de pobres e proletários; e c) tentar retornar às regiões de origem. Ao distribuir alguma terra para não distribuir terra alguma, os governos militares transferem para as fronteiras internas, cuja ocorrência se dava em regiões longínquas e distantes, boa parcela das tensões sociais. Deste ponto de vista o Estado, segundo Souza (2001: 160)

*“se apropria e difunde pela mídia o termo fronteira para designar a expansão da sociedade rumo à integração nacional. Através de um discurso homogeneizador, o Estado catalisa e reorienta as expectativas e as tensões sociais, desviando-as para ‘espaços vazios’ do interior. E atribui à fronteira a imagem de um espaço capaz de oferecer à sociedade novas oportunidades, isto é, a mobilidade vertical impossível de ser alcançada nas áreas já consolidadas”.*

Entretanto, o que pôde ser verificado nos chamados “espaços vazios” como Mato Grosso, foi a total e completa impossibilidade, por um lado, de recomposição das condições de vida anteriormente experimentadas pelos colonos, quando ainda eram identificados como pequenos produtores familiares; de outro, tampouco ocorreu a ansiada mobilidade vertical de que nos fala Souza (2001) no trecho anterior. A resultante destas frustrações é que boa parcela destes trabalhadores seguiram adiante na trilha da expansão da fronteira (Léna, 1988). Nesta situação de subordinação total, muitos chegavam à conclusão que o sonho já se fizera dura realidade.

Devemos ressaltar que nossa argumentação procurou evidenciar, que apesar dos benefícios obtidos pelos empreendimentos privados de colonização, o Estado possuiu papel absolutamente importante na empreitada. Há todo um revestimento econômico, político e institucional que consolida o pacto entre o Estado e as colonizadoras. Concordando com Guimarães Neto (2002: 154), tem-se que o largo apoio recebido pelas colonizadoras privadas durante largo período do regime ditatorial

*“se constituiu também em política do Estado para controlar terras da ‘nova fronteira agrícola’ e reproduzir a ordem social dominante. Assim, para que o Estado pudesse atuar com uma política de colonização em que a iniciativa privada fosse a maior beneficiária, foram utilizados instrumentos repressivos e disciplinares, tanto no bojo da burocracia do Estado quanto no seio do empresariado”.*

Isto é, os projetos de colonização não devem ser avaliados ou analisados exclusivamente sob o prisma econômico. As políticas governamentais indutoras dos empreendimentos de colonização, para além da produção, produtividade e rentabilidade dos projetos acenavam

para a resolução “por cima”, ou seja, entre as classes dominantes, das tensões sociais em torno da questão da terra. Neste sentido, apesar de relevante o aspecto estritamente econômico é evidentemente insuficiente para explicar a concentração deste tipo de atividade em Mato Grosso e a gama de recursos financeiros, materiais e humanos engajados e postos à disposição dos ‘bandeirantes do século XX’.

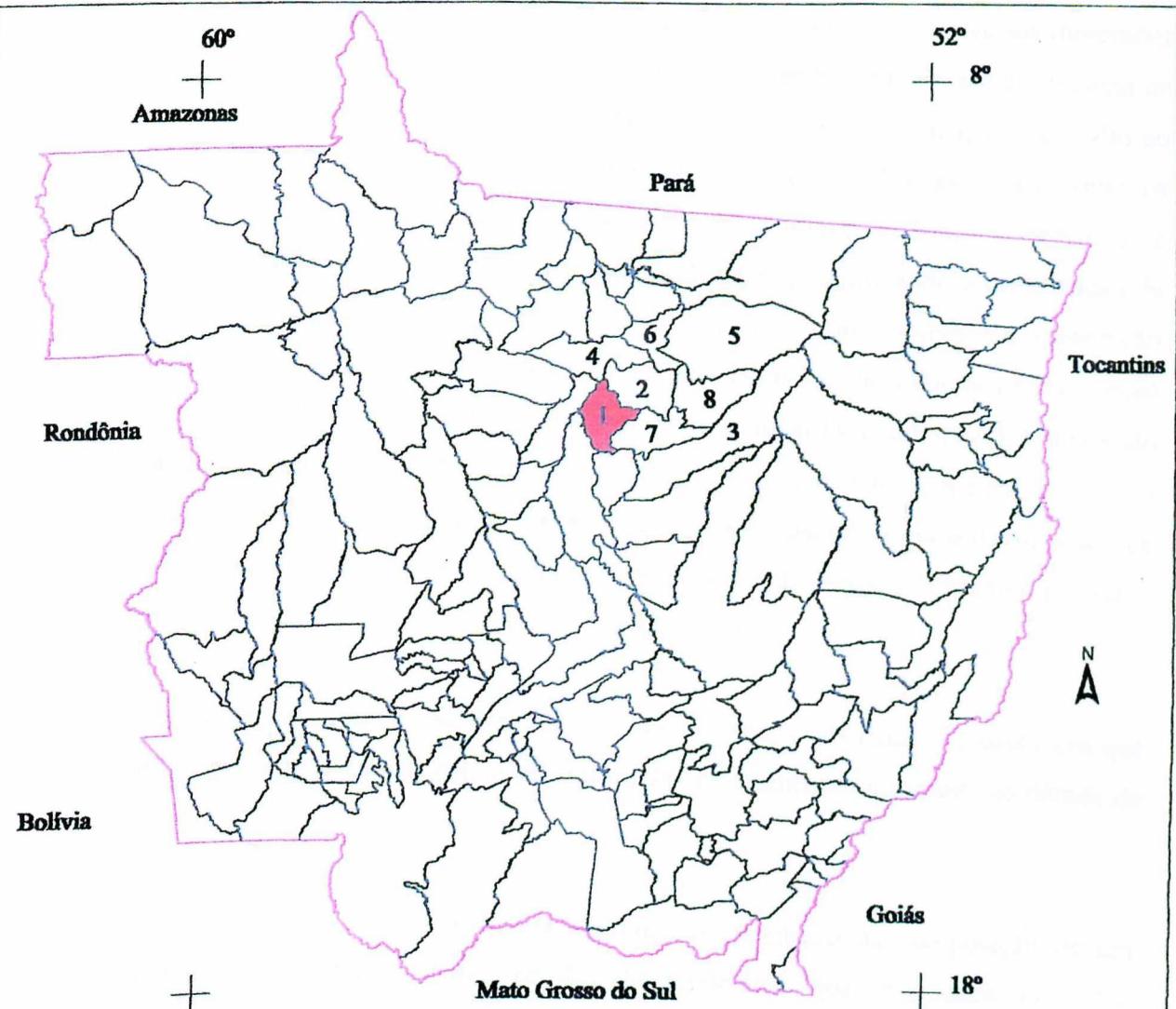
Havia, inequivocamente, um forte conteúdo social e político que reunia os interesses do Estado e os de parcela do empresariado. Tratava-se da negação veemente de qualquer acesso à terra para os segmentos explorados e expropriados da sociedade; assim o fôlego concedido à ocupação dos “espaços vazios” em Mato Grosso e em toda a Amazônia, tinha por suposto a supressão das discussões nacionais da questão agrária. Este era o elo que soldava os interesses cívico-militares. A incorporação de Mato Grosso à economia nacional era a expressão social e política mais refinada da impossibilidade à terra, não é por outra que Guimarães Neto (2002: 95) afirma que

*“a definição do governo federal pela colonização particular deve ser vista como o resultado do encaminhamento político que o regime autoritário deu à questão agrária. O objetivo ... era assegurar a dominação das terras pelo capital privado”.*

O sentido da colonização particular na Amazônia e em especial em Mato Grosso, estado que concentrou a quase totalidade das empresas e dos projetos de colonização, foi exatamente o de negar o acesso à terra aos trabalhadores rurais e pequenos produtores agrícolas que paulatinamente foram transformados em migrantes, retirantes e colonos. Os aspectos apresentados têm a finalidade de, ao sistematizá-los, demonstrar que o surto de crescimento demográfico e as profundas alterações verificadas em Mato Grosso em função das empresas de colonização que se instalaram no estado refletem claras opções contidas nas políticas e nos programas instituídos pelo regime militar. O lema “terra sem homens para homens sem terra” ocultava o real sentido do processo de colonização nos anos 70. Distribuir alguma terra para não distribuir terra alguma talvez se aproximasse com maior pertinência dos objetivos perseguidos neste processo que ocupou, valorizou e integrou extensas áreas do território nacional.

# Mato Grosso

## Gleba Celeste - 2003



Municípios
1 - Sinop
2 - Cláudia
3 - Feliz Natal
4 - Itabá
5 - Marcelândia
6 - Nova Santa Helena
7 - Santa Carmem
8 - União do Sul
9 - Vera

Fonte: Atlas Geográfico do Mato Grosso

1 : 7.900.000  
Escala

Digitização: Rodrigo Angelis Alvarez  
Laboratório de Cartografia/UFU

## 2.2. DO PARANÁ PARA MATO GROSSO: AS ORIGENS DE SINOP

Grande parcela dos estudiosos acerca da colonização dirigida, oficial ou como é nosso caso a particular, empenharam seus esforços no sentido de compreender diversas dimensões deste processo. Desta forma, a colonização foi analisada tendo como ênfase a estratégia de acumulação no âmbito do Estado autoritário (Pacheco, 1979); as transformações ocorridas ao nível da estrutura de classes em áreas de colonização (Kinzo, 1982); as relação entre os projetos de colonização e a pequena produção camponesa (Oliveira, 1983); os impactos e repercussões do surgimento de cidades nas áreas de fronteira, significando a urbanização da mesma (Machado, 1990); a avaliação da viabilidade econômica dos projetos de colonização (Almeida, 1992); a política da geoestratégia militar que em nome da segurança e integração nacional buscava atribuir novos contornos ao território nacional (Vidigal, 1992); a dimensão imagética das cidades “plantadas” no meio da floresta amazônica (Arruda, 1997); a organização industrial e a estrutura de mercado em núcleos urbanos surgidos da atividade de colonização (Souza, 1999); seu uso como instrumento de controle social e político por parte do Estado e das elites empresariais (Guimarães Neto, 2002).

Estas são algumas das dimensões exploradas e desenvolvidos pelos pesquisadores que se debruçaram sobre a questão da colonização dirigida que alcançou notoriedade na década de 1970.

Estas perspectivas têm, sem dúvida alguma, nos auxiliado na composição de um quadro teórico que permita a compreensão do fenômeno, que, nos anos indicados anteriormente, se apresentaram como os de maior envergadura e destaque na região norte do estado de Mato Grosso, onde por excelência se concentraram os maiores e mais importantes projetos de colonização particular no país, como vimos anteriormente.

Procuramos também demonstrar que esta “corrida” em direção ao estado correspondeu e foi amparada por uma ação bastante enérgica do Estado estimulando, favorecendo e erigindo uma série de mecanismos institucionais (SUDAM, BASA, etc) que tinham por finalidade, dentre outras, manter sob o controle das classes dirigentes e proprietárias do país o “equacionamento” da questão agrária.

Foi neste sentido, que procuramos identificar o sentido que portavam os projetos de colonização que se multiplicaram às centenas pelo país, apresentando-se com destaque na área da Amazônia Legal. Entretanto, parece haver uma espécie de lacuna nos estudos sobre o tema que vimos desenvolvendo. Ao tratar da colonização particular no norte de Mato Grosso esses autores assumem como dado pré-existente a presença, na região, dos colonos que sustentaram tais projetos.

A rigor alguns dos estudos apenas fazem menções esporádicas à origem dos colonos que se deslocaram para as áreas de maior incidência deste tipo de projeto de colonização, mas não tiveram como foco uma análise mais pormenorizada sobre as origens e construção da Gleba Celeste, e o que nos interessa mais de perto do núcleo urbano de Sinop. Em outras palavras, os estudos apontam claramente de onde os colonos partiram, porém pouca atenção dispensaram aos processos responsáveis pela saída dos colonos de suas áreas originárias, no caso de Sinop, o estado do Paraná.

Nosso intuito neste momento é buscar os “fios do novelo” que estão dispersos ao longo da produção realizada nos últimos anos e caracterizar, desta forma, que a chegada de um expressivo contingente populacional vindo do Paraná não ocorreu por uma suposta vocação ao trabalho<sup>26</sup> *vis-a-vis* às populações locais – índios e posseiros –, pois que resultou de processos bastante concretos e que transformaram a estrutura social do Sul do país.

Buscando controlar o “equacionamento” da questão agrária no país, a colonização não se fez com as populações autóctones (Becker, 1988: 46); para o norte de Mato Grosso, em especial para Sinop, foram estimulados fluxos migratórios absolutamente consistentes, tanto em volume (quantidade) quanto na condição econômica (qualidade) – trataremos desta característica mais adiante.

A migração, portanto, tornou-se, assim, um dos principais braços dos empreendimentos e projetos de colonização. Sem ela todo o processo estaria fadado ao fracasso e o compromisso da manutenção da ordem social e política e do progresso material estariam irremediavelmente comprometidos.

<sup>26</sup> Para uma discussão muito esclarecedora a respeito das supostas vocações para o trabalho dada a origem étnica, geográfica e mesmo social, consultar José de Souza Martins. *O Cativeiro da Terra*, 2 ed., São Paulo: LECH, 1981.



**Figura 1:** primeiras ações de demarcação da Gleba Celeste



Figura 2: acampamento no meio da mata



Figura 3: trecho em Sinop da BR-163 (Cuiabá-Santarém)



Figura 4: Sr. Ênio Pipino (à direita) supervisionando colono no cafezal

A Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (Colonizadora Sinop) – nascida em Maringá (PR) em 1948 por iniciativa dos senhores Énio Pipino e João Pedro Moreira Carvalho – possuía larga experiência no ordenamento de espaços como são exemplos as cidades criadas pela Colonizadora no estado do Paraná nas décadas de 1950 e 1960. A experiência acumulada nos “anos paranaenses” foi fundamental à consecução de seu projeto mais ousado até então; a colonização de uma grande área em Mato Grosso que recebeu o nome de Gleba Celeste.

Este é um primeiro aspecto que aproxima a origem e a construção do núcleo urbano de Sinop ao estado do Paraná. Silva (1989) afirma que a Colonizadora pôde contar com colonos vindos da região Sul do país que, segundo o autor, transformou-se na principal região de expulsão dos migrantes que se dirigiram a Mato Grosso. Esta também é a constatação de Salim (1992: 129 e 130) quando assevera que

*“As áreas rurais do Paraná perderam cerca de 2,6 milhões de pessoas, sendo que cerca de 1 milhão de pessoas deixaram o Estado no período [fins dos 60 e anos 70]. Destes, mais de 296 mil dirigiram-se à região Centro-Oeste, constituindo – à exceção do Goiás e do Distrito Federal ... os principais fluxos interestaduais de migrantes nos Estados de Mato Grosso do Sul (41,7%), Mato Grosso (34,8%) e Rondônia (36,3%). Explicitou-se, assim, uma autêntica ‘Nova Marcha para o Oeste’, ou melhor, para o Extremo Oeste, no sentido Norte do país”.*

O amálgama existente entre o Estado e grupos empresariais que se deslocaram para Mato Grosso sob a perspectiva de colonização é de extrema importância para a compreensão que estes deslocamentos atenderam à lógica de valorização de capital e da manutenção da estrutura agrária no país; contudo parece-nos que ainda há a necessidade de agregarmos argumentos de outras naturezas para explicar o expressivo contingente populacional que aportou em Mato Grosso a partir do início da década de 1970.

Devemos agregar argumentos que possam esclarecer por que tais fluxos migratórios partem, na magnitude verificada, do Paraná. Em outras palavras, que processos sociais e econômicos podem ser identificados neste estado que nos permitam lançar algumas hipóteses

consistentes e explicativas acerca deste fenômeno migratório, ou se quisermos, quais processos ocorridos lá (Paraná) que nos permitem explicar a origem e a construção do núcleo urbano de Sinop, o principal do empreendimento na Gleba Celeste.

Nossa orientação aproxima-se, nesta situação, de Silva (1989: 190 e 191) quando instigado pela dimensão do fenômeno migratório afirma que

*“Basicamente, em decorrência [de uma] circunstância histórica que conjugou a acelerada deterioração das condições de sobrevivência no campo, presentes nos estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, com a relativa disponibilidade de terras férteis na Região, registrou-se a atração de volumoso fluxo migratório, notadamente para as áreas de colonização”.*

Portanto, compreender a origem e a construção de núcleos urbanos, como é o caso de Sinop, parece requerer a realização de um certo recuo temporal; recuo necessário ao esclarecimento do significado da expressão “acelerada deterioração das condições de sobrevivência no campo”, de tal modo que possamos estabelecer os encadeamentos pertinentes à compreensão da migração responsável ao longo dos anos 70 pela massa de colonos que se dirigiram às áreas de colonização em Mato Grosso.

Nossa premissa é a de que a explicação para o surgimento e construção de pujantes núcleos urbanos nas áreas de fronteira, têm ligações indissociáveis com características próprias existentes na região Sul do país; no caso em análise, isto é, o caso do núcleo urbano de Sinop, as características mais importantes estiveram no estado do Paraná.

Ao buscarmos construir esta argumentação, procuramos contribuir para a superação de uma certa lacuna que parece existir nos estudos sobre a colonização particular, especialmente em Mato Grosso – como já o dissemos. Julgamos insuficiente apenas fazer o registro de que os colonos tenham vindos do Sul, a nosso juízo é importante e necessário entender por quais motivos o estado do Paraná tornou-se, por excelência, o berço dos colonos dos projetos de colonização no norte de Mato Grosso.

Ao empreender a discussão acerca da mudança do eixo dinâmico da economia brasileira, Furtado<sup>27</sup> nos informa que a partir da crise internacional de 1929 o Brasil passou a apresentar condições favoráveis à dinamização do mercado interno, fomentando ritmo mais agressivo ao processo de industrialização, já presente no país desde fins do século XIX como indica Suzigan (1986).

Ainda que o café se destacasse como principal produto da pauta de exportações brasileira até meados dos anos 50 (Oliveira, 1987a: 14), foi a partir mencionada crise internacional, impondo sérias restrições à economia do país, que pudemos verificar mudanças no rumo da economia nacional. Todo o período de Vargas à frente da Presidência da República e o respectivo *ethos* modernizante, porém conservador, emblematiza este momento de ruptura dentro da ordem.

À este novo ordenamento social, político, econômico e institucional no interior das fronteiras nacionais correspondeu, no caso do café, ao deslocamento das plantações para novas regiões, dentre outras razões, pelas medidas implementadas no estado de São Paulo que buscavam inibir o plantio de novos cafezais e, ao mesmo tempo, favorecer a aglutinação de capitais que pudessem concorrer para o surgimento de um incipiente, porém promissor, parque industrial. Cancian (1981: 90) aborda a questão nos seguintes termos:

*“Em grande parte não irão se repetir no Paraná as mesmas condições da cafeicultura monocultora tradicional, dado as grandes diferenças de clima existentes no Estado, havendo limites bem determinados para a zona cafeeira ... Tal fato, em parte, terá influência sobre a formação de pequenas e médias propriedades cafeeiras, numericamente de longe superiores às grandes, além da ação das companhias colonizadoras que atuaram no sentido de um aproveitamento mais racional, respeitando as condições topográficas dos terrenos, ao realizar os loteamentos”.*

Neste período as terras do norte e do oeste paranaense, que desde o início do século XX já vinham sendo ocupadas por colonizadoras inglesas e brasileiras (CMNP, 1975: 197),

<sup>27</sup> Ver Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*, 6 ed., São Paulo: Fundo de Cultura, 1964, pp. 203 a 278.

foram “descobertas” para o café. Esta iniciativa, que colonizava através do café, foi importante para os desdobramentos futuros, como veremos mais adiante.

Importa, neste momento, salientar que no movimento de desagregação da economia cafeeira paulista, as áreas do norte e do oeste do Paraná passaram a oferecer interessantes condições de vida para inúmeras famílias de trabalhadores agrícolas alcançadas pela desarticulação do café em São Paulo, bem como tornaram-se atrativas para trabalhadores de outras regiões do país. Destacamos dois autores que, em nosso entendimento, também imputam importância ao percurso que o café percorre no Paraná, tendo sempre como perspectiva os encadeamentos que ocorrerão entre a dinâmica verificada neste estado e os projetos de colonização no norte de Mato Grosso. Enquanto Souza (2001: 49 e 50) indica que a

*“expansão da produção cafeeira paranaense foi possível ... não só devido aos preços favoráveis, mas pela conjugação de vários fatores: política econômica governamental, terras férteis, o não agravamento pelo regime de quotas, facilidade de aquisição de terras, clima adequado e o escoamento da produção através das ferrovias que chegavam ao Estado, que facilitou a disponibilidade das terras devolutas para a ocupação permanente ... o processo de expansão da cafeicultura paranaense é continuação da ‘marcha para o oeste’ ... que sempre à procura de perspectivas de lucros adentraram o Paraná, quando as terras já estavam se tornando escassas ou supervalorizadas [em São Paulo]”.*

Swain (1988: 19 e 21) capta esta situação da forma que segue

*“o Paraná ... oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinqüenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados ... Nesta época, o Paraná representa a principal fronteira agrária e agrícola do País, zona de atração para*

*os migrantes do Estado de São Paulo, Minas Gerais e todo o Nordeste, com suas férteis reservas de terras roxas”.*

O diferencial existente no norte e oeste do Paraná foi que a produção cafeeira não esteve assentada no latifúndio; antes, foi a pequena propriedade familiar que impulsionou o café nas férteis terras roxas deste estado. Desde o início do século XX estas regiões do estado do Paraná já vinham sendo ocupadas por empresas de colonização que se instalaram basicamente em três áreas do estado, conforme assinala Cancian (1981: 92)

*“o centro dinâmico da produção [de café] no Paraná deslocou-se por três vezes, em períodos cada vez mais curtos – em 1951, quando o Norte Novo superou o Norte Pioneiro; onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Norte Novo, e em 1965 com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviava-se novamente para o Norte Novo, de terras mais próprias ao cafeeiro”.*

Entre 1940 e 1960 o Paraná foi a mais importante área de fronteira do país. O que aparentemente não se relaciona com a intensificação do processo de colonização a partir de 1970, na realidade carrega em si dois aspectos imprescindíveis à compreensão do objeto de nosso estudo – a colonização executada na Gleba Celeste pela Colonizadora Sinop. O primeiro destes aspectos é, indiscutivelmente, toda a experiência acumulada ao longo de décadas pelas lideranças empresariais que, juntamente com o Estado, colonizaram boa parcela do território do estado do Paraná<sup>28</sup>. O ápice deste movimento ocorreu em 1943, quando lideranças empresariais representantes do capital bancário, associados ao Estado, constituem a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, que veio a suceder a britânica Companhia de Terras Norte do Paraná (CMNP, 1975 e Swain, 1988: 26). A Colonizadora Sinop, ainda que tenha sido criada em 1948, foi resultado e fez parte desta sociabilidade favorável à expansão dos empreendimentos de natureza similar; para além disto, a própria Colonizadora acumulara experiência própria fazendo surgir algumas cidades no noroeste paranaense. Portanto, em seu deslocamento para o norte de Mato Grosso a Colonizadora portava um prévio acúmulo técnico, econômico e político que lhe permitiu qualificar-se como “parceira” do Estado no

<sup>28</sup> Ver Companhia Melhoramentos Norte Paraná. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*, s/l: CMNP, 1975, caps. 4 e 5.

desenvolvimento do projeto da Gleba Celeste, de onde despontou o núcleo urbano de Sinop, mais tarde município de referência para a região.

O segundo, trata-se da forte e marcante presença da pequena propriedade. Diferentemente do que veio a ocorrer com os projetos de colonização no norte de Mato Grosso, onde o latifúndio foi o principal beneficiário, no Paraná, entre as décadas de 1940 e 1960, prevaleceu estrutura agrária diversa.

Swain (1988: 21, 26 e 27), atenta a esta situação que tornava a experiência paranaense quase que única no país faz o destaque necessário. Neste sentido a autora realiza um interessante registro desta particularidade existente no estado. De acordo com a autora

*“A apropriação da terra e a dominação da força de trabalho foram os pilares da concentração da riqueza no Brasil, a base do poder regional e o amparo ao Estado oligárquico. Dentro deste contexto, a pequena propriedade representa uma ameaça para o sistema estabelecido, tendo em vista o caráter monoexportador do setor dinâmico da economia que exige mão-de-obra abundante a um custo pouco elevado, e novas terras férteis. A região Sul do Brasil escapa a este esquema ainda que o latifúndio tenha se mantido importante nas florestas e nos prados. Esta região do Sul brasileiro (que engloba o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) manteve-se em situação periférica com relação à produção do café até os anos trinta. Ela pôde assim diversificar seu leque de atividades e se manter à parte do rígido quadro de uma sociedade bipolarizada com base na propriedade e na riqueza ... apesar da persistente presença de grandes latifúndios, a pequena propriedade familiar se instala perto das cidades e vilarejos desde o final do século XIX, a leste do Estado. Sua presença acentua-se a partir dos anos 1930-1940, quando a economia cafeeira atinge o Paraná e se estende segundo os planos de colonização dirigida. Esta ocupação, realizada graças à expansão das pequenas explorações agrícolas, marca definitivamente a estrutura agrária do Paraná ... A divisão das terras é feita em loteamentos de pequena e média extensão, cuja compra pode ser*

*financiada em 4 anos. Isto atraiu um grande número de colonos e tal experiência foi decisiva para a instalação de uma estrutura agrária específica no Paraná, caracterizada pela presença de pequenos produtores, proprietários de pleno direito ... O processo de colonização organizada irá influenciar diretamente a expansão das atividades econômicas, criando condições favoráveis para o pequeno campesinato. Como resultado deste processo, as pequenas e médias propriedades de menos de 100 ha constituem, em 1940, 84% do total das explorações agrícolas do Paraná ... No final dos anos 40, 86% do número total de explorações agrícolas no Paraná possuem menos de 100 ha. A produção do café, cuja remuneração é mais interessante do que qualquer outra, ganha importância sobre as propriedades de quaisquer dimensões ... A expansão da superfície cultivada e o aumento da produção agrícola consolidavam a posição da agricultura familiar dentro da estrutura agrária do Paraná. Os latifúndios subsistem, mas seu lugar na estrutura fundiária perde importância”.*

O somatório destes aspectos – experiência em projetos de colonização e pequena propriedade – presentes na ocupação da fronteira no Paraná terão significativas repercussões quando a colonização alcança o norte de Mato Grosso.

Resultado de um ambiente assaz peculiar, a Colonizadora Sinop pôde tirar proveito de toda esta situação da qual foi protagonista, prova disto foi sua origem – Maringá (PR) – e as cidades criadas por ela. Ao tomar a dianteira do processo que se materializou na Gleba Celeste e no principal núcleo urbano – Sinop – a Colonizadora punha em marcha todo o aporte de conhecimentos adquiridos nos “anos paranaenses”. Estes são alguns elementos que irão nos subsidiar no entendimento de como Sinop (o núcleo urbano) pôde ser construído e constituído em plena selva amazônica.

Cabe-nos ainda indagar que articulações ocorreram no Sul e em especial no Paraná, responsáveis pelo deslocamento de expressivas massas populacionais em direção à Mato Grosso desde fins dos 60 ? Que processos foram esses que estimularam a migração, como destacaram Silva (1989) e Salim (1992) ? Que impactos e resultados tiveram os mecanismos

que operaram sobre a experiência relativamente bem sucedida na articulação entre colonização e propriedade familiar no Paraná? Quais motivos levaram expressiva parcela do campesinato do Paraná largar suas terras e aventurar-se em Mato Grosso? Por que estes camponeses deixaram para trás suas terras, visto que a pequena propriedade e a agricultura familiar já estavam consagradas naquele estado?

Acreditamos que ao enfrentar estas questões poderemos apresentar um conjunto de argumentos que evidenciem nexos entre processos econômicos e sociais, internos e externos, capazes de consolidados, nos permitir bem compreender como e de que maneira foi possível para a Colonizadora Sinop contar com tantos colonos advindos praticamente de uma mesma área – norte e oeste paranaenses – numa empreitada repleta de riscos e insegurança.

De acordo com Brum (1988: 44 a 55) as transformações na estrutura agrária da região Sul, e que foram favoráveis à emigração dos colonos, começam a ser explicados pelas mudanças econômicas ocorridas no mundo desde o término da Segunda Guerra Mundial. Para este autor, a partir de então puderam ser identificadas importantes modificações na agricultura dos principais países ocidentais e, ainda que subordinadamente, na periferia do sistema capitalista; aqui incluso o Brasil.

As principais modificações verificadas podem ser sintetizadas em: a) expressiva parcela do trabalho empregado na agricultura, transfere-se, paulatina e crescentemente, para outros ramos e setores da economia; b) crescente diminuição na participação do produto interno dos países de um modo geral; c) incorporação maciça de modernas técnicas de produção, com largo e intensivo uso de máquinas, implementos agrícolas, equipamentos diversos e insumos industrializados; d) mudança dos hábitos alimentares, com estímulos à utilização de trigo e soja; e) generalização de padrões alimentares, cujas matrizes são os países centrais e os seus produtos agrícolas. Assim, este mais recente padrão de produção e consumo que emerge após 1945

*“Consiste na substituição da proteína vegetal pela proteína animal na alimentação humana. E o caso da expansão de produção e do consumo da soja ilustra bem esse fato ... O óleo de soja e de outros vegetais passa a substituir a gordura animal na alimentação humana, enquanto o farelo, rico em proteínas, passa a ser utilizado em escala*

*crescente na alimentação do gado e das aves, transformando-se em carne, leite, manteiga, ovos, etc. Soja e milho são os dois cereais básicos da ração para aves e animais criados em confinamento. O milho é alimento energético e a soja fornece basicamente as proteínas ... É dentro deste contexto, e graças ao crescente consumo mundial, que a soja vai se expandir no Brasil, nos anos 60, e explodir na década de 70 como importante ciclo econômico agrícola".*

A questão que se apresenta é a seguinte: de que forma estas modificações na agricultura internacional, tanto ao nível da produção quanto do consumo, estão relacionadas com explicações sobre as origens do núcleo urbano se Sinop ? Na citação anterior já nos é possível identificar, com alguma clareza, como processos de natureza tão distinta podem estar entrelaçados e nos auxiliar em nosso propósito.

Ainda que haja alguma indicação no trecho anterior, parece-nos que é Swain (1988: 30 e 31) quem melhor apreende as conexões entre o processo internacional registrado por Brum e as mudanças institucionais internas verificadas a partir de 1964 no Brasil. Nas palavras da autora

*"os militares tomaram o poder e dão prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado, com diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário".*

e mais, a autora prossegue em suas observações analisando como a opção pela modernização da economia e, em particular, da agricultura no país tiveram seus reflexos sobre a estrutura agrária e o perfil agrícola no Paraná. Assim, de acordo com Swain (1988:31)

*"A eliminação dos cafezais acarretou, portanto, uma redução das culturas secundárias, de subsistência (milho, feijão, etc), cujos excedentes estavam voltados ao abastecimento urbano ou à exportação para outros estados da Federação ... A erradicação do café no Paraná acelera portanto o processo de transformações econômicas do setor agrícola que leva a uma maior mecanização e a*

*mudanças profundas na utilização dos fatores de produção, modificando assim o perfil da oferta agrícola [e da estrutura agrária] do Estado ... A soja foi a cultura ideal de substituição d café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do Governo ... A superficie do cultivo de soja no Paraná passou de 5.643 há em 1960 para 3.007.841 em 1980".*

O quadros 3 e 4 são bastante ilustrativos do exposto acima. O privilegiamento e a expansão da grande propriedade modernizada em detrimento da pequena, tradicionalmente absorvedora de mão-de-obra, impressiona pelos números verificados no Paraná. Nos dados apresentados no quadros indicados, verifica-se que entre os anos de 1940 e 1980 houve um superpovoamento relativo nas áreas de até 100 ha, *vis-a-vis* ao que ocorre nas propriedades com áreas acima dos 500 ha.

A partir do golpe militar de 1964 podemos encontrar os conectores que nos permitem compreender as (inter)relações estabelecidas entre movimentos aparentemente tão distantes no tempo e no espaço, como por exemplo a construção do núcleo urbano de Sinop com colonos chegados do Paraná; foi na desarticulação da experiência paranaense que conjugava colonização e pequena propriedade familiar que se originou a possibilidade da Colonizadora Sinop contar, em Mato Grosso, com tão expressivo aporte de colonos conforme destacou Silva (1989).

O golpe militar emblematiza de modo bastante singular tais acontecimentos. As opções contidas nas políticas públicas implementadas estiveram, desde então, consoantes aos processos mais gerais, por isto mesmo devemos analisar a colonização não como um fato isolado ou distante da realidade nacional.

Na fronteira, que se expandia em direção ao norte de Mato Grosso erigindo núcleos urbanos que anos mais tarde ganharam notoriedade – como é o caso de Sinop –, estiveram presentes as principais questões que envolviam a sociedade brasileira naquele momento histórico.

QUADRO 3:  
EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR SUPERFÍCIE  
PARANÁ 1940 – 1980

Estabelecimentos por superfície (ha)	Número de Estabelecimentos 1940 - %	Superfície (ha) 1940 - %	Número de Estabelecimentos 1950 - %	Superfície (ha) 1950 - %	Número de Estabelecimentos 1960 - %	Superfície (ha) 1960 - %	Número de Estabelecimentos 1970 - %	Superfície (ha) 1970 - %	Número de Estabelecimentos 1980 - %	Superfície (ha) 1980 - %
Menos de 10 ha	20	1	16,5	1	34,5	4,5	53	11	47,5	7
De 10 a 20 ha	17	2,5	19,5	3	23,5	8	23	12	23	9
De 20 a 50 ha	32,5	11	34	12,5	27,5	20,5	16,5	19	18,5	16
De 50 a 100 ha	14	10,5	15,5	12,5	8	13,5	4	10,5	5,5	10,5
Somatório	83,5	25	85,5	29	93,5	46,5	96,5	52,5	94,5	42,5
De 100 a 500 ha	13,5	28,5	12,5	27	5,5	24,5	3	21,5	4,5	25
De 500 a 1000 ha	1,5	11	1	8,5	0,5	7,5	0,5	7,5	0,5	9,5
1000 ha ou mais	1,5	35,5	1	35,5	0,5	21,5	-----	18,5	0,5	23
Somatório	16,5	75	14,5	71	6,5	53,5	3,5	47,5	5,5	57,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Swain (1988: 29)

QUADRO 4:  
 MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DE ACORDO COM A SUPERFÍCIE  
 PARANÁ – 1940 – 1980

Estabelecimentos por superfície em ha	1940	1950	1960	1970	1980
Menos de 10 ha	28.991	41.114	259.047	829.396	617.197
De 10 a 20 ha	29.163	65.621	244.752	484.728	407.646
De 20 a 50 ha	65.299	151.772	363.287	387.497	385.600
De 50 a 100 ha	33.725	80.763	139.492	107.928	144.226
Percentual	70%	67%	78%	91%	86%
De 100 a 500 ha	46.565	110.735	184.771	112.768	168.934
De 500 a 1000 ha	10.587	21.730	38.582	24.992	35.333
Mais de 1000 ha	10.684	35.822	54.379	34.097	48.392
Não declarados	124	50	388	65	498
Percentual	30%	33%	22%	9%	14%
Total e taxa de crescimento de uma década a outra	225.139	507.607	1.284.698	1.981.471	1.807.826
		± 123%	- 153%	± 154%	- 9%

Fonte: Swain (1988: 34)

A modernização do agro nacional exigiu completa reformulação da estrutura da sociedade brasileira, o que só pôde ocorrer quando do golpe militar de 1964<sup>29</sup>. No caso brasileiro, a modernização conservadora da agricultura traduziu-se em maiores restrições ao acesso e uso da terra por parte daqueles que nela trabalham, pela desagregação da pequena propriedade e da agricultura familiar (particularmente no Sul do país), ou seja, pela inviabilização da reforma agrária, e pelo estímulo à mecanização e do aumento de produtividade em áreas e produtos bastante específicos – o que atribuiu caráter seletivo ao processo de modernização – tendo por base de sustentação a “industrialização da agricultura”<sup>30</sup>.

No caso paranaense, o mais diretamente relacionado aos nossos propósitos, a modernização resultou em: a) ressurgimento de modo expressivo do latifúndio, como principal unidade da produção agrícola; b) brutal redução de oportunidades de emprego, visto que a modernização da agricultura sendo intensiva em tecnologia reduzia drasticamente tais oportunidades (conforme demonstram os quadros 3 e 4); e c) liberação da força de trabalho que, despossuída, se tornou “livre” para rumar em direção ao Centro-Oeste preferencialmente onde se desenvolviam os projetos de colonização.

Uma vez mais Swain nos (1988: 33 e 35) chama a atenção ao indicar que no Censo de 1980

*“já se pode constatar a diminuição da mão-de-obra agrícola e do número de propriedades agrícolas (absoluto e relativo) dentro da classe das explorações de menos de 100 ha ... Por outro lado, na extremidade oposta da estrutura fundiária, observamos em 1980 um crescimento do número e da superfície das unidades agrícolas de mais de 100 ha. Assistimos assim a uma retomada do latifúndio nas terras do Paraná ... É assim que nos anos 70 a população ocupada nas explorações agrícolas diminui cerca de 10%. Trata-se de uma*

<sup>29</sup> Para um detalhamento dos antecedentes e das forças sociais e política que se articularam para promover o golpe cívico-militar, consultar René Armand Dreifuss. 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>30</sup> São inúmeros os trabalhos que discutem as novas relações entre a agricultura e a indústria no Brasil a partir das décadas de 1950 e 1960. Para uma breve aproximação ao tema, consultar Geraldo Müller. “Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil”, in: *Revista de Economia Política*, vol. 2, n. 6, São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 47 a 78; Fernando Maida Dall’Acqua. “Relações entre Agricultura e Indústria no Brasil, 1930 – 1960”, in: *Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 3, São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 61 a 82 e Roberto Bocaccio Piscitelli. “Análise Crítica da Interpretação Neoclássica do Processo de Modernização da Agricultura Brasileira”, in: *Revista de Economia Política*, vol. 8, n. 3, São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 131 a 148.

*onda migratória rumo a outros Estados e cidades, fugitiva de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito, da exigüidade das terras em face da 'liberação' da mão-de-obra. Ainda que os maiores proprietários recomecem a engajar trabalhadores, as migrações continuam, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, 'prestes a recebê-los' como proclamam os planos de colonização".*

Depreende-se, então, que a marcante presença de trabalhadores (transformados em colonos) oriundos do estado do Paraná no projeto da Colonizadora Sinop, e por extensão no núcleo urbano homônimo, bem como na maior parte dos outros projetos desenvolvidos na região norte de Mato Grosso, está conectada à desarticulação da economia cafeeira e da tradição da pequena propriedade familiar que, pelo menos até início dos 70, caracterizava o Paraná e toda a região Sul do país.

Neste sentido, as origens e a construção do núcleo urbano de Sinop foi resultado de transformações na economia mundial a partir do pós-guerra, de uma nova institucionalidade no âmbito do Estado brasileiro e, por extensão das opções contidas aí, das alterações verificadas, a partir de então, na agricultura do Sul, que se basearam na modernização e racionalização da produção, isto é, pautaram-se pelo intenso recurso à técnicas modernas cujos pressupostos residiam na utilização da mecanização e do uso de *inputs* industrializados, tais como fertilizantes, defensivos agrícolas, etc, buscando alcançar patamares de produção e produtividade nos produtos de larga aceitação internacional, cujo exemplo mais elaborado no caso brasileiro é, inegavelmente, a soja.

Em um curto período de tempo, o estado do Paraná deixou de ser a área mais importante de destinação de migrantes, tornando-se o principal estado a fornecer os contingentes populacionais necessários e indispensáveis à empreitada colonizadora do norte mato-grossense.

O deslocamento e o empreendimento da Colonizadora Sinop nesta região, além de contar com os poderosos estímulos creditícios, fiscais e mesmo financeiros do Estado, beneficiou-se também do projeto de modernização da agricultura patrocinado, da mesma

forma, pelo Estado a partir de 1964. Portanto, existem liames que associam vários processos em sua maioria mediados pelas políticas públicas gestadas e geradas pelos governos militares. As origens e a construção do núcleo urbano de Sinop, em nada se aproximaram da percepção visionária atribuída aos “semeadores de cidades” ou “bandeirantes do século XX”; antes, refletiu claras opções sociais, políticas e econômicas contidas nas forças promotoras do golpe militar de 1964.

Ao realizar a opção da desagregação da agricultura familiar (através da modernização conservadora da agricultura) e, ao mesmo tempo estimular a emigração dos trabalhadores rurais paranaenses, transmutados em colonos, o Estado, associado a interesses empresariais, que já assegurava farto crédito aos projetos de colonização, possibilitou que esta fosse realizada com estes trabalhadores, que buscavam na fronteira a recomposição de sua condição econômico-sócio-cultural anterior. Neste quadro estão os principais elementos que permitiram a continuidade do empreendimento da Gleba Celeste, bem como os elementos que nos auxiliam na compreensão das origens do núcleo urbano de Sinop.

## 2. 3. A COLONIZAÇÃO DE SINOP: ORDEM E PROGRESSO

Vimos anteriormente dois pontos de destaque na colonização levada adiante pela Colonizadora Sinop no norte de Mato Grosso, projeto que recebeu a denominação de Gleba Celeste. Em primeiro lugar, destacamos o sentido que possuiu o empreendimento particular de ocupação da fronteira no estado; ocupação esta que ocorreu em condições extremamente favoráveis à empresa de colonização que se deslocara do Paraná no início dos anos 70. As condições favoráveis, que deram o sentido da ocupação daquela porção do território nacional, apresentaram-se através de uma consolidada estrutura técnico-financeira capaz, na oportunidade, de conduzir e amparar o Grupo Colonizador que se articulara de maneira bastante eficiente com o Governo Federal.

Em segundo lugar, pudemos observar que o expressivo contingente populacional que se dirigiu para a região, em busca da recomposição de seus patamares de vida, “saídos” em sua larga maioria do norte e do oeste do Paraná a partir da segunda metade dos anos 60, migrou por expressivas mudanças da estrutura produtiva e fundiária no estado. A concentração das terras no estado, juntamente com a avanço da mecanização e racionalização da agricultura resultaram na expulsão e expropriação daqueles trabalhadores radicados, particularmente, na agricultura familiar.

Nosso intuito agora é entrelaçar alguns dos argumentos desenvolvidos e reuni-los a outros que, a nosso juízo, ampliarão o quadro explicativo que buscamos compor para melhor compreender a ocupação liderada pela Colonizadora Sinop em parcela do território mato-grossense.

Para tanto, parece-nos importante destacar que o quadro analítico onde procuramos desenvolver nossa argumentação se dá num período histórico bastante específico, qual seja: aquele marcado pelo golpe militar de 1964. Sem esta perspectiva poderemos encontrar dificuldades para a compreensão de situações que só têm sentido ao considerarmos a relação que foi se consolidando ao longo do tempo entre as estratégias geo-políticas dos militares e os interesses empresariais do Grupo Colonizador de Sinop.

É neste sentido que chamamos atenção em relação a “materialização” da colonização em Sinop. Esta tornou-se um poderoso instrumento para o Estado, pois a partir da difusão dos

programas de colonização dirigida, quer públicos ou particulares (como é o caso de Sinop), consolidou-se a estratégia de modernização da agricultura conservando de maneira praticamente inalterada e intacta a estrutura fundiária do país (Castro *et all*, 1994: 17 e 18)

Para isto foi soerguido um sólido e autoritário quadro institucional que permitiu, em poucos anos, a multiplicação de projetos desta natureza, como comprova o caso de Mato Grosso. Assim Santos (1993: 48) indica que no período articulou-se

*“um completo sistema de colonização [que] foi proposto da seguinte maneira: as áreas de colonização; os órgãos responsáveis, oficiais e particulares, no último caso empresas ou cooperativas; o financiamento das operações de venda dos lotes pelo crédito rural; a organização do espaço em núcleos de colonização, formados por lotes rurais e urbanos; e enfim os mecanismos de seleção e de preferência dos colonos parceleiros”.*

A estratégia que estimulou o empreendimento de colonização em Sinop, assim como os demais verificados na área da fronteira asseguraram a obliteração da reforma agrária. Na verdade tal estratégia reforçava, indiscutivelmente, o conteúdo modernizante-conservador do projeto militar para a questão agrária (Martins, 1984).

Na esteira das transformações da economia paranaense, ganhou grande fôlego a colonização de Sinop sustentada pelas benesses e favores concedidos pelo Governo Federal. A ocupação desta parte do território mato-grossense e a orientação de integração nacional que perpassava as diretrizes maiores dos militares (Brasil, 1971 e 1974) tiveram nos projetos de colonização sua síntese mais elaborada deste momento da vida nacional. Não por outra Castro *et all* (1994) indicam que

*“A integração ao sistema nacional de produção capitalista dessa região de fronteira significou a intensificação do processo de modernização da agricultura nesta região ... Assim, a homogeneização do espaço regional representou a participação efetiva das regiões ditas de ‘fronteira’ no processo hegemônico de industrialização da agricultura que comanda as transformações econômicas e sociais no campo ... É dentro deste*

*contexto que precisa ser situada a dinâmica ... de ocupação da 'fronteira recente'. Na realidade, como meta implícita, estava o processo de expansão e acumulação no país, que a ação do Governo Federal buscava viabilizar"*

Estes anos, fortemente marcados pelo golpe de 1964, tiveram como característica de destaque a marcante influência da articulação entre desenvolvimento e segurança, sobretudo nas proposituras de alcance nacional. Este binômio condensado na chamada Doutrina de Segurança Nacional (Couto e Silva, 1981) era uma das bases de sustentação do autoritarismo daquele momento.

O estímulo e apoio dado aos projetos de colonização não passaram incólumes; a articulação entre os interesses dos militares e dos grupos empresariais de colonização, como bem exemplifica a Colonizadora Sinop, na realidade, pressupunha o compartilhar dos fundamentos da Doutrina. A intervenção de Coelho (1998: 14 e 17) parece-nos muito precisa quando discute esta questão. A autora afirma que para os militares e os responsáveis pelo planejamento

*"as idéias de segurança nacional e de defesa da soberania tornaram-se indissociáveis, a partir de 1964, das idéias de ordem e progresso ... A Doutrina de Segurança Nacional [era apresentada como] um conjunto de idéias ... consideradas necessárias para convencer a sociedade da pertinência e da necessidade de estratégias e ações militares voltadas para a garantia da 'segurança nacional'. Ou seja, impunha-se o controle dos conflitos reais e potenciais que pudessem colocar dificuldades ao desenvolvimento capitalista, ou melhor, à modernização econômica do país ... Apresentaram-se como a única instituição capaz de manter a ordem e viabilizar o desenvolvimento e as mudanças sociais que deveriam ocorrer na região amazônica. Enfim consideravam-se com a missão de levar o progresso às áreas distantes e 'atrasadas' do país e imaginavam que, como todos reconheciam isso como uma tarefa importante, aceitariam a sua permanência no poder enquanto a estivessem realizando".*

Buscamos salientar que a orientação nacional da Doutrina de Segurança Nacional baseada no lema “ordem e progresso”, formulada pelos militares para sustentar seus interesses à frente da condução do país, era “compartilhada” por todos aqueles setores que deram sustentação política ao golpe e que mais tarde tornaram-se os principais beneficiários das políticas implementadas.

Ainda que de orientação geral, as diretrizes de segurança e desenvolvimento, traduzidas em larga medida na (manutenção da) ordem e (na disseminação do) progresso tiveram suas instâncias de mediação e, cremos, podem ser encontradas nos procedimentos adotados e implementados pela Colonizadora Sinop, e que podem ser ampliados para os demais grupos colonizadores que atuaram em Mato Grosso neste período, isto é, ao longo da década de 1970.

Assim, a ocupação das terras na fronteira mato-grossense, sob hipótese alguma, darse-ia fora destes marcos. Por isto mesmo a colonização não poderia, nem deveria ser realizada com e através das populações locais; tornava-se imperativo que o processo avançasse sim, mas que o avanço se desse com populações outras, particularmente aquelas que estivessem habituadas a sociabilidade da propriedade privada. Castro *et all* (1994: 18) ponderam que o

*“Governo Federal preparou, na realidade, a estrutura de posse legal da terra de maneira que permitiu a sua apropriação pelos novos agentes econômicos que chegavam à região. Demarcando os espaços a serem utilizados pelos diversos agentes sociais antigos e novos (reservas ecológicas, sociedades indígenas, extrativismo vegetal e mineral, áreas para grandes projetos agropecuários, áreas para colonização, forças armadas), o Governo Federal acabou por ser o grande responsável pelos conflitos notórios e a violência presente nestas áreas de fronteira. O espaço deixou de ser um direito de uso de acordo com as atividades praticadas anteriormente na região da Amazônia Legal e passou a compor um título de propriedade privada da terra, coerente com o tipo de atividades econômicas em expansão que é a agricultura integrada ... ao sistema nacional de produção capitalista”.*

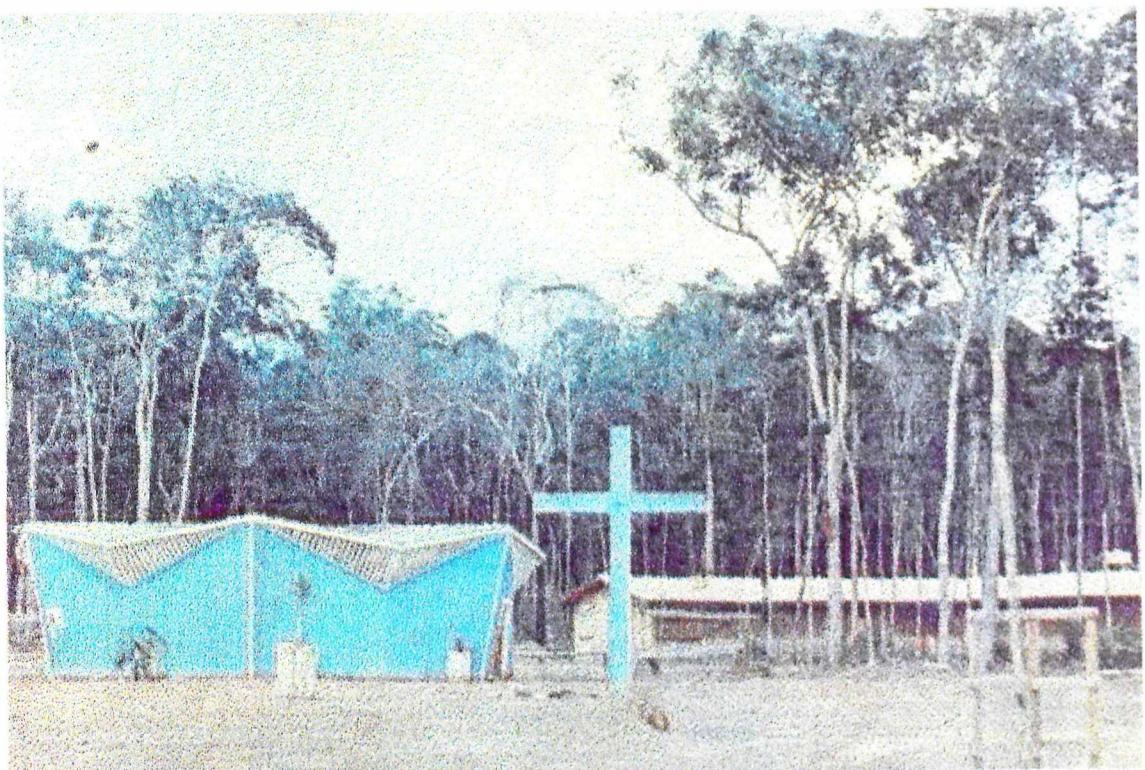


Figura 5: instalações religiosas nos primeiros anos de Sinop



Figura 6: colonos na saída da atividade religiosa. Observe a transformação da paisagem



Figura 7: colono transportando madeira retirada da área da Gleba Celeste, em Sinop



Figura 8: vista parcial do Hotel Celeste



Figura 9: posto Santo Antônio na entrada de Sinop. Ponto de encontro de colonos e viajantes

A transformação de direitos (seculares) de uso da terra na fronteira em direitos de propriedade privada, parece nos fornecer um dos elementos de maior importância que entrelaçam os interesses dos grupos e frações de classe vitoriosos em 1964, ao mesmo tempo que realiza a mediação entre as diretrizes mais gerais contidas, por exemplo, nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972/1974 e 1975/1979) e as orientações mais localizadas no âmbito de cada projeto de colonização. Para o caso de Sinop a situação pode ser percebida em consonância com Arruda (1997: 28 e 29), segundo a autora

*“Ao longo das décadas de 70/80 ... a colonização particular, através de estratégias de disciplinarização do campo, constituiu-se também em política de Estado para controlar as terras da fronteira agrícola e reproduzir a ordem social dominante”.*

Perspectiva, esta, que também é compartilhada por Souza (2001: 221), pois segundo o autor

*“a colonização de Sinop deu-se num contexto sócio-político nacional da ditadura militar, do ufanismo dos planos econômicos ... Em nome daquilo que se qualifica de progresso para todos, a imagem de progresso futuro justifica a degradação ambiental, as negociações políticas, o controle e a disciplina das instituições sociais, a exclusão do pensamento e o baixo desenvolvimento da qualidade de vida da população ... a maior parte do material publicado e anunciado pelos meios de comunicação, sobre o tema, destaca justamente, a vinculação do progresso ao cidadão ordeiro e trabalhador”.*

De nossa ótica de análise e observação da colonização particular desenvolvida em Sinop, a transformação dos direitos (seculares) de uso pelas populações autóctones em direitos de propriedade para os agentes privados deu-se da forma mais ampliada possível, a dimensão e a magnitude dos projetos existentes em Mato Grosso atestam este ponto.

Portanto, era imprescindível ao avanço do processo colonizador que este pudesse contar não só com a Colonizadora Sinop, assumia dimensão estratégica poder contar com um perfil de trabalhador “ajustado” à lógica reinante; nas palavras do autor acima citado, o cidadão “ordeiro e trabalhador”. Em outras palavras, o empreendimento evidentemente não

seria realizado apenas com o deslocamento dos grupos empresariais para a região, havia a necessidade de atrair trabalho vivo para a exeqüibilidade do projeto e da própria valorização do capital aplicado na região. Dada a ausência da sociabilidade capitalista das populações locais, o problema que se apresentava era encontrar expressivo contingente populacional que se dispusesse a migrar ou que estivesse disposto a integrar o fluxo migratório em direção à fronteira. Aqui se reúnem fatores que explicam, por um outro ângulo, o recurso aos trabalhadores agrícolas do Sul do país, em especial do Paraná.

Os trabalhadores paranaenses (e mesmo sua ancestralidade européia) em função de suas origens e formação sócio-cultural eram o resultado vivo da sociabilidade capitalista; por isto também o recurso a este tipo de trabalhador foi largamente estimulado no período. Houve, assim, uma certa complementaridade entre os “bandeirantes do século XX” que encarnavam o capital e os colonos que para lá se dirigiram.

O lema “ordem e progresso” pôde, deste maneira, apresentar-se como elemento de mediação entre os três setores sociais que estiveram diretamente relacionados na colonização: o Governo Federal; o grupo particular, representado pela Colonizadora Sinop neste caso; e os migrantes vindos do Paraná. Isto foi de tamanha importância que Guimarães Neto (2002: 107 e 149), ao perceber a importância que possuiu o trabalhador “sulista” enfatiza que

*“o colono do Paraná’ oferecia as condições ideais para as empresas colonizadoras: um agricultor habilitado, conhecedor do plantio de lavouras perenes ...; um agricultor que passou pela ‘escola do Paraná’, dono de um saber sobre a experiência viva de uma fronteira agrícola; e, ainda, um agricultor empobrecido, mas pequeno proprietário, o qual podia vender sua pequena terra e investir nos lotes que a colonizadora colocava à venda ... As cidades passavam a oferecer a imagem irreversível do desenvolvimento econômico e do triunfo dessas novas áreas de colonização. Com isso, disseminava-se a idéia de que estávamos diante de um modelo bem sucedido de progresso social e prosperidade econômica”.*

e prossegue a autora

*“Nessas áreas, progresso era uma marca indelével, presente em todos os lugares por onde se passava, direcionando as condutas humanas, projetando a esperança no amanhã, refazendo, a todo momento, o mito do possível. Assim, heroísmo, aventura, progresso e grandeza mesclavam-se no colorido mosaico que formava a paisagem sedutora das novas cidades da colonização”.*

Deste modo, a Doutrina de Segurança Nacional e a ideologia baseada no lema “ordem e progresso” encontraram um espaço social e territorial onde pôde avançar sem maiores obstáculos, a não ser aqueles decorrentes de um meio ambiente estranho e acentuadamente distinto dos até então conhecidos pelos colonos. Mas ainda assim houve muita resistência por parte dos colonos (Oliveira, 1988: 31 a 54), o que evidenciava o nível de tensão existente no seio da sociedade brasileira daqueles anos. Porém, também não se deve negar a cooptação de muitos colonos por parte da Colonizadora Sinop ao acenar para a possibilidade da realização, ainda que com grandes sacrifícios, da sociabilidade que entrava em franco declínio no Sul do país, ou seja, a idéia da recomposição da pequena propriedade na fronteira, possibilidade muito explorada pela Colonizadora através de uma intensiva atuação na mídia dentro e fora da região e do estado.

É também no interior desta lógica que assinalamos que a Colonizadora Sinop, bem como suas congêneres, buscaram “construir” um modelo de trabalhador a ser atraído para as áreas de fronteira. Em outras palavras, era insuficiente que este trabalhador “apenas” estivesse livre para se incorporar a um processo produtivo, mesmo que distante de suas raízes culturais; esta era a condição necessária. Para estar em completo acordo com a lógica da colonização particular, era indispensável que este trabalhador fosse portador de alguma riqueza, monetária e mesmo patrimonial. Santos (1993: 56, 57 e 195) nos apresenta as características que eram “requisitadas” destes trabalhadores

*“No curso dos anos de 1976 e 1978 ... foi montado todo um sistema para a colonização particular ... Durante essa regularização, houve uma significativa virada; a mudança de clientela. Doravante não mais se atraíram populações do Nordeste como no começo da década, mas de preferência proprietários de minifinlídios do perímetro da ação das chamadas cooperativas, normalmente situados no Sul do país ... Nos*

*programas privados ... encontramos principalmente colonos que, na região de origem, possuam as seguintes condições sociais: pequenos proprietários; pequenos arrendatários e meeiros, isto é, aqueles que dispõem de um patrimônio que lhes permitirá enfrentar tanto o pagamento do lote de colonização, como os adiantamentos exigidos pelo crédito agrícola para financiar a parcela, ou, enfim, para conseguir sobreviver até as primeiras colheitas”.*

Para o caso de Sinop esta pré-condição apresentou-se de maneira bastante sistemática, compondo mesmo, por fim, um procedimento administrativo adotado pela Colonizadora, pois as famílias que para lá se dirigiram foram, em sua grande maioria, adquirentes com recursos próprios dos lotes postos à venda. Dados empíricos reforçam esta perspectiva. Na pesquisa de campo desenvolvida por Vidigal (1992), multiplicaram-se os relatos e depoimentos atestando tal situação. Vejamos trechos de algumas das entrevistas realizadas pela autora.

*“Vendi 60 alqueires no Paraná a Cr\$ 2.000,00 o alqueire e comprei 450 alqueires em Sinop a Cr\$ 331,00 o alqueire ... Comecei derrubando mato e abrindo invernada para plantar pasto. Fiquei um ano parado sem pasto. Tava plantando mas não saía. Vivia de renda da máquina de beneficiar arroz. Fretava meus caminhões. Até o pasto brotar levou três anos”.*

*“No Rio Grande do Sul, plantava 5 alqueires de soja e trigo, sob trabalho braçal; mudei para São Miguel do Iguaçu, no Paraná, onde vivi 8 anos. Em 1973 vim para Sinop onde comprei 25 alqueires de terra, mas tive que vender a terra para pagar as máquinas que fincsei pelo Banco do Brasil”.*

*“Alguns entrevistados revelavam o caráter seletivo desempenhado pelo financiamento bancário ... ‘O Banco do Brasil começou a pressionar para os colonos pagarem. A ordem de cima era para receber os débitos; o país precisava de dinheiro. Ai foi o segundo refluxo de gente. Venderam para pagar. Ai é substituição. O menos preparado vende para o mais preparado’”.*

*“No Paraná nós tinha lavoura mecanizada, mas na hora de comprar na Colonizadora, disseram que não podia trazer as máquinas ... Nós ia ter financiamento para comprar outras. Quando chegamos, o Banco do Brasil só financiava pelo Pró-Álcool, quer dizer, para quem plantar mandioca pra usina. Mandioca não pode ser mecanizada ... Só quem tinha dinheiro é que ficou bem na Gleba Celeste”.*

Estes relatos prestados a autora são muito ricos, pois nos oferecem condições de verificar empiricamente o que vimos desenvolvendo em nossa argumentação. Neles ficam evidentes a condição social de pequeno proprietário que os colonos tinham no Sul e nem sempre reconstruídas em Sinop; o acúmulo de reservas (técnicas, monetárias ou patrimoniais) para fazer frente à adversidades; o histórico de migração, isto é, para alguns Sinop não era a primeira experiência migratória; a seleção praticada pela Colonizadora ao fazer a opção pelo colono ou família; e, também, o tipo de produção estimulada no âmbito da área de colonização.

De acordo com Arruda (1992: 170) o engajamento dos colonos ao projeto de colonização em Sinop deve ser explicado tanto pela ideologia como pela formação sócio-econômica dos colonos que se instalaram na região vindos do Sul do país. Deste ponto de vista

*“aqueles migrantes e ... seus descendentes já estavam familiarizados com as novas imposições que o desenvolvimento do capitalismo impunha. Mais recentemente, puderam tomar contato com a extrema racionalização da agricultura, através da aquisição de tecnologias modernas, mecanização de lavouras e introdução de toda a sorte de insumos agrícolas ... Alguns vieram expulsos do Sul pela presença das máquinas, com as quais não podiam concorrer”.*

Portanto, o relativo êxito propalado pela Colonizadora através de seus agentes (Pipino, 1982) deve ser visto a partir de um determinado prisma, qual seja: o da inalteração da ordem social e fundiária, bem como o progresso material restrito a alguns poucos, cujo processo de

seleção social “aplicado” acabou por beneficiar. Moura (s/d: 22 e 23) comprehende este quadro nos seguintes termos:

*“se de um lado o migrante capitalizado consegue em Mato Grosso, através de diferentes instrumentos e estratégias, acumular terra e capital, por outro lado, o migrante que chega a este território a procura do sonhado ‘eldorado’, mesmo conseguindo, de início, comprar um lote de terra, acaba expropriado ou subjugado ao latifundiário ou ao empresário rural ... E na medida que o uso e a posse da terra em Mato Grosso vai se concentrando, cada vez mais, nas mãos de uma pequena minoria, por força dos latifundiários e empresários rurais, um número considerável de camponeses e trabalhadores rurais são expulsos do campo e lançados nas periferias e desemprego das maiores cidades matogrossenses”.*

O êxito do projeto de colonização em Sinop, então, só pode ser considerado deste ponto de vista, ou seja, o ideário da Colonizadora, sintetizado no lema “ordem e progresso” levado às últimas consequências, resultou, concomitantemente, numa enorme restrição aos acessos tanto à terra, quanto aos financiamentos e no campo ideológico (favorável aos interesses da Colonizadora) da realização do sonho iniciado quando da migração do Paraná em direção a Mato Grosso. Mais uma vez é Artuda (1992: 102, 103 e 104) que nos auxilia

*“No processo de produção espacial da cidade, o discurso imagético construído, teve um papel relevante. Através da propaganda realizada no mídia ... buscava construir e vender a imagem de um espaço capaz de possibilitar bem-estar e progresso para todos ... A cidade de Sinop é, assim, marcada pelo imaginário da Colonizadora e do poder público, que procuram organizar com base em novas formas de dominação, na racionalidade do planejamento e no fetiche da mercadoria, elementos impulsionados no progresso e na construção de uma nova ordem na considerada fronteira agrícola mato-grossense. Juntamente com as medidas estratégicas de ocupação, constrói-se no imaginário social das pessoas que viabilizaram o projeto de colonização, a imagem de uma cidade moderna e promissora, capaz de possibilitar oportunidades de*

*uma vida melhor não adquirida nos locais de origem. Qualquer que seja o mecanismo de criação urbana, os habitantes são persuadidos de um brilhante futuro que a cidade lhes 'promete'”.*

Desenvolvimento e segurança, os pilares sob os quais foram erguidas as políticas governamentais do período militar. Sob uma ditadura militar extremamente repressiva, o binômio desenvolvimento-segurança, tão bem sintetizados no lema “ordem e progresso”, alcançava importantes áreas do planejamento estratégico do país, como comprova a influência exercida por esta perspectiva nos dois planos macroeconômicos mais importantes da década, o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ordem e progresso apresentaram-se como desdobramentos das diretrizes maiores das políticas formuladas ao longo dos anos 70, inclinação que também se aplicou aos projetos de colonização particular. No caso de Sinop, o lema significou a manutenção da ordem vigente na distante fronteira, reproduzindo, assim, a estrutura social e fundiária existente no restante do país, a despeito da campanha de propaganda realizada junto aos migrantes em suas áreas de origem. A difusão da idéia de progresso ao alcance de todos foi a pedra de toque da campanha publicitária realizada no Sul.

Se por um lado, a transformação dos direitos de uso em direitos de propriedade realizou a mediação necessária entre os interesses dos militares e os dos grupos empresariais que passaram a atuar no estado de Mato Grosso; por outro, o lema “ordem e progresso” tomado pela Colonizadora como questão fulcral, pôde mediar os interesses particulares com os dos colonos. A transformação da fronteira no novo “eldorado” permitiu o engajamento de expressiva parcela de colonos ao projeto de desenvolvimento da Gleba Celeste a partir dos projetos de colonização.

A realização da empreitada colonizadora de Sinop contou com colonos migrantes do Sul, em especial do Paraná, por alguns motivos apresentados, mas ao mesmo tempo esta colonização ocorreu desta forma, pela possibilidade concreta de captura da subjetividade do colono, que, ao engajar-se no processo de ocupação da fronteira, buscava recuperar sua condição anterior, ainda que a realidade de Sinop e de todo o norte de Mato Grosso tenha posto por terra, para a esmagadora maioria destes trabalhadores, o sonho de encontrar o “eldorado” em terras distantes, isto é, na fronteira em expansão.

O avanço da modernização da agricultura no Sul resultando na expulsão ou expropriação dos trabalhadores, transformou-os em “seres livres”; livres em toda a extensão do termo – separados de seus meios de produção, portanto livres para se submeterem ao capital.

A partir da experiência acumulada ao longo dos anos, a Colonizadora Sinop pôde tirar vantagens desta situação recente dos trabalhadores rurais. Ao invés de recrutar trabalhadores em outros estados e dirigi-los para o Paraná, agora agia em sentido contrário. Tratava-se, então, de estimular energicamente a saída destes trabalhadores do Paraná e fazer com que os mesmos engrossassem as levas de migrantes que se deslocavam para Mato Grosso. Ao mesmo tempo que significou a captura da subjetividade deste trabalhador por parte do capital representado pela Colonizadora Sinop, o lema “ordem e progresso” também significava a construção de uma nova vida, a possibilidade de chegar ao fim de uma longa jornada iniciada por seus ancestrais em outros países no século XIX, a realização do sonho de possuir sua terra por tanto tempo buscada e perdida nas férteis terras paranaenses. Assim, o lema “ordem e progresso” significou, enfim, um dos mais emblemáticos aspectos para a compreensão da colonização de Sinop.

## 2. 4. COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO: O CASO DE SINOP

As políticas públicas gestadas e geradas pelo Governo Federal no pós-64 afetaram sobremaneira o desenvolvimento econômico e social do país. Entre 1964 e 1979 as políticas públicas ratificaram os compromissos prioritários responsáveis pelo longo período ditatorial existente no Brasil: manutenção da lucratividade das inversões privadas; subordinação à dinâmica internacionalizada da economia brasileira; arrocho salarial; estrangulamento das demandas e dos movimentos sociais; aniquilamento da democracia e dos direitos de cidadania, entre outros.

O período que correspondeu aos governos militares (1964/1985) é de grande importância para a compreensão da reestruturação espacial que ocorre no país de um modo geral. No nosso caso, o período também se destaca pela reestruturação espacial que ocorre na fronteira agrícola em expansão. Nossa interesse recai sobre a situação que a ser verificada ao norte do estado de Mato Grosso, com ênfase para o caso do município de Sinop (criado em 1974) fruto de um grande projeto de colonização – denominado Gleba Celeste – que foi iniciado em 1972.

O lema “terra sem homens para homens sem terra”, sustentado pelos governo militares, mobilizou um espantoso volume de recursos materiais, humanos e financeiros que, em larga medida, foram absorvidos pelo estado de Mato Grosso, com absoluto destaque para a porção norte do território do estado, que em fins da década de 1960 apresentava-se como um espaço de povoação rarefeita como pondera Duarte (s/d: 40)

*“A área do Norte de Mato Grosso ... era um espaço pouco povoado aí residindo apenas 62.478 habitantes; entretanto sem considerar a população indígena ... A população estava distribuída em cinco municípios ... Barra do Gráças, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Diamantino e Aripuanã ... Em Diamantino ... tinha sido implantado em 1956 um projeto de colonização, por empresa sulista e que, posteriormente veio a dar origem ao município de Porto dos Gaúchos”.*

Como indicado pelo autor acima, o território mato-grossense, embora com poucos habitantes, já apresentava uma determinada dinâmica social na ocupação territorial considerando a população recenseada e a não recenseada (população indígena). Portanto, já não mais se tratava de terras sem homens. Ademais, o intenso fluxo migratório que se estabeleceu em direção à região e que se agigantou no início dos anos 70 foi basicamente o resultado de um duplo processo que Santos (1993: 257) sustenta decorrer

*“de um processo de expulsão de algumas camadas do campesinato, tanto por causa da pressão que a estrutura fundiária concentradora produzia, como por causa dos constrangimentos econômicos que pesavam, sobre os pequenos produtores constituídos em família”.*

Ou seja, também não se tratavam de homens sem terra, mas de trabalhadores expulsos de suas áreas de origem e despojados dos meios de produção necessários à sobrevivência sua e de suas famílias. Os casos mais exemplares aqui são os migrantes nordestinos que foram forçados à migração dada a concentração fundiária nos estados daquela região; e os sulistas, que dada a pressão exercida pelo processo de modernização da agricultura também engrossaram as levas de migrantes que se dirigiram para o norte de Mato Grosso com maior rapidez a partir de 1970.

Assim, o lema “terra sem homens para homens sem terra” explicitava os objetivos, concepções, alternativas e soluções para a questão agrária no país levadas adiante pelas políticas públicas implementadas pelos governos militares, pois como indicado não se tratava de terra sem homens, muito menos de homens sem terra.

Em verdade o lema não expressava as condições existentes no período, mas deixava claro que a expansão da fronteira agrícola havia tornado a pedra de toque na resolução desta questão. Nas “novas terras”, como já o dissemos, havia certo contingente populacional, de posseiros e índios; o que o lema proposto pelos militares tentava camuflar era a incompatibilidade desta população residente com os interesses das políticas adotadas.

Também por isto os trabalhadores, do Nordeste e do Sul, expulsos e expropriados de seus meios de produção em suas áreas de origem eram denominados de “sem terra”; na verdade tornaram-se despossuídos. Tanto assim o é que estes trabalhadores, transformados

em migrantes, têm a perspectiva, como ressalta Oliveira (1983), de recompor suas condições de vida e sobrevivência na fronteira em expansão. Em outras palavras, para estes trabalhadores sua condição de migrante é efêmera pois o que buscavam na realidade era a recomposição dos padrões de vida havidos anteriormente.

Como salientam Ferreira *et all* (1999: 203)

*“No bojo do projeto de ‘modernização’, Mato Grosso alojou em seu espaço rural, através das Políticas de Colonização Oficial, contingente populacional significativo oriundo das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra e os excedentes que se encontravam fora do mercado de trabalho. Da mesma forma, a colonização particular foi estimulada e tornou-se um negócio fácil e rentável. Sem perder de vista a tensão social e a escassez de terra na região de origem dos colonos, a colonizadora assumiu uma feição empresarial”.*

Neste processo de recomposição da dinâmica econômica e social levada à frente pelos governos militares no Brasil, no Centro-Oeste, Mato Grosso apresentou-se com relevância e destaque (Guimarães e Leme, 1988). A expansão da fronteira agrícola foi bastante acentuada na porção norte deste estado, onde os projetos de colonização, privados em sua maioria, foram os principais responsáveis pela alteração da configuração sócio-espacial até existente.

De acordo com os dados oficiais, a região norte do estado de Mato Grosso possui 53 (cinquenta e três) municípios, totalizando uma área de aproximadamente 840 mil Km<sup>2</sup> o que corresponde a mais da metade de todo território de Mato Grosso, que é de 903.366 Km<sup>2</sup> (SEPLAN/MT e COOTRADE, 2000). É uma área bastante extensa e seus municípios têm data de criação recente, convergindo entre fins da década de 1970 e início da de 1990 – dos municípios existentes na região norte de Mato Grosso, 2 (dois) foram criados na década de 1960; 6 (seis) na de 70; 23 (vinte e três) na de 80; e 20 (vinte) na de 90. No caso em questão, o interesse do estudo é sobre o município de Sinop, pois destacam-se aí importantes indicadores, quer sejam sociais, econômicos ou demográficos.

O município de Sinop, como todo norte de Mato Grosso, passou a se destacar no cenário nacional já no início dos anos 70 com os projetos de colonização implementados por toda esta região.

De acordo com Souza (2001: 83)

*“Na Amazônia Legal, e mais particularmente, em Mato Grosso, a colonização particular teve destaque a partir da década de setenta, subsidiada pelos recursos públicos federais. Esse tipo de colonização foi decisiva para a ocupação e povoamento do norte matogrossense”.*

Atento para as questões relacionadas às populações já existentes, o autor aponta o caráter e o sentido da ocupação e do povoamento que

*“significava mais que uma estratégia de crescimento econômico sob a égide do grande capital. Tratava-se principalmente, de uma estratégia militar de controle do espaço amazônico. Assim, a colonização não deveria ser somente privada, mas, fundamentalmente, controlada e disciplinada”.*

Que fatores concorreram para a reestruturação espacial do norte mato-grossense ? Quais os condicionantes existentes capazes de produzir o lema “terra sem homens para homens sem terra” ? Que papéis cumprem os projetos de colonização no norte de Mato Grosso e o de Sinop em especial ? Que explicações há para a atração de capitais para o município de Sinop, à época no meio da floresta amazônica ? Que elementos podem ser encontrados na sociedade brasileira da época que pudessem justificar tamanho investimento ?

Aprofundar os estudos e investigações na busca de respostas coerentes e que se sustentem quando confrontadas com a dinâmica social, política e econômica da época é o desafio. Do nosso ponto de vista, a questão é compreendida a partir de um certo olhar, de um certo posicionamento, qual seja: enfrentar tais indagações requer de nossa parte um esforço que integre as transformações do espaço em Mato Grosso às decisões tomadas ao nível do Governo Federal.

Em outras palavras, para melhor compreendermos o que ocorre com o município de Sinop (de sua criação até meados dos anos 80, quando arrefece o fluxo migratório) é necessário entender o momento por que passava a economia e a sociedade brasileira. A compreensão do sentido, direção e objetivos pertinentes à nova configuração espacial do norte de Mato Grosso a partir da década de 1970, requer, a nosso juízo, um bom entendimento acerca dos objetivos das políticas implementadas pelos sucessivos governos militares. Estas políticas foram as principais responsáveis por uma série de mudanças havidas não apenas no território nacional, mas fundamentalmente na sociedade brasileira. A identificação dos objetivos destas políticas nos permitirão uma boa análise sobre o processo de reestruturação espacial de Mato Grosso, onde os projetos privados de colonização foram os de maior magnitude e importância na transformação daquela região.

Vários estudiosos do tema, dentre os quais destacamos Oliveira (1983), Santos (1993), Arruda (1997) e Souza (2001), têm apontado a questão agrária como sendo um dos mais importantes emblemas do país e que possuía relação direta com a reestruturação espacial ocorrida em Mato Grosso. Santos (1993: 209 e 211) assinala que

*“Desde que o Golpe de estado de 1964 reprimiu e acabou com as lutas camponesas pela terra na região Sul, começou a desenvolver-se um duplo processo na região: assiste-se paralelamente ao surto de modernização da agricultura e da política de colonização...a modernização agrícola, mesmo contornando as grandes propriedades, visava nesse caso as pequenas unidades agrícolas. Nesse sentido, o processo de modernização e o de colonização caminhavam lado a lado, ambos contribuindo para aniquilar as propostas políticas de uma redistribuição fundiária; compreende-se então claramente até que ponto a colonização serviu, como também no Nordeste, de válvula de segurança das regiões agrícolas do Sul, onde se manteve a ordem moderna”.*

A vinculação entre a questão agrária e a situação em Mato Grosso, envolvendo os inúmeros projetos de colonização existentes, é captada por Souza 2001: 92) nos seguintes termos:

*“no contexto dos movimentos sociais e da luta pela terra em diferentes regiões do país, a colonização surgiu como alternativa de uma ‘reforma agrária’ viável aos interesses do Estado Brasileiro e possível de ser aceita pela classe ou fração dessa classe no poder...a consequência mais grave desse processo, que foi também ostensivamente amparado pela política de ocupação dos ‘espaços vazios’ dos governos federais no pós-64, foi a monopolização da terra, pela titulação de grandes áreas contíguas, dando continuidade à formação de latifíndios, tão característicos da estrutura agrária e agrícola de Mato Grosso”*

Por outro lado, Arruda (1997: 44 e 45) destaca que

*“Esses Projetos de Integração Nacional, através de uma política de colonização, assumia a magnitude que envolvia as questões de segurança, de posse e uso da terra. O objetivo principal de tais projetos era reduzir ou eliminar os problemas sociais ligados à terra no Centro-Sul do país. A política de expansão da fronteira agrícola como válvula de escape para a não resolução dos problemas decorrentes de uma estrutura fundiária concentradora, sempre foi uma das estratégias utilizadas pelo estado brasileiro...A frente de expansão mais recente (1970) – o norte de Mato Grosso – foi quase exclusivamente povoado via projetos de colonização particular...O Norte Matogrossense ocupou uma posição ‘privilegiada’ nesse processo, pois foi contemplado com recursos de programas governamentais, concentrando aproximadamente 90% dos projetos de colonização particular, beneficiada pela rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) e sob respaldo do INCRA e da SUDAM”.*

As passagens anteriores nos permitem algumas considerações: em primeiro lugar, destacam-se as opções adotadas pelos governos militares no que concerne à questão agrária. A implementação da modernização da agricultura baseada na incorporação progressiva e

maciça de novas tecnologias com a preservação da estrutura fundiária existente, associada aos projetos de colonização dirigida (oficial ou particular), atuaram no sentido de preservar a estrutura de propriedade da terra no país, e, concomitantemente, engendrava novos “espaços” para a reprodução capitalista.

Deste ponto de vista, pode-se inferir que tanto o processo de modernização da agricultura, quanto o de colonização tiveram como “clientela preferencial” aqueles que puderam se adequar às exigências de ambos os processos, o que significava algum grau de capitalização e uma cultura compatível com as novas tecnologias disponíveis, como no caso da modernização.

Em segundo lugar, deve-se notar a existência de uma forte correlação entre a proposta de reforma agrária pretendida e defendida por amplos setores da sociedade brasileira – um dos fatores que mais contribuíram para a deflagração do golpe militar de 1964 – que foi rejeitada pelo movimento armado cívico-militar e o acelerado incremento dos projetos de colonização. Corroborando passagens anteriores, a orientação dos governos militares no pós-64 deu-se no sentido de “esvaziar” os conflitos em torno da posse e da propriedade da terra, utilizando-se para tanto da expansão da fronteira agrícola (quer seja através da modernização de áreas já tradicionais, quer seja estimulando os projetos de colonização em áreas “novas”). Vale dizer, onde pudesse ser articulados os interesses e objetivos dos governos militares com os de grupo empresariais – como a Colonizadora Sinop – vindos em sua grande maioria do Centro-Sul do país, exatamente onde ocorriam, juntamente com o Nordeste os maiores impactos sociais decorrentes do maior nível de tensão em torno da questão agrária. Moura (s/d: 21) nos diz que

*“a par de todas estas políticas quer sejam federais, quer sejam estaduais, Mato Grosso, na década de 70, passou a ser uma área de grande atração populacional, não só para os grandes empresários nacionais e estrangeiros que vêm neste território um espaço seguro para aplicação de seu capital, como também para os pequenos produtores agrícolas e trabalhadores rurais que expulsos do Nordeste devido a seca, expulsos do Sudeste e do Sul em decorrência do emprego de nova tecnologia ou de mudança de atividade, vêm a fronteira agrícola matogrossense como o local onde irão depositar a*

*esperança de adquirir um pedaço de terra, o seu principal meio de produção e de trabalho".*

Assim há uma espécie de inversão da reivindicação em prol da reforma agrária. Tanto a modernização da agricultura quanto o processo de colonização acabaram por incorporar as fronteiras em expansão e o agro nacional à lógica e às exigências da reprodução ampliada do capital. Resultado, este, completamente avesso àquele contido nas reivindicações favoráveis à reforma agrária.

Por fim, a reestruturação espacial de Mato Grosso, em especial a do norte deste território, esteve articulada, desde o início, aos diversos programas e projetos que objetivavam a integração do território brasileiro; integração subordinada aos ditames das classes e frações de classe proprietárias e dirigentes responsáveis diretas pelo rompimento democrático em 1964.

No espaço territorial de Mato Grosso, Sinop foi o município que se destacou como exemplo expressivo de toda esta arquitetura autoritária, cuja orientação reproduzia o chamado contido na bandeira nacional: ordem e progresso. O empreendimento liderado pela Colonizadora Sinop, assim como os demais correlatos da região, tiveram apoio dos militares dirigentes do país. À incorporação de toda esta área correspondeu uma forte atuação governamental na oferta de recursos técnico-financeiros necessários aos estímulos iniciais às inversões em Mato Grosso e na Amazônia. Para Santos (1993: 46 e 47) foi nesse momento que o

*"Governo militar começou a criar um conjunto de órgãos e de instrumentos econômicos para definir a nova incorporação da Amazônia à economia brasileira...e, fato importantíssimo para toda a operação, foi criado o Banco da Amazônia (lei 5122 de 28-9-1966). No mês seguinte, coroando as operações, foi criada a vasta região da 'Amazônia Legal', compreendendo os Estados da Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, uma parte do Maranhão e de Goiás...e os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá".*

Foi no bojo deste processo de expansão, ocupação e integração da fronteira que a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná – a Colonizadora Sinop – ganha projeção e destaque no cenário regional (e porque não dizer nacional) ao apresentar-se como proponente de um projeto de colonização particular denominado, então, Gleba Celeste.

Na década de 1960 a Colonizadora Sinop acumulara larga experiência no que se refere à projetos de colonização. No Paraná entre 1940 e 1960 ela foi responsável pelo surgimento de diversas cidades, como as que destacamos a seguir: Cafetal, Carajá, Elomar, Formosa D’Oeste, Francisco Alves, Guiaraporã, Iporã, Jesuíta, Marajó, Nilza, Oroietê, Terra Rica e Ubiratã.

Praticamente todos estes municípios paranaenses, situados no norte ou noroeste do estado, foram criados pela Colonizadora Sinop e tinham suas economia sustentadas pelo café. As décadas de 1940 e 1950 foram responsáveis pela expansão cafeeira, que avançou de São Paulo em direção ao norte e noroeste do estado do Paraná.

A experiência acumulada com os projetos de colonização e os impactos positivos colhidos com o relativo êxito no Paraná, tornaram-se o grande trunfo da Colonizadora Sinop ao candidatar-se para o empreendimento de colonização da Gleba Celeste. Por outro lado, não se deve desprezar, em hipótese alguma, os laços empresariais estabelecidos entre o presidente da Colonizadora Sinop – sr. Énio Pipino – e os militares, pois do contrário teses que insistem em atribuir ao “espírito cívico, desbravador e visionário” podem tomar conta de nossa reflexão e passarmos a explicar a realidade por sua aparência e não por sua essência. Tratou-se na realidade de uma estratégia muito bem planejada e articulada entre os interesses e necessidades do Grupo Colonizador e dos militares. Souza (2001: 111, 115, 116 e 117) destaca que

*“a partir de 1970, o referido grupo [Colonizadora Sinop] passa a integrar-se diretamente aos programas de política oficial de ‘valorização’ e integração da Amazônia. Assim, volta-se para Mato Grosso com projetos de colonização. Já em 1972, pelo Decreto n. 18 é autorizada pelo INCRA a funcionar. Inicia a venda de terras no Norte do Estado”.*

e prossegue o autor

*“Ninguém coloniza o norte do Mato Grosso por um sentido de filantropia ou até mesmo no sentido de querer contribuir para minorar o problema fundiário do País. Assenta-se colonos porque isto é bom negócio que rende dinheiro às firmas que se dedicam ao ramo ... pois estas são verdadeiras empresas capitalistas e como tais agem ... A colonização de Sinop ... a qual não faltou o apoio do Governo Federal, foi desde o primeiro momento (1971) tido como um completo e abrangente processo de colonização, entre dezenas de outras, levados à prática na pré-Amazônia ... ‘os custos amazônicos’ são amplamente financiados pela SUDAM, Banco do Brasil, e Pró-Terra ... os financiamentos governamentais abrangearam todas as etapas do projeto de colonização, desde a implantação até a venda das terras”.*

Batizada por Gleba Celeste a área destinada ao projeto de colonização “ocupava terras situadas entre os meridianos 55° e 56° longitude oeste, sendo cortada ao norte pelo paralelo 12° de latitude sul, limitada ao sul pela rodovia MT 225, localizada à margem direita do Rio Teles Pires” (Souza, 2001:102), distando aproximadamente 500Km ao norte de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Na área foram constituídos quatro núcleos coloniais: a cidade de Vera (o primeiro núcleo implantado, em 1972); a de Sinop (mais importante entre os núcleos coloniais, em 1974); e Santa Carmem (1974) e Cláudia (1978).

Apostando na experiência acumulada em projetos de colonização, apoiando-se em estratégias de propaganda para estimular a migração Paraná-Mato Grosso, mas sobretudo amparada pelos benefícios fiscais e creditícios angariados pelo Grupo Colonizador e buscando alcançar os colonos capitalizados do Sul, como salientam Moura (s/d: 22 e 23) e Vidigal (1992: 200), a Colonizadora Sinop iniciou suas atividades em Mato Grosso já em 1972 com a aprovação pelo INCRA do projeto propriamente dito de colonização.

Os colonos paranaenses habituados à cultura cafeeira tiveram o interesse despertado, ainda mais quando a Colonizadora Sinop afirmava, em suas propagandas direcionadas a estes

pequenos proprietários do Sul, que esta seria a inclinação natural da própria Colonizadora, isto é, a formação de cafezais.

Ao apresentar a exuberância da floresta amazônica como sinônimo de excepcional qualidade dos solos e indicando as facilidades para aquisição de terras na região na proporção de 1:4 (Vidigal, 1992: 172) a Colonizadora Sinop pretendeu convencer estes pequenos proprietários (rapidamente transformados em colonos e em pouco tempo completamente expropriados) a engajarem-se no movimento migratório em direção à Gleba Celeste, tida como um verdadeiro “eldorado”. Premidos pelas dificuldades locais e diante da perspectiva de se verem excluídos do processo de modernização da agricultura que rapidamente avançava no Sul, grande parte destes agricultores-colonos acabaram por adotar a migração como alternativa à manutenção da condição que haviam experimentado em seu local de origem, no Paraná.

De acordo com Arruda (1997: 82 e 102)

*“essa corrente migratória fugia da pobreza, da falta de créditos e terras, da impossibilidade de concorrer com os grandes produtores face à modernização intensa da agricultura que passa a ocorrer no Centro-Sul do país, marcando um novo processo de (re)territorialização em Sinop”.*

Na busca de tornar a cidade de Sinop uma extensão ou continuidade das condições de vida existentes no Paraná (sociais, econômicas, culturais, etc) e estimulados pela quantidade de terra a ser adquirida e pelo plantio do café, os migrantes rapidamente perceberam que o primeiro e principal objetivo do projeto de colonização era o de permitir a ampliação e reprodução do capital privado do Grupo Colonizador, ainda que para isto, no início, algumas demandas dos colonos fossem contempladas. Esta situação tornou-se mais clara aos colonos a partir do momento em que o discurso de bem-estar foi subordinado ao de ordem e progresso.

Ordem e progresso possuía o seguinte significado: os colonos deveriam se subornar às “ordens” emanadas da Colonizadora, pois só atendendo as “orientações” daqueles que já possuíam experiências todos poderiam alcançar o progresso. Em outras palavras, o trabalho

deveria subordinar-se, defensivamente, às estratégias planejadas e levadas adiante pelo capital, sem que houvesse contestação.

O total fracasso da lavoura cafeeira, a falência das "lavouras brancas", as condições ambientais completamente adversas, as crescentes dificuldades para obtenção de recursos creditícios junto aos órgãos oficiais, a perda da terras adquiridas e o crescente empobrecimento rumo à proletarização criaram um expressivo refluxo migratório, que inibia os planos da Colonizadora, particularmente diante de um novo agente social, o colono retornado (Vidigal, 1992: 97).

Para os objetivos da Colonizadora Sinop, cujos interesses iniciais vinculavam-se à venda de terras no município homônimo, este novo agente – o colono retornado – representava um grave entrave para a consecução de seus objetivos. No limite o colono retornado poderia mesmo inabilitar não só a colonização, mas todo o planejamento elaborado pelo Grupo Colonizador, além, é lógico, de pôr em cheque a obtenção dos beneplácitos creditícios, fiscais e financeiros do Governo Federal dos quais a Colonizadora se beneficiava.

A criação de órgãos e instituições fundamentais à expansão da fronteira – SUDAM, BASA, etc – assegurava abundante oferta de recursos creditícios e benefícios fiscais. Entretanto, para o movimentação destes recursos e para a utilização dos benefícios era imprescindível a presença do "tomador" do recurso disponível, isto é, o colono.

Quando afirmamos que as demandas dos colonos deveriam ser atendidas, e em alguma parcela o foram no início, queremos indicar a necessidade da circulação deste capital para que o mesmo pudesse se valorizar. Neste sentido, parece-nos que a reprodução ampliada do capital e apropriação privada era o centro das atenções do Grupo Colonizador.

A propaganda junto aos colonos, que insistia nas vantagens que os mesmos teriam caso optassem pela migração, em busca do "eldorado", é parte componente do próprio processo de reprodução capitalista, como ressalta Guimarães Neto (2002). A compreensão de Oliveira (1983: 85 e 124) parece ratificar a perspectiva anterior quando assinala que

*“O exame ... da empresa de colonização e dos serviços aí montados é fundamental para que se compreenda melhor o papel do colono na nova fronteira, isto é, como ele se articula com a terra, a partir das condições determinadas pelo grupo Sinop ... Há que se colocar ainda que, produzindo nas condições exigidas pela empresa, com vistas à maior produção e produtividade, o pequeno produtor não tem outra saída que não entrar nesse jogo, e dentro dele, vai perder sua autonomia, já que os mecanismos mencionados vão desviar o lucro e a renda da terra para o setor comercial, industrial, financeiro e para o próprio Estado, através do Banco do Brasil e do BNCC. É nesse contexto que [a Colonizadora e as empresas do Grupo] tem-se configurado como empresas a serviço do capital”.*

A estrutura organizacional do Grupo Colonizador é reveladora deste intuito. Desde o início a composição administrativa esteve orientada para cumprir as regras do jogo, isto é, as exigências realizadas pelo Governo Federal de modo a habilitar-se como demandadora dos recursos dirigidos à região. Inicialmente a estratégia envolveu duas empresas do Grupo – a Colonizadora Sinop e a Sinop Terras. Enquanto a primeira tratava de encaminhar e fazer aprovar o projeto de colonização junto ao INCRA; a segunda era responsável pela divulgação e venda dos lotes aos colonos interessados. Assim, adequando-se às orientações emanadas pelo órgão responsável, ou seja o INCRA (Oliveira, 1983: 91 e 92), a Colonizadora Sinop, celeremente pôs em funcionamento o plano de ocupação e povoamento da Gleba Celeste.

Os primeiros lotes vendidos estavam situados no núcleo colonial de Vera, entretanto com o novo traçado da BR-163 (Cuiabá-Santarém) que interliga, e integra a fronteira agrícola (neste caso o norte de Mato Grosso e o sul do Pará) ao eixo dinâmico da economia brasileira, o núcleo colonial de Sinop passou a assumir condição privilegiada e de destaque no interior do projeto Gleba Celeste e em toda região norte do estado.

Como dizíamos, o colono retornado resultado das sucessivas frustrações da lavouras diversas e dos objetivos da Colonizadora (que apenas secundariamente aproximavam-se aos dos colonos) transformava-se em problema de grandes proporções para o empreendimento colonizador. Diante desta situação e seguindo a orientação de dar continuidade aos projetos de colonização de Sinop e dos demais núcleos coloniais da Gleba Celeste, o Grupo

Colonizador articula, mais uma vez com pleno e total apoio do Governo Federal, um novo projeto. Com assessoria da Becker Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda. (associada ao grupo) e em consonância com os militares no poder, o presidente da Colonizadora, sr. Énio Pipino, põe em movimentação um ousado empreendimento: a produção de álcool anidro derivado de mandioca em Sinop, que segundo ele apresentava-se como “*resposta do espírito de iniciativa de nossa gente no sentido de que o país possa continuar na sua luta para superar nossas carências de energia carburante*” (Oliveira, 1983: 119).

A Sinop Agroquímica S/A é a empresa do Grupo responsável por esta nova frente de atuação. O projeto de implementação de uma grande unidade industrial, produtora de álcool anidro, derivado de mandioca em Sinop, atrelado às orientações da política econômica da época que lança um programa para a substituição do petróleo por alternativas de combustível derivados da agricultura. À semelhança dos programas anteriores o Pró-Álcool conta com expressivos recursos. Mais uma vez é Oliveira (1983: 118 e 119) que lança luz sobre a questão ao argumentar que

“*a opção do grupo Sinop pela implantação da indústria de álcool de mandioca se deveu ao fato de ser o produto pouco exigente em termos de solo e clima, o que, de certa forma encobre as preocupações do grupo em ver o empreendimento da colonizadora fracassar, pois como já se viu os colonos são unânimes em dizer que os solos são de baixa qualidade, que necessitam de corretivos e que entraram em uma cilada comprando terras por efeito de propaganda através de fotos e filmes*”

contudo, a opção extrapola a questão agronômica de solos e clima. O autor prossegue:

“*A posição do grupo ... permite inferir que o empreendimento industrial que se implanta na Amazônia mato-grossense tem um fim claro: a reprodução do capital, e não o atendimento dos interesses dos pequenos produtores aí radicados*”.

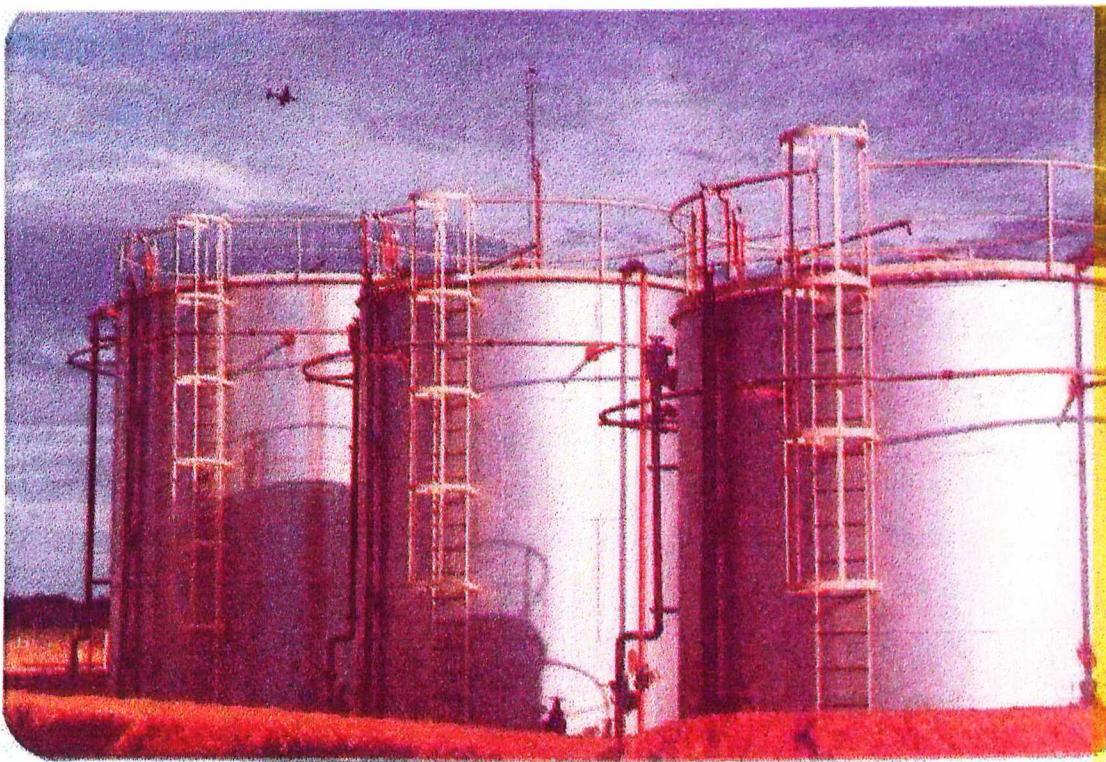


Figura 10: vista parcial das instalações da Sinop Agroquímica

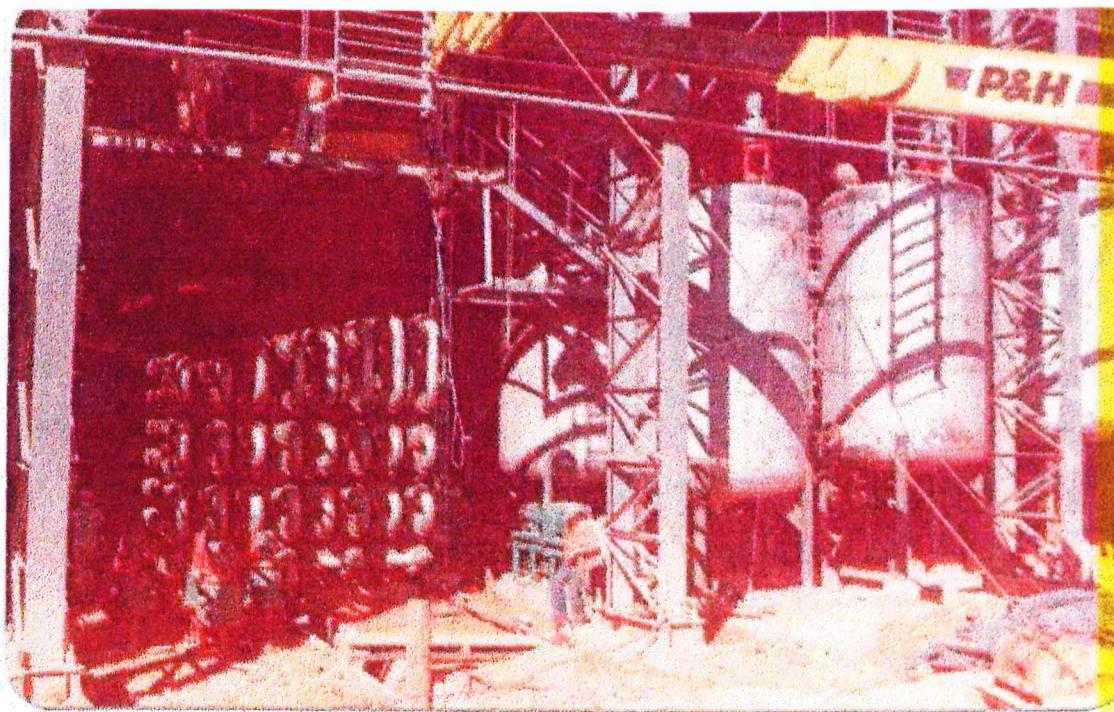


Figura 11: vista parcial das instalações da Sinop Agroquímica

Tal guinada das atividades do Grupo Colonizador também é percebida por Vidigal (1992: 114, 124 e 129), que na mesma linha de raciocínio anteriormente desenvolvida assevera

*“A construção da usina adequou-se, portanto, às necessidades da Colonizadora, que ingressou no processo de articulação da agricultura com a indústria, podendo assim oferecer, ao comprador da Terra, uma garantia para sua produção, além de, para si, o ingresso de grandes quantias sob a forma de incentivos fiscais ... O projeto da Becker consultoria era particular, mas os recursos vieram do Pró-Álcool, através do Banco do Brasil e do FINAM através do BASA. O grupo Sinop entrou só com as terras ... Dadas as facilidades com que a ideologia desenvolvimentista da época recobria a doação de dinheiro público para o empreendimento alcooleiro, a empresa colonizadora privada, em crise, lançou mão de incentivos não fiscalizados, técnicos que não desempenhavam as funções enunciadas e propaganda comercial, para aumentar suas margens de lucro”.*

Deste ponto de vista, a articulação entre o Grupo Colonizador e o Governo Federal para a implantação da unidade industrial produtora de álcool em Sinop – com capacidade para 150 mil l/dia, ainda que estudos tivessem indicado que a capacidade dos colonos não excedia os 60 mil l/dia – envolveu diferentes empresas do Grupo.

Entretanto, a contrapartida da Colonizadora restringiu-se às terras da Gleba Celeste, mais precisamente as terras do município de Sinop, terras estas que haviam sido adquiridas pela Colonizadora beneficiando-se dos programas de incentivo creditícios e fiscais. Ao decidir pela implantação da usina de álcool anidro, derivado de mandioca a Colonizadora pôde resolver questões que punham sob risco permanente os interesses do Grupo na região.

Os autores mencionados acima fazem uma descrição minuciosa das várias etapas necessárias à instalação da usina: do projeto inicial; da parceria com a Becker Consultoria e Empreendimentos Industriais Ltda; do acordo com empresas alemães detentoras da tecnologia de extração de álcool da mandioca; da decisão pela capacidade de 150 mil l/dia (ainda que a

capacidade de produção dos colonos não ultrapassasse os 60 mil l/dia); os mercados consumidores e a estratégia de distribuição; etc.

Entretanto, parece-nos importante enfatizar os aspectos que mais nos interessam e que foram indicados pelos autores (ainda que este não seja o foco da atenção dos mesmos), ou seja, a implantação desta unidade industrial em Sinop buscava, na realidade, resguardar os interesses da Colonizadora no que se refere às possibilidades de garantir a expansão do seu capital. No processo de colonização os problemas foram crescendo assustadoramente. O Grupo Colonizador viu-se envolvido em várias frentes de batalha ao mesmo tempo; quer seja pela inadequação dos solos, quer seja pela falência das lavouras, quer seja pela figura do colono retornado, quer seja pelo ambiente adverso.

A unidade industrial permitia à Colonizadora manter o projeto de colonização e levar adiante seus projetos e objetivos. Como destacam Vidigal (1992: 28) “*No decorrer do processo de colonização e a despeito do porte [da unidade instalada] ... Para a Colonizadora, foi a tábua de salvação que permitiu a venda do restante das terras*” e Arruda (1997: 85) “*Com o objetivo de manter os colonos no projeto de colonização, a Colonizadora instala uma usina de álcool anidro, passa a possuir como suporte os incentivos fiscais que beneficiavam a área*”.

A perspicácia do presidente da Colonizadora, sr. Ênio Pipino, é inegável. Frente as dificuldades que se acumulavam ele inovou ao propor a instalação da unidade industrial produtora de álcool anidro.

Em sintonia com a conjuntura restritiva do ponto de vista da produção e consumo de derivados de petróleo e percebendo os mecanismos adotados para o financiamento dos substitutivos destes derivados, a Colonizadora Sinop, mais uma vez, tornar-se-ia beneficiária dos recursos públicos disponíveis para os projetos que visassem atender aquela chamada. A implantação da usina de álcool anidro derivado da mandioca em Sinop oportunizou a retomada dos negócios da empresa de colonização e, ao mesmo tempo, engendrava situações que fixavam os colonos no projeto – por exemplo, garantia de compra de toda a produção de mandioca – minimizando sobremaneira o retorno destes às suas regiões de origem, permitindo que o fluxo migratório e a venda das terras não arrefecesse.

Em poucas palavras, a unidade industrial em Sinop equacionava de modo extremamente positivo várias questões problemáticas de uma só vez: a. ao minimizar o retorno dos colonos, a Colonizadora mantinha a imagem de colonização bem sucedida e dava novo impulso à comercialização dos lotes; b. o fluxo migratório era mantido, dando longevidade e consolidando o projeto de colonização; c. ao garantir a aquisição de toda mandioca produzida, a Colonizadora conseguia sensibilizar os colonos que passaram a compreender esta garantia como a possibilidade de conquistarem bem-estar e sucesso do seu ponto de vista; d. em função das etapas da produção da mandioca prescindirem de máquinas e implementos mais sofisticados, a Colonizadora barateava os custos de “fixação do colono” nas áreas de colonização; e. para contornar a situação dos colonos endividados, a Colonizadora obtinha recursos através de uma cooperativa – a COMICEL – junto ao Banco do Brasil; aqui, o ganho ocorre nas duas pontas, na negociação com o Banco e com os colonos; f. estabelece subordinação real do trabalho ao capital, ainda que o colono se “sinta” proprietário de lote.

Todos os esforços foram canalizados para que o empreendimento fosse exitoso. Os trabalhos tiveram início em 1975 e a previsão para o funcionamento das primeiras plantas da unidade era para o final da década. Mesmo que a unidade jamais tenha operado em sua capacidade máxima, nota-se que ocorreu um verdadeiro cerco sobre o colono que se via impelido a participar de todo o esquema montado.

As relações sociais e políticas permitiram, por exemplo, a influência da presidência da Colonizadora Sinop junto aos órgãos financiadores, de modo que os colonos apenas conseguiam financiar seus projetos se eles contemplassem a produção de mandioca, do contrário estariam abandonados à própria sorte. Para Oliveira (1983: 123 e 124), o conjunto de órgãos e instituições oficiais detentores dos recursos financeiros

*“operam no sentido de garantir o movimento da empresa, isto é, as carteiras de crédito são abertas e funcionam segundo os interesses da empresa...há uma articulação entre os organismos existentes em Sinop, não importando se da mesma empresa (SAQ-Colonizadora-COMICEL) ou externos a ela como a EMATER, Banco do Brasil, etc. Ocorre que essa articulação se faz no sentido de assegurar a ampliação do capital do Grupo Sinop, enquanto empresa, em*

*detrimento do trabalhador que efetivamente faz o capital ampliar. Pode inferir disso, que nessa articulação o Estado, mediado pelo Banco do Brasil ou pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, tem seu quinhão assegurado, razão pela qual se coloca como protecionista do capital e frágil na defesa do trabalhador ... produzindo nas condições exigidas pela empresa, com vistas à maior produção e produtividade, o pequeno produtor ... vai perder sua autonomia".*

Neste intrincado jogo de interesses, vários pontos foram se interligando, formando um emaranhado no qual estiveram sempre preservados os interesses da Colonizadora Sinop e do Estado. Tais interesses foram assegurados no contorno político e econômico das políticas públicas e dos programas criados de sustentação às mesmas, a despeito dos interesses dos colonos estarem ou não contemplados.

Há uma estrutura muito bem montada e que explicita os objetivos fundamentais da Colonizadora Sinop. O processo é complexo e contraditório, apresentando marchas e contramarchas, porém é patente que as decisões adotadas tenderam a privilegiar, em detrimento dos colonos, a Colonizadora Sinop. Se os interesses privados foram assegurados, os do Estado também: Sinop passou a representar uma experiência, em plena floresta amazônica, de total sucesso; as noções de ousadia, trabalho árduo e disciplina podiam, agora, ser tomadas como pressupostos para qualquer outra experiência. A defesa (intransigente ou não) da reforma agrária podia ser substituída pelo exemplo da colonização dirigida, realizada, via de regra, fora dos ambientes originários dos colonos e pequenos proprietários, o exemplo de Sinop na perspectiva de Arruda (1997: 104)

*"é assim marcado pelo imaginário da Colonizadora e do poder público, que procuram organizar o espaço com base em novas formas de dominação, na racionalidade do planejamento e no fetiche da mercadoria...Juntamente com as medidas estratégicas de ocupação, constrói-se no imaginário social das pessoas que viabilizaram a proposta de colonização, a imagem de uma cidade moderna e promissora, capaz de possibilitar oportunidades de uma vida melhor não adquirida nos locais de origem. Qualquer que seja o mecanismo*

*de criação urbana, os habitantes são persuadidos de um brilhante futuro que a cidade lhes 'promete'”.*

A busca de patamares de lucratividade para o capital privado representado pela Colonizadora Sinop e o discurso, respaldado no exemplo da colonização, contrário à realização da reforma agrária ganharam, desde então, força no cenário nacional. A idéia da reforma agrária, que democratizaria o acesso e o uso da terra, é paulatinamente substituída pela noção de ordem e progresso, expresso no lema colonização de desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Responsável a um só tempo pela ocupação e surgimento de destacados e importantes núcleos urbanos em Mato Grosso, como é o caso do município de Sinop, a colonização dirigida realizada por capitais privados, possui lugar assegurado entre aqueles que se preocupam com a economia e história regionais e como estas se relacionam com a trajetória de desenvolvimento do país.

O tema apresenta-se com destaque, também, para aqueles que buscam formular quadros interpretativos para situação tão recente, como o caso da ocupação do território mato-grossense liderado pelos empreendimentos das colonizadoras. Deste ponto de vista ganha dimensão os empreendimentos de colonização que se multiplicam após 1964. A intensidade com que estes projetos ocorreram em Mato Grosso a partir de então, sinalizam para a existência de novas articulações presentes no interior da sociedade brasileira, cujos desdobramentos trazem repercussões até nossos dias.

No caso presente, buscamos demonstrar que a colonização dirigida em Mato Grosso, tendo como referência maior o caso de Sinop, foi resultado de mudanças estruturais da sociedade, da economia e do Estado, daí este caso e tantos outros similares ocorridos em território mato-grossense distanciarem-se das experiências de colonização das décadas de 1940 e 1950.

Estas, praticamente permaneceram restritas em determinadas áreas como exemplificam os casos de Corumbá em Mato Grosso do Sul e Goiânia em Goiás. As experiências das Colônias Nacionais Agrícolas por uma série de debilidades e também em função do padrão de desenvolvimento então vigente avançaram pouco seja sob a ótica político-ideológica, quer seja sob a sócio-econômica.

Absolutamente distinta das experiências das Colônias Nacionais Agrícolas foi a colonização dirigida largamente estimulada após 1964. Neste caso as debilidades haviam sido superadas e o país passava por uma importante clivagem no interior do padrão de desenvolvimento, isto é, as relações entre Estado, economia e sociedade assumiam novos contornos nos quais prevaleciam as opções pelas classes e frações de classes proprietárias e dirigentes, autóctones ou não.

Tal clivagem permitiu que a colonização dirigida fosse se consolidando como alternativa às demandas sociais expressas nas reformas de base; a colonização que até então não passara de uma estratégia de ocupação de espaços fronteiriços e distantes dos mais importantes centros urbanos do país, passava a substituir uma das mais contundentes reivindicações das chamadas reformas de base, referimo-nos a reforma agrária.

A clivagem ocorrida no interior do padrão de desenvolvimento do país resultou, por um lado, na construção do mais complexo e articulado parque industrial da periferia do sistema capitalista mundial e, por outro, na intensa politização das classes trabalhadoras bem como dos estratos médios da sociedade. A agitação, a turbulência e as manifestações de fins dos anos 50 a meados dos 60 têm em seu nascedouro a luta em torno de distintos projetos políticos; projetos que articulavam de modo diferenciado as relações entre Estado, sociedade e economia.

Os debates, as discussões e as polêmicas que grassavam no território nacional evidenciavam o anterior. Diante de concretas possibilidades de profundas mudanças estruturais, as forças sociais puseram-se em movimento erigindo um quadro de maior politização dos extratos subalternos e, portanto, de crises que se institucionalizavam. O golpe militar de 1964 foi a “resposta” conservadora e autoritária das classes dirigentes frente aos avanços e conquistas, ainda que parciais, dos trabalhadores e estratos médios da população brasileira.

Um dos movimentos sociais que mais avançou no período a partir do Nordeste, as Ligas Camponesas, contava com amplo apoio de partidos políticos e setores mais progressistas da Igreja Católica, bem exemplifica a maior politização das classes sociais no Brasil. No caso das Ligas, a luta pela reforma agrária alcançava uma das vertentes mais “radicais” na medida em propugnava a reforma agrária “na lei ou na marra”.

Entretanto foi o diagnóstico sobre o latifúndio que aproximava as bandeiras das Ligas Camponesas de outros setores populares. Diagnosticava-se, então, que o latifúndio consistia em um dos principais, senão o principal, entrave ao desenvolvimento econômico e social do país; as relações sociais de trabalho ali presentes e a impossibilidade de cumprir os “papéis” que caberiam à agricultura no padrão de desenvolvimento vigente consolidaram uma interpretação na qual a burguesia brasileira exerceria um papel revolucionário, ainda que do

ponto de vista burguês, ou seja, ganhava força a tese da revolução democrático-burguesa. 1964 representou o abandono dos pingos e a colocação de pedras sobre os i's.

Não coincidentemente a colonização dirigida ganhou destaque constituindo-se, ao lado da modernização da agricultura, numa das principais vertentes da (ir)resolução da questão agrária no Brasil. Dito de outra forma, a colonização dirigida reforçava a concentrada estrutura fundiária do país; sua principal orientação jamais conteve qualquer viés distributivista como assinalava a proposta dos governos militares sintetizada no *slogan* “terra sem homens, para homens sem terra”.

O aparato jurídico-institucional que surge após o golpe de 1964, apesar de em alguma medida contemplar formalmente as demandas sociais, favoreceu amplamente os setores mais conservadores da sociedade brasileira, assim como os interesses do grande capital internacional.

Buscamos, ao longo do estudo apresentado, demonstrar a validade e pertinência de nossa tese central, qual seja: a colonização dirigida tornou-se uma contundente reação a reforma agrária e, concomitantemente, descortinava um campo absolutamente novo para a valorização de capitais que ávida e rapidamente lançaram-se no empreendimento da colonização. Tornou-se uma contundente reação à reforma agrária na medida em que foi incapaz de alterar a concentrada estrutura fundiária existente no país (perpetuada até os dias atuais) ao tempo que exigiu de milhares de trabalhadores rurais a migração como alternativa à recomposição de seus padrões econômicos, sociais e culturais em áreas da fronteira agrícola que se abriam à colonização.

O caso de Sinop, que adotamos como referência para nosso estudo, é expressivo deste ponto de vista. Constituiu-se, também, como poderoso reforço à acumulação de capital em um setor que só recentemente se integrava à dinâmica e ao ritmo de acumulação contido no padrão de desenvolvimento aprofundado a partir de 1964. Assim, a colonização dirigida foi mais um dos movimentos a consolidar o pacto conservador entre as classes proprietárias e dirigentes do país.

Como já o dissemos a colonização dirigida desenvolveu-se sob duas lógicas principais: a colonização oficial e a particular. Ambas asseguravam a (ir)resolução da

reforma agrária e abria nova frente para a acumulação capitalista, entretanto os projetos abrigados por uma ou por outra lógica apresentaram diferenças interessantes as quais valerá esforços futuros por parte dos estudiosos sobre o tema. Nossa orientação, desde o início, foi a focar nossos esforços sobre a colonização particular.

O estado de Mato Grosso, na região Centro-Oeste, abrigou o maior número de projetos particulares de corte particular. Dentre as centenas de projeto, tem destaque o caso da Colonizadora Sinop responsável pela colonização de uma extensa área ao norte do estado denominada Gleba Celeste. Nesta área, em poucos anos, vários núcleos urbanos foram criados contando, fundamentalmente, com a participação de colonos vindos da região Sul do país; trabalhadores rurais que frente a perda de suas condições de (re)produção engajaram-se e engrossaram as correntes migratórias que, nos anos 70, fizeram do Paraná, e depois o Rio Grande do Sul (além do Nordeste), as principais áreas de expulsão de mão-de-obra e tornaram de Mato Grosso o destino primeiro desta população.

Naquele momento, entre fins dos 60 e início dos 70, o Estado passara a estimular sobremaneira a colonização. A Colonizadora Sinop, que transferira do Paraná para Mato Grosso sua atuação principal, representava, juntamente com outros casos, o êxito alcançado pelo modelo adotado para o desenvolvimento a partir de então. Ordem e progresso sintetizava as premissas da colonização; premissas, diga-se de passagem, que desconsideravam por todo e no completo as demandas e as reais exigências dos trabalhadores rurais transformados em colonos. Portanto, o êxito alcançado deve ser qualificado sob pena de acreditarmos que a colonização resultou em melhores condições de vida para estes colonos.

Os resultados foram positivos do ponto de vista da ampliação e reprodução dos capitais privados que se lançaram, como respaldo do Estado, na sanha da colonização; os resultados foram positivos para os setores que se reuniram em torno do pacto conservador de 1964; os resultados foram positivos para os que eram contrários a que trabalhadores rurais tivesse garantidos acesso e permanência à terra; positivos para os que defendiam uma visão empresarial para a resolução dos graves problemas por que passava a sociedade brasileira naquele momento. Por isto mesmo, ordem e progresso eram imprescindíveis ao empreendimento colonizador. Ordem social e progresso econômico deu a tônica do processo de colonização. “A economia vai bem. O povo vai mal”, palavras atribuídas a um general-presidente dos anos 70. *Mutatis mutant* esta fórmula era perfeitamente compatível com a

colonização de Sinop, enquanto a Colonizadora colhia as benesses econômicas, impunha um ordenamento social que submetia, sob rígidos códigos nem sempre explícitos, os colonos às orientações formuladas pelo próprio Grupo Colonizador.

O empreendimento de colonização portava uma racionalidade adequada e apropriada àqueles tempos, onde cidadania e democracia expressavam utopias inalcançáveis. Deste ponto de vista, o “espírito desbravador” dos bandeirantes do século XX possui, sem dúvida alguma, componentes que extrapolam, e muito, a tão propalada perspectiva visionária atribuída aos fundadores do núcleo urbano de Sinop e de tantos outros projetos de colonização com características semelhantes. Para a compreensão do empreendimento torna-se fundamental inserirmos o signo da convergência entre as políticas públicas adotadas, a recusa a crítica e o aprofundamento do padrão de desenvolvimento que exigiu novas relações entre Estado, economia e sociedade, sem o que explicaremos a colonização pela sua aparência, isto é, exclusivamente pela tônica da ordem e progresso, da colonização e do desenvolvimento, como se todos os agentes envolvidos fossem os seus beneficiários.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. "Conceitos de Padrão de Acumulação, Industrialização e Desenvolvimento", in: **Economia. Ensaios**, Uberlândia, vol. 8, n. 1, dez., 1993.
- \_\_\_\_\_, "Os Limites Estruturais à Política Econômica Brasileira nos Anos 80/90", tese, IE/UNICAMP, Campinas, 1994.
- ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de. **Colonização Dirigida na Amazônia**, Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil**, São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**, 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRUDA, Hélio Palma de. **Colonização Oficial e Particular**, Brasília: INCRA, 1978.
- ARRUDA, Zuleika, Alves. "Sinop: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões", dissertação, CFCH/UFPe, Recife 1997.
- AUBERTIN, Catherine *et all*. "Relatório de Viagem em Sinop", Brasília, mimeo, 1984.
- AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**, Brasília: EdUnB, Paris: ORSTOM, 1988.
- AUED, Bernardete Wrublevski. **A Vitória dos Vencidos. Partido Comunista e Ligas Camponesas 1955/1964**, Florianópolis: EdUFSC, 1986.
- AZEVEDO, Paulo Furquim de. e Toneto Júnior, Rudinei. "Fatores Determinantes da Relocalização Industrial no Brasil na Década de 90", in: **Anais da ANPEC**, vol II, ANPEC: Belém, 1999.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica**, Goiânia: Elege, 1996.
- BECKER, Berta. **Amazônia**, 6 ed., São Paulo: Ática, 1988.

- *et all.* **Fronteira Amazônica. Questões sobre a Gestão do Território**, Brasília: EdUnB, Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1990.
- **BERTRAN**, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**, Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.
- **BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estatuto da Terra**, Brasília: DOU, 1964.
- **I PND**, Brasília: DOU, 1971.
- **II PND**, Brasília: DOU, 1974.
- **BRUM**, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**, Petrópolis: Vozes/FIRENE, 1988.
- **CAJANGO**, Sebastião. “Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso”, Cuiabá: UFMT, mimeo, 1993.
- **CANO**, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)**, Campinas: Global, 1985.
- **CANCIAN**, Nadir Apparecida. **Cafeicultura Paranaense – 1900/1970**, Curitiba: Grafipar, 1981.
- **CARDOSO**, Fernando Henrique e **MÜLLER**, Guilherme. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**, São Paulo: Brasiliense, 1977.
- **CARDOSO DE MELLO**, João Manuel. **O Capitalismo Tardio**, 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- **CASTRO**, Ana Célia *et all.* **Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira**, Brasília: BINAGRI, 1979.
- **CASTRO**, Carlos F. de Abreu. **Diagnóstico Florestal do Estado de Mato Grosso**, Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994.
- **CASTRO**, Sueli *et all.* **A Colonização Oficial em Mato Grosso. A Nata e a Borra da Sociedade**, Cuiabá: EdUFMT, 1994.

- CASTRO, Antônio Barros de. e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**, 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- COELHO, Maria Célia Nunes. **A Ocupação da Amazônia e a Presença Militar**, São Paulo: Atual, 1998.
- COMNORTE PUBLICIDADE. **Potencial Sinop. 25 anos, uma Trajetória de Sucesso**, Sinop: Comnorte, 1999.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**, Curitiba: CMNP, 1975.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**, 7 ed., São Paulo: Contexto, 1997.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Nacional O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 ed.: José Olympio, 1981.
- DALL'ACQUA, Fernando Maida. "Relações entre Agricultura e Indústria no Brasil, 1930 – 1960", in: **Revista de Economia Política**, vol. 5, n. 3, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Ícone/EdUNICAMP, 1985.
- DINIZ, Clélio Campolina. "Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização", in: **Nova Economia**, vol. 3(1), Belo Horizonte, 1993.
- "A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil", in: **Anais da ANPEC**, vol II, ANPEC: Belém, 1999.
- e Lemos, Maurício Borges. "Mudança no Padrão Regional Brasileiro: Determinantes e Implicações", **Analise Conjuntural**, Curitiba, 1986.
- DRAIBE, Sônia Mirian. **Rumos e Metamorfoses. Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil. 1930/1960**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- DREIFUSS, René Armand. 1964: **A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**, 3ed., Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Aluízio Capdeville. "A Estrutura do Espaço Regional", Cuiabá: mimeo, s/d.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de Interpretação Sociológica**, 3 ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERREIRA, Eudson de Castro *et all.* "A Reconstrução dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso", in: Leonilde Medeiros e Sérgio Leite (orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Processos Sociais e Políticas Públicas**, Porto Alegre: EdUFRGS, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.
- FERREIRA, Eudson de Castro. "Sinopse Histórica da Questão Fundiária em Mato Grosso. Identificação e Busca de Soluções dos Problemas", Chapada dos Guimarães: mimeo, 1997.
- Posse e Propriedade Territorial: A Luta pela Terra em Mato Grosso, Campinas: EdUNICAMP, 1996.
- FLÁVIO PINTO, Lúcio. **Amazônia. No Rastro do Saque**, São Paulo: Hucitec, 1980.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O Capitalismo em Construção**, São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FOWERKER, Joe. **A Luta pela Terra**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**, 18 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 12 ed.rev., São Paulo: Nacional, 1974.
- GOLDMAN, Lucien. **Dialética e Cultura**, 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980)**, São Paulo: Hucitec, 1997.

- GRAZIANO DA SILVA, José.(org.). **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**, Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.
- . **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, Campinas: EdUNICAMP, 1996.
- . “Mas, qual Reforma Agrária”, in: **Revista da ABRA**, n. 01, Campinas: ABRA, 1987.
- . **O que é Reforma Agrária**, 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes e LEME, Heládio José de Campos. “Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste”, in: **Textos NEPO** 33, Campinas: NEPO, 1988.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde. Políticas de Colonização no Brasil Contemporâneo**, Cuiabá: UNICEN, 2002.
- . “Cidades de Fronteira”, Cuiabá: UFMT, mimeo, 1999.
- HÉBETE, Jean e MARIN, Rosa Azevedo. “Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais”, in: **Amazônia: Desenvolvimento e Colonização**, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 12 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**, Petrópolis: Vozes, 1979a.
- . **Ditadura e Agricultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.
- . **A Luta pela Terra (história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia** Petrópolis: Vozes, 1978.
- KINZO, Mary Dayse. “Colonização e as Transformações na Estrutura de Classes. De Posseiros a Colonos”, dissertação, ICH/UnB, Brasília, 1982.

- LAMOSO, Lisandra Pereira. "A Ocupação da Amazônia Mato-grossense: O Caso de Jauru/MT", disser-  
tação, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1994.
- LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização  
Brasileira, 1983.
- LÉNA, Philippe. "Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia", in: Catherine Aubertin (org.).  
Fronteiras, Brasília: EdUnB, Paris: ORSTOM, 1988.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*, Campinas:  
EdUNICAMP, 1986.
- LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. *Direito Agrário, Reforma Agrária e Colonização*, Rio de Janeiro:  
Francisco Alves, 1975.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira.  
Combates e Controvérsias*, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, 5 ed., São Paulo:  
Cortez, 1995.
- MACHADO, Lia Osório. "A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira", in: Berta Becker. *Geografia e  
Meio Ambiente no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1995.
- "Urbanização e Migração na Amazônia Legal: Sugestão para uma Abordagem Geopolítica"  
in: Berta Becker *et all.* *Fronteira Amazônica. Questões sobre a Gestão do Território*, Brasília:  
EdUnB, Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1990.
- MAIAR, Denis. *Desenvolvimento Econômico na Amazônia (uma análise das políticas  
governamentais)*, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*, 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, Dora e VANALLI, Sônia. *Migrantes*, 4 ed., São Paulo: Contexto, 2001.

- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**, 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1999.
- . **A Militarização da Questão Agrária**, 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- . **O Cativeiro da Terra**, 2 ed., São Paulo: LECH, 1981.
- MIRANDA, Leodete e AMORIM, Lenice. **Mato Grosso. Atlas Geográfico**, Cuiabá: Entrelinhas, 2000.
- MIRANDA, Mariana. "Colonização e Reforma Agrária", in: **Boletim de Geografia**, UEM, ano 05, n. 01, 1987.
- MOURA, Sandra Corrêa. "A Produção do Espaço Matogrossense", Cuiabá, mimeo, s/d.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Industrial e Modernização Agrária**, São Paulo: HUCITEC, 1989.
- . "Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil", in: **Revista de Economia Política**, vol. 2, n. 6, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NEVES, Pedro Novis (coord.). **Diagnóstico da Colonização no Estado de Mato Grosso**, Cuiabá: DISNAP, s/d.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1981.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Integrar para (não) Entregar. Políticas Públicas e Amazônia**, 2 ed., São Paulo: Papirus, 1991.
- . "Paraíso e Inferno na Amazônia Legal", in: **Travessia**, n. 03, jan/mar, 1989.
- . **A Geografia das Lutas no Campo**, São Paulo: Contexto, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**, 5 ed., Petrópolis: Vozes, 1987a.

- \_\_\_\_\_. **Elegia para uma Re(lí)gião**, 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.
- OLIVEIRA, João Mariano de. "A Esperança vem na Frente. Contribuição ao Estudo da Pequena Produção em Mato Grosso. O Caso de Sinop", dissertação, FFLCH/USP, São Paulo, 1983.
- PACHECO, Lenita Maria Turchi. "Colonização Dirigida: Estratégia de Acumulação e Legitimação de um Estado Autoritário", dissertação, ICH/UnB, Brasília, 1979.
- PADIS, Pedro Calil. "A Fronteira Agrícola", in: **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, vol 1, n. 1, 1981.
- PEREIRA, Benedito Dias. **Industrialização da Agricultura de Mato Grosso**, Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**, 2 ed., Cuiabá: EdUNIC, 1999.
- PIPINO, Ênio. "A Sinop na Amazônia", Cuiabá, mimeo, 1982.
- PISCITELLI, Roberto Bocaccio. "Análise Crítica da Interpretação Neoclássica do Processo de Modernização da Agricultura Brasileira", in: **Revista de Economia Política**, vol. 8, n. 3, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**, 7 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil**, 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1981a.
- \_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 23 ed., São Paulo: Brasiliense, 1981b.
- PRETI, Oreste. "A Fronteira Agrícola no Estado Brasileiro: Um Processo de Expansão, Acumulação e Luta", in: **Cadernos do NERU**, n. 01, Cuiabá: EdUFMT, 1993.
- SALIM, Celso Amorim. "Estrutura Agrária e Dinâmica Migratória na Região Centro-Oeste, 1970 – 1980. Análise do Êxodo Rural e da Mobilidade da Força de Trabalho no Contexto de Industrialização da Agricultura e da Fronteira Urbanizada", tese, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1992.

- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. “O Impasse da ‘Formação Nacional’”, in: José Luiz Fiori (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**, 3 ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: Exclusão e Luta. Do Sul para a Amazônia**, Petrópolis: Vozes, 1993.
- SEPLAN/MT e COOTRADE. Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso e Coordenação Geral. **Anuário Estatístico MT 2000**, Cuiabá: SEPLAN/MT, 2000, 1 CD-ROM.
- SILVA, Angela Maria *et all.* **Guia para Normalização de Trabalhos Técnico-Científicos: Projetos de Pesquisa, Monografias, Dissertações, Teses**, 2 ed., Uberlândia: EdUFU, 2002.
- SILVA, José Antônio. “Transformações na Agricultura e Migrações Internas em Mato Grosso na Década de 70”, dissertação, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1989.
- SILVA, Marco Antônio da. (coord.). **República em Migalhas. História Regional e Local**, São Paulo: Marco ZERO/CNPq, 1990.
- SOUZA, Edison Antônio. “Sinop: Imagens e Relatos. Um Estudo sobre a Colonização de Sinop”, dissertação, ICHS/UFMT, Cuiabá, 2001.
- . “História de Sinop”, Sinop: UNEMAT, mimeo, 1998.
- SOUZA, Ernani Lúcio Pinto de. “A Organização Industrial do Setor Madeireiro no Município de Sinop, Mato Grosso – Uma Análise da Estrutura de Mercado”, dissertação, NAEA/UFPa, Belém, 1999.
- STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**, Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.
- SUZIGAN, Wilson. **Industrialização Brasileira: Origens e Desenvolvimento**, São Paulo: Hucitec, 2000.
- SWAIN, Tânia Navarro. “Fronteiras do Paraná: da Colonização à Migração”, in: Catherine Aubertin (org.). **Fronteiras**, Brasília: EdUnB, Paris: ORSTOM, 1988.

- TAVARES, Hermes Magalhães. "Reestruturação do Espaço Industrial no Brasil: Novos Desequilíbrios e a Necessidade de Planejamento Regional", in: **Cadernos do IPPUR**, Ano X, n. 01, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1996.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaios sobre Economia Brasileira**, 9 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**, São Paulo: Atlas, 1997.
- VIDIGAL, Circe Fonseca. "Sinop: A Terra Prometida. Geopolítica da Ocupação da Amazônia", dissertação, FFLCH/USP, São Paulo, 1992.
- ZART, Laudemir Luiz. "A Configuração Sócio-Econômica e Cultural dos Habitantes de Sinop: Gente, Experiência Vivida e Utopia Projetada", Sinop: UNEMAT, mimeo, s/d.

## ANEXOS



Figura 12: início da construção do anel viário em Sinop



Figura 13: vista aérea de Sinop. Eixos viários principais pavimentados



Figura 14: vista aérea da cidade de Sinop. Destaque para o anel viário, símbolo do progresso



Figura 15: vista aérea do núcleo urbano de Sinop



Figura 16: vista aérea do núcleo urbano de Sinop. À esquerda o campo de futebol

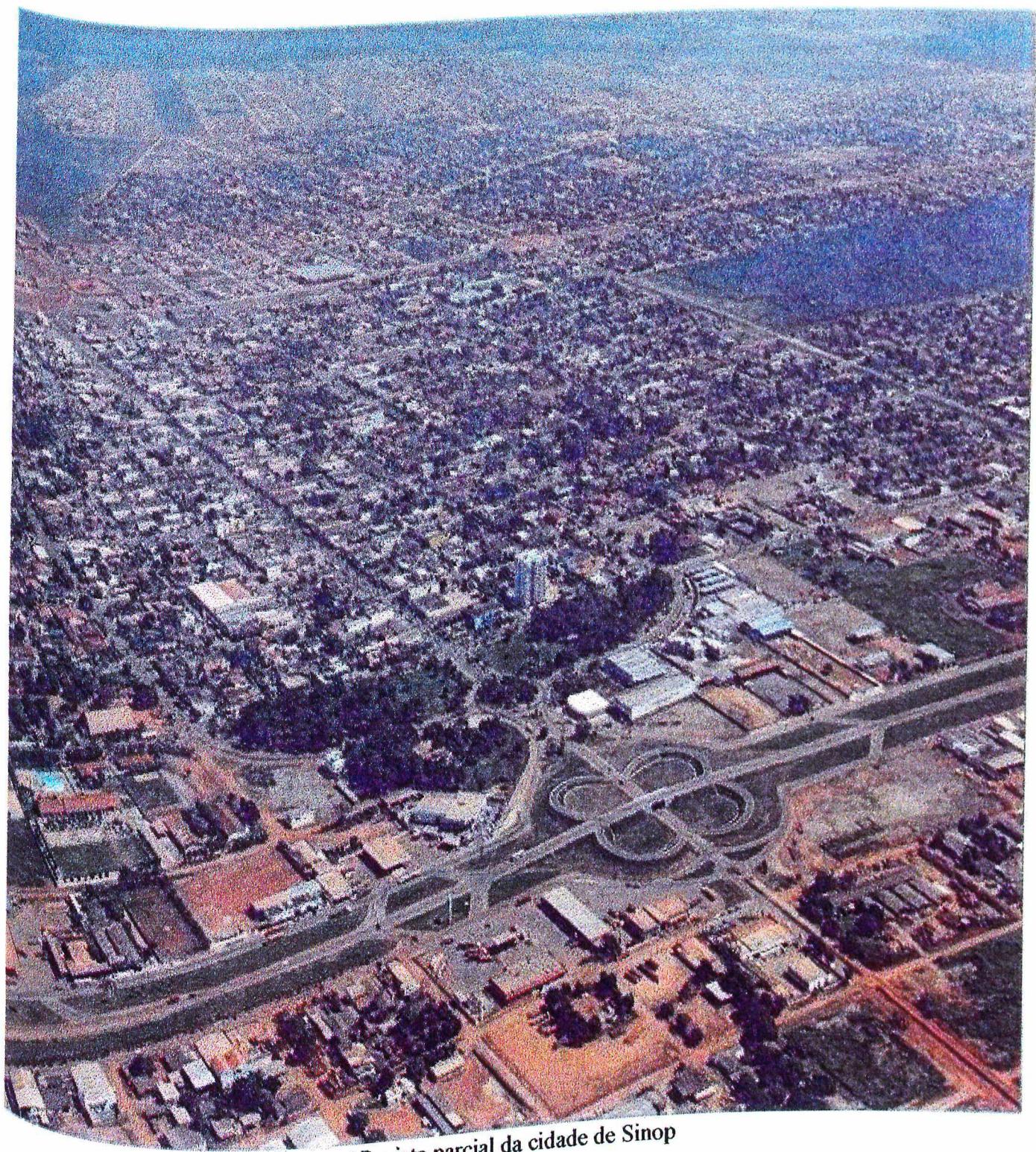


Figura 17: vista parcial da cidade de Sinop



Figura 18: BR-163 (Cuiabá-Santarém) em Sinop



Figura 19: senhor Énio Pipino

## HISTÓRIA DE SINOP

### **APRESENTAÇÃO:**

Para que possamos entender a história de Sinop, é necessário que tenhamos uma visão do contexto histórico e político que caracteriza o início da colonização.

Após 1964, Mato Grosso passa por um significativo processo de transformação a partir da geopolítica militar desenvolvida por Golbery do Couto e Silva, que tinha por objetivo ocupar os Espaços Vazios, existentes na Amazônia Legal.

Após 1960 o Governo Federal resolveu desenvolver uma política de incentivo às regiões consideradas distantes e inacessíveis, estimulando a colonização de toda a região do norte do Estado de Mato Grosso, considerada até então **espaço de reserva**.

Podemos entender colonização como:

“Toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro industriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas”. (J.T.Santos.1993:P.48).

Através do Projeto de Integração Nacional (PIN), sancionado em 1970, pelo Presidente da República General Emílio G. Medici, tinha objetivo esvaziar as tensões existentes na região Sudeste e Sul, com deslocamento de grandes quantidades de migrantes atraídos pela propaganda de terras férteis, incentivos fiscais e financeiros. Justificado pela suposta necessidade de levar homens sem terra para terras sem homens. O PIN explicitava uma ambiciosa estratégia geo-econômica da Ditadura Militar: aliviar a pressão demográfica e os conflitos fundiários. Para que fosse possível o desenvolvimento desta região era necessário investir em obras infra-estruturais como é o caso da BR-163, Cuiabá-Santarém, que foi inaugurada (até Sinop) em dezembro de 1986, pelo Presidente da República João B. Figueiredo. A partir dessa rodovia e frente aos vários incentivos dados aos pioneiros, chegaram à região grandes capitalistas que resolveram aplicar na Amazônia mato-grossense seu capital em empresas lucrativas como agricultura, pecuária, madeiras e outras atividades.

As chamadas rodovias de integração nacional como a Cuiabá-Santarém, tinha por objetivo poder integrar esse vasto espaço territorial às demais regiões e lugares de nosso país. Ela estimulou o desenvolvimento econômico e possibilitou que, ao longo de seu

trajeto, se instalassem fazendas, que as cidades crescessem, que as migrações para este Estado aumentassem, que a produção agrícola e pecuária, também aumentassem, pois a construção da rodovia era a garantia para o escoamento da produção (principalmente da Sinop Agroquímica). Ocorreu também a destruição de matas e cerrados, a expulsão de populações indígenas que viviam nessa região, como é o caso da Tribo Kayabi que habitava a margem direita do rio Teles Pires – entre o Rio Verde e o Rio do Peixe – e foram levados em 1967 para o parque Nacional do Xingu, pelos irmãos Villas Boas: Cláudio e Orlando.

A grande maioria dos projetos de colonização particulares estão localizados no Estado de Mato Grosso. Nas décadas de 70 e 80, o Estado concentrou mais de 50 projetos de colonização – como é o caso específico de Sinop e Vera – da Colonizadora Sinop, pois a área de colonização chamada de Gleba Celeste foi o primeiro Distrito de Chapada dos Guimarães, na época tida como maior município do mundo.

A cidade de Sinop está localizada ao longo da BR-163, a aproximadamente 500 Km de distância de Cuiabá, constituiu-se em um núcleo urbano que polariza economicamente cerca de 23 municípios da região Norte do Estado.

Pelo fato de situar-se em uma região onde é praticado o extrativismo vegetal (madeira), a produção de madeira serrada é responsável por grande parte do volume da economia sinopense.

Inúmeras serrarias foram implantadas com recursos financeiros oriundos da SUDAM. Sinop possui hoje 360 madeireiras caracterizando assim como a atividade econômica básica do município.

Sinop teve como Colonizador o Sr. Enio Pipino, paulista de Penápolis, que já havia colonizado várias cidades no norte e nordeste do Paraná.

Em 1971 o Sr. Enio Pipino adquiriu do Sr. Jorge Martins Phillip, uma vasta área de terra, de 198.000 hectares, denominada Núcleo de Colonização Celeste, que passou a ser conhecida, daí por diante, como Gleba Celeste. O projeto Colonizador previa a fundação de quatro cidades, três delas com nomes de mulheres tendo sido Vera a primeira a ser implantada. Depois vieram os projetos Sinop, Carmem e Cláudia.

**SINOP – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA NOROESTE DO PARANÁ**, se expandiu rapidamente, atraindo brasileiros de diversas regiões do País, principalmente dos três Estados do Sul, com predominância de paranaenses, que constituem hoje a maioria de sua população. Sinop foi fundada em 14 de Setembro de 1974, por Enio Pipino e contou com a presença do Ministro do Interior, Rangel Reis do Governador de Mato Grosso, Dr. José Fragelli e uma saga de pioneiros. Nesta data foi celebrada a primeira missa da futura cidade, pelo padre João Salarini, no local onde hoje está instalado o Banco do Brasil.

A cidade de Sinop possui ruas e avenidas com nomes de árvores brasileiras (com exceção da avenida central que se chamava Avenida dos Mognos, mas por razões políticas passou a se chamar: Av. Júlio Campos) – e hoje é um dos maiores pólos madeireiros do Brasil. O primeiro morador de Sinop foi o Sr. João Olímpio Pissinati Guerra, que chegou em 1972, após ter comprado 450 alqueires de terras. A partir daí, a povoação de expandiu rapidamente, atraindo milhares de pessoas à região.

O objetivo inicial dos colonizadores era:

"Implantar vasta plantação de café, principal produto de exportação no Estado do Paraná na época. No entanto, o método utilizado pelos agricultores, foi o mesmo usado em seu Estado de origem, foi um erro, pois as terras e o clima desta parte da Amazônia Legal em muito diferem das terras do norte paranaense. Muitos prejuízos ficaram registrados na história cafeeira de Sinop. A cultura da mandioca foi bastante incentivada pela usina de álcool da Sinop Agroquímica S/A. No entanto, Sinop ficou conhecida nacionalmente pelo excessivo número de empresas madeireiras beneficiando madeiras. Sinop tornou-se Distrito em 24.07.1976, através da Lei nº 3754 e após pequeno período, em 17.12.1979 pela Lei nº 4.156, tornou-se município emancipado." (P.Pitaluga.1994: P. 229-230)

Sinop pode ser considerado hoje um município forte que cresce a cada dia e exerce fundamental importância no desenvolvimento do Norte de Mato Grosso. Principalmente porque já se apresenta com uma forte estrutura de cidade prestadora de serviços em vários segmentos da atividade produtiva bem como cidade universitária.

## OS ÍNDIOS KAYABIS

Os Kayabis fazem parte do tronco linguístico Tupi. Sua auto denominação é conhecida. Até meados do século XX, os Kayabis resistiram à entrada do branco em seu território. Nessa época habitavam a bacia do rio do Peixe, tributário do rio Arinos e o rio Verde, tributário do Teles Pires até pouco acima do rio Peixoto de Azevedo.

Os índios que se localizavam no Teles Pires não resistiram à entrada do Seringal. Por sugestão dos irmãos Villas Boas (Orlando e Cláudio), alguns se integraram no trabalho como seringueiros, enquanto que a maior parte mudou-se para o Parque Nacional do Xingu.

Os moradores do rio dos Peixes, devido à intensificação da invasão dos brancos em terras por eles habitadas, reuniram-se em aldeias próximas na altura do Salto. Dos oitenta Kayabis residentes ali 30 concordaram com os irmãos Villas Boas em serem transferidos no ano 1966 para o Parque Nacional do Xingu numa operação resgate.

De 1978 para cá, este povo vem lutando pela correção da área, com a exigência de que nela seja excluído o Salto, lugar considerado sagrado na cultura Kayabi. Em 1984 face à ameaça da construção de uma usina hidrelétrica, juntamente com os Apiakás, pediram apoio de diversas entidades e povos indígenas. Quatorze nações indígenas enviaram representantes que permaneceram por mais de dois meses na região do Salto em atitude de residência. Após manifestação de tanta coragem e decisão na defesa de seu território, os Kayabis acabaram cedendo e entregando o Salto Sagrado em troca de indenização, ampliação e demarcação da área.

À exceção dos que sofreram educação alienígena, os mais idosos continuam a falar a sua língua, a cantar o Iavotsi e praticam a pajelança. Vivem de coleta, caça e agricultura.

Desde 1956, o grupo do rio dos Peixes (Tatuí), recebe influência da Missão Anchieta, que lhes presta assistência no setor de medicina alopática, escola regional e assistência religiosa.

De modo especial, na década de 60 e 70, esse grupo recebeu da Missão Anchieta volumosa ajuda econômica nos projetos de instalação de posto e de formação e desenvolvimento profissionalizante. O projeto de gado para a obtenção de leite e carne tem bons resultados assim como a horticultura e os transportes fluviais. Também foram canalizados recursos para assistência à saúde, tanto dos Kayabis como dos Apiakás.

Em relação à terra exigem reconhecimento, demarcação e respeito.

### OS KAYABIS (POVO DE LÍNGUA TUPI):

Povo de Língua tupi, orgulhoso e belicoso, os Kayabis são originários da região os rios Teles Pires e dos Peixes, à oeste do Parque, onde sofreram o contato violento de seringueiros. Pacificados em 1924 e em 1942, um primeiro grupo de cerca de 40 kayabi foi encontrado pelos Villas Boas no rio Peixoto de Azevedo em 1950 e convencidos a migrar para o Parque, em 1955 esse grupo já estava morando perto do Posto Diauarum. Outras duas levas chegaram em 1966 e em 1970.

Os Kayabi do Parque (um grupo deste povo permaneceu no Teles Pires, no Pará, outros habitam hoje uma área no rio dos Peixes, em Mato Grosso, próximos dos Apiakás) conservam suas tradições, ao invés de construírem grandes aldeias, distribuem sua população de mais de 300 pessoas por 14 malocas ao longo do Xingu, até a confluência do Manitsauá Missu e nas margens deste último. As malocas são unidades domésticas (famílias extensas) que produzem tanto seu próprio sustento como o alimento básico do Posto Diauarum, agricultores criativos e com uma rica e abundante produção.

### TERRA KAYABI:

#### 1 - Algumas Observações Acerca do problema de Terra dos Kayabis.

1950 é tomado como ano de referência.

- 1- Há dois grupos de Kayabis, distinguidos geograficamente e por ligeiras diferenças étnicas e lingüísticas:
  - A- O grupo do Teles Pires,
  - B- O grupo Arinos – Rio dos Peixes, denominados freqüentemente TATUE.
- 1.1- O primeiro grupo ocupa efetivamente o Teles Pires ou Rio Paranatinga (nome mais popular), desde um pouco acima da Barra do rio Verde até perto da Barra do Rio Peixoto de Azevedo.
- 1.2- O segundo grupo habita na área entre Arinos e Rio dos Peixes ou TATUIY. No diário do P.I.A Jose Bezerra no alto Teles Pires, década de 40, esses índios são denominados Tatuê e Arinos. Note-se que o nome é respectivo rio e também dos seus habitantes. Tatuê é pronúncia popular.
- 1.3- Existe também um grupo no Pará ligado desde 1941 ao Posto Teles Pires, depois denominado Posto Kayabi. Diz respeito aos Kayabis que depois de 1930 desceram o Rio Teles Pires, existindo um certo vai-e-vem no meio de outros mais fixos nesse novo habitat.

Há ainda um grupo ligado ao Posto José Bezerra (S.P.I) recrutados de 1.1. e 1.2. Existem um tanto destribalizados, relativamente poucos. Depois de 1965, ao se desativar o Posto José Bezerra, um grupinho se ligou ao Posto Fraternidade Indígena, perto de Barra dos Bugres. Alguns se escravizaram.

1.4- A origem da tribo em geral, e o relacionamento étnico-histórico e étnico dos grupos 1.1 e 1.2 ainda não estão bem estabelecidos.

## 2 - Área dos Kayabi Tatû em 1950.

2.1- No Oeste : a margem do rio Arinos, lado direito, desde a barra do rio dos Peixes até a do córrego São Miguel,  
 No Sul: o mesmo córrego São Miguel,  
 No Norte: o baixo curso do rio dos Peixes,  
 No Leste: o mesmo rio dos Peixes com suas cabeceiras mais orientais.

Os Kayabi, donos únicos de toda a bacia do rio dos Peixes até a margem direita do rio Arinos, e no Teles Pires ocupavam desde a barra do rio Verde até pouco acima da confluência com o rio Peixoto de Azevedo. Essa ocupação é desde tempos imemoriais, e naquele momento, a partir de 1950 vem sendo espoliados de suas terras. Após uma pequena resistência inicial, cedem até a força do conquistador – traduzido nas frentes de expansão econômica da sociedade nacional, os Bandeirantes hodiernos. Assim, os Kayabi em poucos anos deixam as cabeceiras do rio dos Peixes, abandonam o lugar das pedras de machado, são afastados do banhado onde se encontrava o barro para a indústria de panelas. Estabelecem-se em torno do núcleo na altura do salto. Mas, em 1966, os irmãos Villas Boas vêm com a missão de transferir para o Parque Nacional do Xingu. Parte sede ante a operação resgate e outra resiste. Em 1968, são estudados os limites das terras a serem reservadas para os Apiaka e Kayabi. As reservas indígenas são decretadas em 1974. Em 1975 a firma Plantel executa o serviço de demarcação. No entanto, devido ao continuado avanço das frentes colonizadoras, os dois grupos indígenas perceberam a necessidade de ampliação de suas reservas, como forma de garantir o direito reconhecido sobre esta parte de seu território que sempre continuaram ocupando – garantia de pesca, de caça, de proteção ao taquaral e seringal, e garantia sobre o salto, lugar de origem de contos e mitos sagrados. Assim, é solicitado à FUNAI no ano de 1978. Devido à morosidade burocrática, os Apiaka e Kayabi iniciaram uma picada demarcatória, mas os poucos recursos e o receio impedem o serviço. Em 1982 no segundo semestre, os Kayabi e Apiaká, expulsam um tal cuiabano, e danificam uma máquina que invadiam seu último resto de território.

Em 1995, alguns índios Kayabis que hoje vivem no Parque Nacional do Xingu, juntamente com técnicos da FUNAI estiveram visitando a antiga terra que lhes pertencia (ao longo do rio Teles Pires). Mostraram aos seus descendentes onde eles haviam nascido e vivido e se impressionaram com a destruição da mata e o assoreamento do rio como resultado do progresso impetrado pelos colonizadores.

## FAMÍLIA PIPINO – ENIO PIPINO

Enio Pipino, nasceu em 12.06.1917, em Penápolis, filho do Sr. João Pipino Primo e da Srª Rosa Franchetti Pipino. Oriundos de Torino-Itália, João Pipino, imigrou para o Brasil no fim do século passado, indo se radicar na cidade de Penápolis no Estado de São Paulo, onde iniciaram suas atividades, trabalhando na lavoura de café, no bairro Paraguai. Foi casado com a Srª Nilza de Oliveira Pipino (falecida). Em 1928, de Penápolis-SP, foi à Presidente Venceslau-SP, com a idade de 11 anos e lá passou toda a sua mocidade, estudando e trabalhando. Foi empregado da Estrada de Ferro Sorocabana, como auxiliar de telegrafia. Trabalhou na maior casa comercial da época, Casa Violeta e, depois, na Casa Bancária, Edmundo Pipino. Montou, com seu pai, um pequeno curtume. Depois de casado, instalou-se como correspondente dos Bancos: Banco do Brasil S/A, e Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A. Em 1942, foi nomeado Juiz da Paz, no Município de Presidente Venceslau, exercendo atividades até o ano de 1945. O interventor Fernando Costa, de São Paulo, (1945), nomeou-o para exercer as funções de Prefeito Interventor, cargo que ocupou até o ano de 1947. Em 1948, foi eleito Prefeito Municipal de Presidente Venceslau, exercendo mandato até 1951. De 1952 a 1954, foi Presidente da Câmara dos Vereadores de Paraná, tendo deixado o cargo por ocasião de sua transferência para o Presidente Venceslau, pois, em 1948, tinha fundado a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda, hoje, SINOP Terras Ltda, a mais antiga Empresa de Colonização, ainda em funcionamento no País. Em áreas que, somadas, totalizaram cerca de 500 mil hectares, nascia SINOP TERRAS LTDA, anteriormente denominada Sociedade Imobiliário Noroeste do Paraná. (SINOP), começou há 48 anos passados no sentetrião do Paraná, nutrindo-se do mito norte paranaense e realizando trabalho que modificou o destino de milhares de pessoas, vindas dos quadrantes nacionais e das latitudes do mundo. Plantou 11 cidades. Reunindo milhares de pessoas e estimulando à propriedade. Cidades colonizadas no Paraná, por Enio Pipino: Terra Rica, Iporã, Ubiratã, Formosa do Oeste, Jesuítas, Carajá, Nilza, Yolanda, Adhemar de Barros, Marajó e Iverá.

Em fins de 1971, deslocou-se para Mato Grosso e, numa extensão de 654 mil hectares, adquiridos de terceiros, na altura do Km 500 da Rodovia Cuaibá-Santarém (BR-163), iniciou o Projeto de Colonização da Gleba Celeste, implantando as cidades de: SINOP, VERA, SANTA CARMEM E CLÁUDIA.

O projeto de Colonização da Gleba Celeste foi considerado pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) como de interesse nacional, portaria de número 5.197 (de 19.12.1973), e Resolução de número 1.829 (de 11.03.1974). Emancipado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pela portaria número 75 (de 09.04.1981).

Atendendo ao chamamento da Presidência da República, quando do lançamento do Programa Nacional de Álcool, em fins de 1979, fundou a SINOP AGROQUÍMICA S/A – complexo industrial, com capacidade de produção de 150 mil litros de álcool carburante pôr dia, durante 330 dias/ano, no município de Sinop, exigindo um consumo diário de 850 toneladas de matéria-prima (mandioca), constituindo-se no seu gênero, no maior empreendimento existente no País.

Foi inaugurada no dia 13 de dezembro de 1981.

**Títulos e Condecorações Recebidas:**

- CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ.
- CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE UBIRATÃ-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE IPORÃ-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE TERRA RICA-PR.
- CIDADÃO BENEMÉRITO DA CIDADE DE MARINGÁ-PR.
- CIDADÃO BENEMÉRITO, NO GRAU DE GRÃ CRUZ, DA ACADEMIA SANTA HELENA DE HUMANISMO E HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO-RJ.
- CASAL BENEMÉRITO DA CIDADE DE FORMOSA DO OESTE-PR.
- COMENDA DA INSTITUIÇÃO GIUSEPPE GARIBALDI, DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO GRAU DE COMENDADOR.
- DIPLOMA DE BENFEITOR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP, COMO SEU FUNDADOR.
- DIPLOMA DE BENFEITOR DAS OBRAS RELIGIOSAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE-PR.
- DIPLOMA DE AMIGO DA FACULDADE, DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO ESPECIAL DE AMIGO DA BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE-MS.
- DIPLOMA DE HONRA DA CORPORAÇÃO MUSICAL 02 DE SETEMBRO, DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DE HONRA DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DE HONRA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANTONIO MARINHO DE CARVALHO FILHO, DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DA ORDEM DA SOLIDARIEDADE - MEDALHA CULTURA D. PEDRO II, DE SÃO PAULO-SP.
- FOI ELEITO MEMBRO DO COMITÊ SETORIAL DE AGRICULTURA, DO FORUM - DAS AMÉRICAS.
- FOI AGRACIADO COM O COLAR JOSÉ DE ANCHIETA, PELO INSTITUTO HISTÓRICO PERO VAZ DE CAMINHA, EM 25.01.1982.
- RECEBEU A ORDEM DE MÉRITO DE MATO GROSSO NO GRAU DE OFICIAL, DECRETO N.º 1.725 DE 09.02.1982.
- FOI AGRACIADO COM A MEDALHA DE MÉRITO AGRÍCOLA, PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, DIA 19.04.1982, EM BRASÍLIA-DF.
- DIA 02.09.1982, ENIO PIPINO, RECEBEU O TÍTULO DE CIDADÃO VENCESLAUENSE, CONCEDIDO PELOS PODERES PÚBLICOS DESSE MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO, EM RECONHECIMENTO AOS REVELANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO.
- PÔR DECRETO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, ENIO PIPINO RECEBEU TÍTULO E A COMENDA QUE LHE CONFERIRAM O GRAU DE COMENDADOR

- DA ORDEM DO MÉRITO DA AERONÁUTICA, RECEBIDOS EM BRASÍLIA-DF, DIA 22.10.1982.
- EM 03.08.1983, PÔR DECRETO LEGISLATIVO, RECEBEU O TÍTULO DE CIDADÃO SINOPENSE.
  - CAVALEIRO TEMPLÁRIO DA ORDEM SOBERANA E MILITAR DO TEMPLO DE JERUSALÉM, EM 24.03.1985.
  - DIPLOMA DE CORREDOR DE IMÓVEIS, CONCEDIDO EM MARINGÁ-PR, PELO SINDICATO FEDERAL DE CORRETORES.
  - MEDALHA DE MÉRITO INDUSTRIAL, DA FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO – CUIABÁ-MT.
  - INSÍGNIA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL, CONCEDIDA PELO INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL PERO VAZ DE CAMINHA, BRASÍLIA-DF.

**Conferências e Viagens:**

- Conferência no Seminário Potencial Agrícola da Amazônia.
  - Convite da SUDAM, em 16.03.1978, em Porto Alegre-RS.
  - Conferência dia 31.05.1979, na 1ª Semana da Amazônia, atendendo convite da Academia de Letras da Universidade Mackenzie, em São Paulo.
  - Conferência no Fórum das Américas, dia 02.09.1980, Congresso Interamericano, A livre Iniciativa na Mobilização de Fontes Alternativas de Energia.
  - Conferência no Fórum das Américas, dia 11.09.1981, Congresso Interamericano sobre Agricultura e Produção de Alimentos.
  - Conferência aos Estagiários da escola Superior de Guerra, dia 21.08.1981.
  - Conferência SUDECO, em Brasília-DF, no II Encontro Centro Oeste, A Nova Fronteira, em 17.11.1981.
  - Conferência no 1º Congresso sobre a Ocupação da Amazônia, dia 29.04.1982, em Cuiabá-MT.
  - Gravação no Museu da imagem e do Som, em São Paulo-SP, em 01.07.1982.
  - Conferência aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, em Cuiabá-MT, dia 09.08.1982.
  - Conferência na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro-RJ, dia 30.11.1982.
  - Conferência na Escola Superior de Guerra, em Cuiabá-MT, dia 17.08.1983.
  - Pronunciamento de Enio Pipino aos Senhores Oficiais Superiores da Escola de Estado Maior do exército, em Cuiabá-MT, em 24.10.1983.
  - Pôr Decreto n.º 1.246, de 10.08.1981, do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campos, foi criada Escola Estadual de 1º Grau Enio Pipino, situada em Sinop-MT, Distrito da sede. Publicação no Diário Oficial de 11.08.1981, página 02.
  - Atendendo ao convite do Ministério das Relações exteriores (Itamarati), integrou a comitiva de Empresários do Brasil em viagens feitas com o Presidente João Figueiredo aos seguinte países: Venezuela, Paraguai, Argentina, Chile, Alemanha, Colômbia, França, Peru, Estados Unidos, Canadá, China e Japão.
- Enio Pipino, faleceu no dia 16 de junho de 1995, aos 78 anos de idade, vítima de infarto em Bebedouro Estado de São Paulo. O corpo foi transladado para Maringá-PR, onde ocorreu o sepultamento.

**A DIREÇÃO** do Grupo SINOP está constituída da seguinte forma:

**Diretora Presidente:** Dna. Lélia Maria de Araújo Vieira.  
**Diretor vice-presidente:** Enio Pipino Sobrinho  
**Diretor de Patrimônio:** Valdir Ribeiro de Oliveira Júnior.  
**Diretor Técnico:** Alfredo Clodoaldo de Oliveira Neto.  
**Diretor Financeiro-Administrativo:** Wladimir Pipino Júnior.  
**Diretor Superintendente:** Sr. Ascânio Baptista de Carvalho.  
**Gerente Executivo:** Carlos Celso Martins.

### **DIRETORIA DA SINOP AGROQUÍMICA:**

**Presidente:** Dna Lélia Maria de Araújo Vieira.  
**Vice-Presidente:** Enio Pipino Sobrinho.  
**Diretor:** Alfredo Clodoaldo de Oliveira Neto.  
**Gerente Técnico:** Ulisses de Oliveira Paiva

## **HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO**

**FRONTEIRAS DO PARANÁ:** Em 1964 os militares tomam o poder e dão prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado, com diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. São postos em ação mecanismos de apoio e auxílio financeiro e fiscal. Trata-se da época do boom econômico, do qual beneficiaram-se, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se a um ritmo desenfreado. A Colonização das regiões de fronteira agrária e agrícola foi utilizada para instalar os excedentes de mão-de-obra, criados pela mecanização, e para reduzir os efeitos sociais negativos de uma política agrícola instável, voltada para o crescimento das exportações.

O Paraná, que oferecia aos imigrantes dos anos quarenta e cinqüenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transforma-se a partir dos anos sessenta.

A mudança do perfil da produção agrícola, dirigidas pelo governo (erradicação do café), transformam as relações de trabalho e implantam a mecanização nos setores mais dinâmicos. A estrutura agrária do Paraná, caracterizada pela presença do pequeno proprietário, transforma-se, de região de acolhida, em zona de expulsão, criadora de fluxos migratórios. Trata-se de uma onda migratória rumo a outros Estados e cidades, fugitiva de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito, da exiguidade das terras em face da liberação de mão-de-obra. Ainda que os maiores proprietários recômecem a engajar trabalhadores, as

migrações continuam, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, prestes a recebê-los como proclamam os planos de colonização.

Diferente da colonização oficial realizada em Rondônia, os migrantes originários do Paraná que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas terras preferem se dirigir ao Mato Grosso (caso de Sinop) onde a colonização privada oferece condições mais favoráveis, apesar do custo mais elevado das terras.

Segundo Tânia Navarro Swain, o Paraná fora uma das regiões mais procuradas até 1970. A ocupação precária, o desmatamento selvagem, a colonização oficial e privada, todos os meios foram utilizados para se povoar o território. A povoação das cidades, uma rede integrada e bem conservada de estrada, o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços, a instalação de pólos-industriais foram o coroamento do processo de ocupação do Paraná, com base na expansão das atividades agrícolas.

Entretanto, a existência de pequenos produtores fora um dos pilares deste desenvolvimento, que permitia a repartição mais justa das riquezas e escapava assim da clássica polarização minifúndios-latifúndios. A atividade colonizadora do Paraná tivera um papel muito significativo na implantação de uma estrutura agrária específica, ainda marcada hoje em dia por uma forte representação de pequenas e médias propriedades.

As transformações da economia, dirigidas pelo governo, vão mudar tal situação para racionalizar a atividade agrícola. A importância dada à mecanização e às culturas de exportação criaram condições de concorrência insustentáveis para o pequeno camponês, em face das novas empresas agrícolas subvencionadas pelo governo.

Assim, o Paraná se tornou um fulcro de êxodo rural em um curto período de tempo entre o final dos anos sessenta e os anos setenta.

A partida dos pequenos camponeses dá acesso à reconstituição de latifúndios e ao aumento das exportações agrícolas, o vem responder aos objetivos do governo, apesar do aumento das importações alimentares, que se tornaram indispensáveis para satisfazer à demanda interna. Portanto, a colonização se tornou uma arma política, utilizada a fim de cortar o nó górdio das tensões agrárias surgidas em regiões perfeitamente integradas aos circuitos comerciais.

A população agora, excedentária devido ao jogo de mudanças da política agrícola, é constantemente empurrada para terras a serem desmatadas, onde se reproduzem as condições desfavoráveis à instalação da propriedade camponesa familiar: justamente esta que, no Paraná, havia tentado frustrar a polarização da estrutura agrária e de seu corolário, violência e denominação. (Tânia N. Swain. 1988 pág. 36-37).

## A RODOVIA CUIABÁ-SANTARÉM (BR-163)

1968/69 – AI-5 suprime todas as liberdades e impõe censura à imprensa. Militares adotam colonização do oeste e da Amazônia como estratégia geopolítica de segurança nacional.

1970 – Anunciada a construção simultânea de três estradas: Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Boa Vista/Manaus.

Vários fatores explicam a rapidez com que o Brasil foi capaz de construir a grande rede de rodovias na Amazônia. O papel principal coube à reorganização do

Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). O DNER foi reorganizado em 1969, traçando imediatamente os planos de construção de rodovias que interligam a Amazônia. O principal objetivo do DNER era formar uma rede unificada de estradas na qual seriam levados em conta os interesses civis e militares visando a integração nacional. Também os batalhões de Engenharia do Exército receberam novas funções e tiveram papel decisivo na construção de rodovias na Amazônia. As razões de construção das rodovias sempre foram de Segurança Nacional ou de Segurança e Desenvolvimento. Normalmente rodovias federais de extensões tem sido as precursoras da penetração colonizadora, tendo sido construídas em geral com essa finalidade.

Em 1970 o espírito dominante era o de conjugar a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém à solução do problema nordestino. É o que se depreende da declaração do próprio Ministro Mário Andreazza, dos Transportes naquela época, quando afirmava que não é demais ressaltar que, colocando a Amazônia e o Planalto Central por assim dizer mais próximos das demais regiões do país e particularmente no Nordeste, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, pela articulação que farão com Nordeste, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, contribuirão poderosamente para a colonização também de áreas de influência dessas outras vias, beneficiando, sobretudo, os Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Trata-se então de reorientar o fluxo migratório nordestino desviando-o do Sul para o Norte e Centro-Oeste. Para isso era necessário abrir estradas que arrastassem após si os migrantes. A Transamazônia e a Cuiabá-Santarém constituem pré-requisitos para a ocupação de uma imensa área do país, onde se busca uma produção futura de bens e serviços. Foram constituídos alguns eixos de um potencial desenvolvimento ao longo do traçado das rodovias da Amazônia. Estes eixos principais foram os trechos Araguaia-Imperatriz, Marabá-Altamira, Altamira-Itaituba, Santarém-entrocamento com a Transamazônica e do entroncamento até Cuiabá, constituindo a Cuiabá-Santarém. Posteriormente mais outras rodovias foram sendo constituídas, tais como a Porto Velho-Manaus (alfaltada), a Perimetral Norte e inúmeras ainda estão em construção no norte de Mato Grosso, ligando as principais cidades que estão surgindo na região.

A rodovia Cuiabá-Santarém possui cerca de 1700 Km de extensão. Uma revista interna do 9º BEC (Batalhão de Engenharia de Construção) apresenta um exposição de motivos para a construção da rodovia: "considerando-se o país dividido em tres grandes: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul, podemos verificar o contraste que os números denunciam provam que há um descompasso político, econômico e social entre os tres Brasis, dos quais desejamos ver um só Brasil. A marcante influência negativa deste desequilíbrio Segurança Nacional é de conclusão imediata e de efeitos altamente perniciosos. Mais adiante o autor mostra que dentro dos objetivos de Segurança Nacional torna-se necessária a adequada ocupação e exploração do imenso território amazônico, para intergrá-lo é preciso liga-lo, trazê-lo para perto, tornar possível sua intercomunicação neste sentido toda a imensa malha viária deve efetivamente promover a integração nacional.

Na década de 70 a Engenharia Militar de Construção teve sob sua responsabilidade a execução de 68% da rede rodoviária federal programada para a região amazônica. Os batalhões de Engenharia de Construção implantaram na Amazônia na ultima década 4.000 Km de estradas. Em 1971, tendo em vistas a necessidade de o governo federal executar a Plano de Integração Nacional , o Terceiro Batalhão Rodoviário foi transformado em 9º BEC com o fim de participar da construção da rodovia Cuiabá-

Santarém. Em 1976 após 05 anos de trabalho estava concluída a missão e em 20 de outubro de 1976 foi inaugurada (pelo presidente da República Ernesto Geisel – da base Aérea do Cachimbo/PA) com 1.777 Km a de extensão, dos quais 1.114 Km a cargo do 9º BEC e o restante a cargo do 8º BEC, sediado em Santarém. O 9º BEC ficou também com a responsabilidade da conservação do trecho Cuiabá-divisa de Mato Grosso com Pará.

A cidade de Cuiabá é considerada o portal da Amazônia, é ponto geodésico da América do Sul, pois é um ponto de passagem obrigatório para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Sul do Pará – parada dos migrantes que chegam do Sul e Centro Sul do País. Prevendo um fluxo sempre maior de migrantes e passageiros por Cuiabá, foi construída uma imensa rodoviária em área de 22 hectares para suprir a demanda de passageiros. A importância de Cuiabá-Santarém decorre na visão do governo federal, de sua simetria em relação ao traçado da Transamazônia, o que lhe permitirá transportar o Poder Político econômico do país ao coração da Amazônia, vencendo a floresta no seu âmago, cortando-a de Norte a Sul em seu verdadeiro núcleo e atingindo o centro de gravidade de toda região polarizada. Portanto, as razões de Segurança Nacional imperam sobre quaisquer outras. Já antes da conclusão definitiva as colonizadoras estavam ao seu encalço, para estabelecerem no norte do Estado. Na região do rio Peixoto de Azevedo, já perto da divisa com o Pará, nas florestas da serra do Cachimbo, habitava na época nos índios imigrantes, os Kreen-Aka-Rore. O que aconteceu com esses índios é um dos episódios mais tristes na moderna história brasileira. Estes índios haviam sido contatados pela primeira vez em 1950. Mas a primeira tentativa séria de contactação foi feita em 1967 quando um pequeno bando de índios foi visto perto da Base Aérea do Cachimbo, fato que inclusive apavorou os militares que vasculharam a área de avião procurando índios. Na época foi citada a seguinte declaração de Orlando Villas Boas: Basta gritar índio e todo mundo enlouqueceu. Os civilizados atiram. Voam de avião a selva toda. Um brigadeiro é fotografado atrás de uma metralhadora. Como um contato pacífico se tornou difícil, o governo cortou as verbas para a expedição. Em 1970 os Kreen-Akarore tinham recuado para mais longe dentro das florestas da região do rio Peixoto de Azevedo. Com a construção da Cuiabá-Santarém, tornou-se necessário um contato definitivo com a tribo, trabalho esse, feito pelos irmãos Villas Boas. Finalmente em 1972 um bando de 30 índios entrou no acampamento dos sertanistas que exigiram imediatamente a demarcação de uma reserva para a tribo e incluísse seu território sagrado. A reserva foi criada mas a nova rodovia servia de fronteira. Em poucos meses foi possível notar que essa decisão seria o fim da tribo, pois os índios confraternizavam com os tratoristas e trabalhadores da rodovia e mendigavam comida e cachaça. Em um ano a população de 300 índios estava reduzida a 135 pessoas. Em 1974 os restantes, os sobreviventes das epidemias que haviam contraído, foram levados ao Parque Nacional do Xingu. É o fim triste de mais uma tribo indígena, abocanhada pela voracidade cega e mesmo irracional na ocupação das últimas fronteiras existentes.

Cinco anos após a inauguração oficial da rodovia quase todas as matas ao longo de seu curso foram derrubadas, sendo margeada por inúmeras fazendas, projetos agropecuários, de colonização, garimpos, minifúndios etc. Devido à sua má conservação (após a divisa com o Pará) a rodovia não passa atualmente de um penoso e precário caminho carroçável, passando a gerar um duplo prejuízo à economia da região norte do Estado: de um lado perde-se o dinheiro gasto na sua abertura e de outro, surge

a ameaça da falência de enormes projetos e investimento financiados pelo Banco da Amazônia (BASA) e pelo Banco do Brasil.

Em 1979 o quadro da região era especialmente desolador. Vários meses após a temporada das chuvas, os carros ainda tinham que passar por desvios provisórios, pontes levadas pelas chuvas ainda não tinham sido reconstruídas e a estrada não estava patrolada. O 9º BEC (sob o comando do Coronel Jose Meireles) proibida durante a época das chuvas o trânsito de caminhões com o peso acima de 10 toneladas. A rodovia foi asfaltada e a sua inauguração ocorreu em dezembro de 1986, até a cidade de Sinop, pelo Presidente da República João B. Figueiredo. Posteriormente seu asfaltamento prolongou-se até o Distrito de Santa Helena – Colíder (1987).

As principais fazendas, grandes, médias e pequenas e de projetos agropecuários e de colonização – cidades, madeireiras, situadas ao longo da Cuiabá-Santarém mostra a ocupação intensiva de toda a região norte de Mato Grosso, ocupação essa causada pela abertura da própria rodovia.

A rodovia Cuiabá-Santarém possibilitou efetivamente o surgimento do progresso na região norte de Mato Grosso, juntamente com todas as outras consequências advindas de uma ocupação muito rápida e mesmo predatória. (Schaefer. 1985: pág. 55-59)

Desde 1993, existe um movimento Pró-asfaltamento da BR-163 até o porto de Santarém, onde prefeitos, vereadores, presidentes de cooperativas, empresários, deputados e senadores do norte de Mato Grosso e sudoeste do Pará, vem realizando Simpósios para organizar uma comissão de representantes da região e irem à Brasília cobrar do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sua promessa de campanha (feita em Sinop e Santarém) de concluir a rodovia em seu governo.

No período foram lançados pelo Ministro dos Transportes, Odacir Klein, 40 Km de asfalto entre Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte, dos quais se encontram prontos apenas 10 Km.

Dos 1700 quilômetros da BR-163, a Cuiabá-Santarém, faltam ser pavimentados mais de 1200 Km, dos quais perto de 1000 em território paraense, e maior parte em situação precária.

Essa obra é considerada de fundamental importância para o desenvolvimento da REGIÃO, pois é o único meio de transporte existente para a grande produção de madeira, grãos, gado – ônibus e carros em geral.

## COLONIZAÇÃO DE SINOP

A primeira empresa a iniciar as suas atividades na região em estudo foi a Colonizadora Sinop S/A. (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná) que, em 1970 – 1971 veio ocupar, através de aquisição a terceiros, uma área de mata inicialmente de 369,017,1 há – denominada Gleba Celeste – no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, à margem direita do rio Teles Pires. Posteriormente ela expandiu sua área de colonização, incorporando também uma nova, de 113.146,48 há, separada da Gleba Celeste por faixa de grandes fazendas parcialmente exploradas. Posteriormente a área colonizada pelo grupo abrangeu aproximadamente 645.000 ha.

O processo de ocupação teve início com a implantação da estrutura física do projeto e a venda dos primeiros lotes através de propaganda e ação de corretores, no sul do país. Numa ação que buscava uma integração com os programas da política oficial de ocupação da Amazônia, a colonizadora implantou, em sua área de colonização, uma estrutura que se coadunava com o propugnado pelos esquemas do urbanismo rural definido pelo INCRA, numa forma adaptada. Assim a Gleba Celeste organizou-se territorialmente a partir de uma divisão em setores compostos de chácaras, lotes rurais e um centro chamado Centro de Convergência ou Comunidade, e tendo, como base urbana, os chamados Núcleos Coloniais, que são os centros urbanos, com funções político-administrativas e de prestação de serviços.

As comunidades respondiam pelo processo de socialização dos colonos no setor, situando a uma distância média de 03 Km dos lotes que serviam e possuíam igreja, escola, venda. As chácaras e lotes foram projetados de forma a serem servidos por estradas e cursos d'água.

A ocupação de toda área se deu em etapas sucessivas, tendo começado inicialmente em torno do núcleo Vera, inaugurado em 1972, e planejado para ser uma cidade pequena, marco de início de ocupação. Depois em 1974, foram fundados, dentro da Gleba Celeste, os núcleos de Carmem e Sinop. Este último instalado, já com o traçado da BR-163 (Cuiabá-Santarém) definido as margens da rodovia. Por sua posição estratégica adquiriu a primazia entre os núcleos urbanos, passando a concentrar as atividades comerciais, industriais e os serviços, e, por suas funções, a comandar a vida de relações dentro da área. Os outros centros – Vera, Carmem e Cláudia, este último criado em 1978, com expansão do Projeto, constituem centros menores. Com pequeno comércio, serrarias e serviços de saúde, educação e apoio técnico aos colonos, eles correspondem as vilas ou, em analogia com o esquema do urbanismo rural, às acrópoles.

Foi ainda em 1972, após a abertura da área, que chegaram as primeiras famílias:

- Família Olímpio João Pissinatti Guerra,
- Família Lindolfo Trierweiller,
- Família Braz Claro dos Anjos,
- Família Jose Montanher,
- Família Mauri Weirich,
- Família Osvaldo de Paula,
- Família Dirceu de Cezaro,
- Família Sebastião Salles Mendes,
- Família Aleixo Schenatto,

## ENIO PIPINO Presidente do Grupo Sinop

Enio Pipino, nasceu no dia 12 de Junho de 1917, na cidade de Penápolis, São Paulo, filho de João Pipino Primo e de Dona Rosa Francischetti Pipino, residente e domiciliado à Rua Arthur Tomaz, 129, aptº 901, centro em Maringá-PR. Era casado com Dr.ª Lelia Maria de Araújo Vieira. Faleceu em 16 de Junho de 1995, na cidade de Bebedouro-SP e foi sepultado na cidade de Maringá-PR.

Em 1948, fundou a **SOCIEDADE IMOBILIÁRIA NOROESTE DO PARANÁ LTDA**, a mais antiga empresa de Colonização, ainda em funcionamento no País.

Em 1970, fundou a **COLONIZADORA SINOP S/A**, pois entendeu necessário identificar sua experiência de colonização ao fenômeno da presença brasileira nas imensidões da Amazônia e encontrou, surpreendentemente, enorme resposta positiva de nossos patrícios, numa saga de pioneirismo que se está fazendo de Mato Grosso Norte. Sempre com a preocupação de criar condições para o homem fixar-se, trabalhar a terra, construir cidades e marcar, pela prosperidade, uma contribuição à economia brasileira.

Sempre esteve consciente de que uma empresa colonizadora tem, para justificar sua própria existência, a necessidade de render-se à fascinante aventura de criar. No desafiante sentido de buscar soluções para auxiliar o espírito de conquista e de pioneirismo, inatona condição humana, tinha, diante de si, dois fatos concretos: sua experiência e o desejo nacional da ocupação amazônica

## ATIVIDADES COLONIZATÓRIAS

Em áreas que, somadas, totalizaram cerca de 500 mil hectares, nascia **SINOP TERRAS LTDA**, anteriormente denominada Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. (**SINOP**), começou há 47 anos passados no setentrião do Paraná, nutrindo-se do mito norte paranaense, e realizando trabalho que modificou o destino de milhares de pessoas, vindas dos quadrantes nacionais e das latitudes do mundo. Olhando para o passado, há toda uma história de realizações, de pioneirismo, de coragem e de afirmações da gente que somou com Enio Pipino e que testemunha hoje, um quadro que o Grupo Sinop fez nesse tempo na área que tinha para colonizar. Plantou 11 cidades, reuniu milhares de pessoas. Fez o estímulo à propriedade, pela sua experiência de colonizador foi possível criar condições para o homem fixar-se, trabalhar a terra, construir cidades e marcar pela propriedade, uma contribuição à economia brasileira.

No mapa do Estado do Paraná é possível apontar com destaque as cidades de Terra Rica, Iporã, Ubiratã, Formosa do Oeste, Jesuítas, Carajá, Nilza, Yolanda, Adhemar de Barros, Marajó, Iverã e inúmeras concentrações humanas que serão, no desafio dos tempos, o testemunho do que somos e fizemos no Norte do Paraná.

Em fins de 1971, deslocou o peso maior de sua empresa para o Mato Grosso e, uma extensão de 645 mil hectares, adquiridos de terceiros, na altura do Km 500 da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), iniciou-se o Projeto de Colonização da **GLEBA CELESTE**, implantando as cidades de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia, obras de infra-estrutura, cooperativa e campos experimentais, escolas, igrejas, centros de lazer. Com população estimada em cerca de 180.000 brasileiros em contingente de perto de 4.800 propriedades agrícolas. O projeto da Gleba Celeste está consolidada, a Exatoria de rendas de Sinop é, a Quarta arrecadação de rendas de Mato Grosso.

## TÍTULOS

- CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ.
- CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE UBIRATÃ-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE IPORÃ-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE TERRA RICA-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE MARINGÁ-PR.
- CIDADÃO BENEMÉRITO, NO GRAU DE GRÃ CRUZ, DA ACADEMIA SANTA HELENA DE HUMANISMO E HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO-RJ.
- CASAL BENEMÉRITO DA CIDADE DE FORMOSA DO OESTE-PR.
- COMENDA DA INSTITUIÇÃO GIUSEPPE GARIBALDI, DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO GRAU DE COMENDADOR.
- DIPLOMA DE BENFEITOR DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP, COMO SEU FUNDADOR.
- DIPLOMA DE BENFEITOR DAS OBRAS RELIGIOSAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE-PR.
- DIPLOMA DE AMIGO DA FACULDADE, DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO ESPECIAL DE AMIGO DA BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE-MS.
- DIPLOMA DE HONRA DA CORPORAÇÃO MUSICAL 02 DE SETEMBRO, DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DE HONRA DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DE HONRA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANTONIO MARINHO DE CARVALHO FILHO, DE PRESIDENTE VENCESLAU-SP.
- DIPLOMA DA ORDEM DA SOLIDARIEDADE - MEDALHA CULTURA D. PEDRO II, DE SÃO PAULO-SP.
- FOI ELEITO MEMBRO DO COMITÊ SETORIAL DE AGRICULTURA, DO FORUM - DAS AMÉRICAS.
- FOI AGRACIADO COM O COLAR JOSÉ DE ANCHIETA, PELO INSTITUTO HISTÓRICO PERO VAZ DE CAMINHA, EM 25.01.1982.
- RECEBEU A ORDEM DE MÉRITO DE MATO GROSSO NO GRAU DE OFICIAL, DECRETO N.º 1.725 DE 09.02.1982.

- FOI AGRACIADO COM A MEDALHA DE MÉRITO AGRÍCOLA, PELA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, DIA 19.04.1982, EM BRASÍLIA-DF.
- DIA 02.09.1982, ENIO PIPINO, RECEBEU O TÍTULO DE CIDADÃO VENCESLAUENSE, CONCEDIDO PELOS PODERES PÚBLICOS DESSE MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO, EM RECONHECIMENTO AOS REVELANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO.
- PÔR DECRETO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, ENIO PIPINO RECEBEU TÍTULO E A COMENDA QUE LHE CONFERIRAM O GRAU DE COMENDADOR DA ORDEM DO MÉRITO DA AERONÁUTICA, RECEBIDOS EM BRASÍLIA-DF, DIA 22.10.1982.
- EM 03.08.1983, PÔR DECRETO LEGISLATIVO, RECEBEU O TÍTULO DE CIDADÃO SINOPENSE.
- CAVALEIRO TEMPLÁRIO DA ORDEM SOBERANA E MILITAR DO TEMPLO DE JERUSALÉM, EM 24.03.1985.
- DIPLOMA DE CORREDOR DE IMÓVEIS, CONCEDIDO EM MARINGÁ-PR, PELO SINDICATO FEDERAL DE CORRETORES.
- MEDALHA DE MÉRITO INDUSTRIAL, DA FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO – CUIABÁ-MT.
- INSÍGNIA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL, CONCEDIDA PELO INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL PERO VAZ DE CAMINHA, BRASÍLIA-DF.

## CONFERÊNCIAS E VIAGENS.

- Conferência no Seminário Potencial Agrícola da Amazônia.
- Convite da SUDAM, em 16.03.1978, em Porto Alegre-RS.
- Conferência dia 31.05.1979, na 1ª Semana da Amazônia, atendendo convite da Academia de Letras da Universidade Mackenzie, em São Paulo.
- Conferência no Fórum das Américas, dia 02.09.1980, Congresso Interamericano, A livre Iniciativa na Mobilização de Fontes Alternativas de Energia.
- Conferência no Fórum das Américas, dia 11.09.1981, Congresso Interamericano sobre Agricultura e Produção de Alimentos.
- Conferência aos Estagiários da escola Superior de Guerra, dia 21.08.1981.
- Conferência SUDECO, em Brasília-DF, no II Encontro Centro Oeste, A Nova Fronteira, em 17.11.1981.
- Conferência no 1º Congresso sobre a Ocupação da Amazônia, dia 29.04.1982, em Cuiabá-MT.
- Gravação no Museu da imagem e do Som, em São Paulo-SP, em 01.07.1982.
- Conferência aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, em Cuiabá-MT, dia 09.08.1982.
- Conferência na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro-RJ, dia 30.11.1982.
- Conferência na Escola Superior de Guerra, em Cuiabá-MT, dia 17.08.1983.
- Pronunciamento de Enio Pipino aos Senhores Oficiais Superiores da Escola de Estado Maior do exército, em Cuiabá-MT, em 24.10.1983.

- Pôr Decreto n.º 1.246, de 10.08.1981, do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campos, foi criada Escola Estadual de 1º Grau Enio Pipino, situada em Sinop-MT, Distrito da sede. Publicação no Diário Oficial de 11.08.1981, página 02.
- Atendendo ao convite do Ministério das Relações exteriores (Itamarati), integrou a comitiva de Empresários do Brasil em viagens feitas com o Presidente João Figueiredo aos seguinte países: Venezuela, Paraguai, Argentina, Chile, Alemanha, Colômbia, França, Peru, Estados Unidos, Canadá, China e Japão.

# JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO.

## NASCIMENTO:

Dia 05 de Agosto de 1910, na cidade de Bebedouro-SP, filho de Ascânio Moreira de Carvalho e Eliasib Machado de Carvalho, residia à Rua Coronel Conrado Caldeira nº 406, Bebedouro-SP.

## CASAMENTO:

Casado com Yolanda Loureiro de Carvalho, tiveram 04 (quatro) filhos: João Pedro casado com Maria Helena no qual nasceram 02 (duas) filhas, Maria Helena e Cláudia; Carlos Augusto solteiro; Iolanda casada com Sérgio Luiz Vaz Paixão no qual tiveram 04 (quatro) filhos, Iolanda, Fernanda, Sergio e Beatriz e 01 (uma) bisneta chamada Gabriela; e Luiz Otávio Loureiro de Carvalho, divorciado no qual teve 2 (dois) filhos, João Pedro Moreira de Carvalho Neto e Luiz Augusto Loureiro de Carvalho.

## COLONIZAÇÃO:

Em 1948, juntamente com seu sócio Enio Pipino, organizaram e fundaram a empresa de Colonização **SOCIEDADE IMOBILIÁRIA NOROESTE DO PARANÁ LTDA: (SINOP)**, com sede na cidade de Presidente Venceslau-SP, posteriormente conforme alteração da razão social, passou a denominar-se **SINOP TERRAS LTDA**, com sede na cidade Maringá-PR, com objetivo de colonização e implantação de cidades.

Adquiriram as áreas de terras necessárias e deram o início de seus trabalhos colonizatórios:

- 1- **GLEBA SINOP** – onde fundaram a cidade de TERRA RICA-PR, sede de Município e Comarca, distrito de ADHEMAR DE BARROS.
- 2- **GLEBA ATLÂNTICA** – fundaram a cidade de IPORÃ-PR, sede de Município e Comarca, distrito de NILZA e VILA IVERÃ.
- 3- **GLEBA RIO VERDE-1** – fundaram a cidade UBIRATÃ-PR, sede de Município e Comarca, e o distrito de YOLANDA.
- 4- **GLEBA RIO VERDE-2** – fundaram a cidade de FORMOSA DO OESTE-PR, sede de Município e Comarca, cidade de JESUÍTAS, sede de Município e os Distritos de MARAJÓ E CARAJÁ.

Em cada uma dessas GLEBAS foram criados Núcleos Rurais, com os respectivos cinturões verdes, denominados de “CHÁCARAS”, com lotes cortados, demarcados e com estradas vicinais, transitáveis o ano todo.

Em 26/04/1971, juntamente com seu sócio Enio Pipino, fundaram a empresa **COLONIZADORA SINOP S/A**, com sede na cidade de Maringá-PR, e reuniu-se em

Assembléia Geral e Extraordinária para deliberar entre outras coisas a aquisição de terras, com o mesmo objetivo de Colonização de cidades no Norte do Estado de Mato Grosso.

**GLEBA CELESTE - 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> parte:** o primeiro ponto de penetração na mata densa da Amazônia, foi povoado de VERA, hoje progressista Município e da cidade de SANTA CARMEM-MT, também sede progressista de Município.

**GLEBA CELESTE - 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> parte:** implantação da cidade de SINOP, sede Município e Comarca.

**GLEBA CELESTE - 5<sup>a</sup> parte:** implantação da cidade de CLÁUDIA-MT, também sede progressista Município.

Para a ocupação dessas regiões, movimentou-se lavradores, procedentes dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, e outros, contribuição dada para que se fizesse a presença brasileira nas terras da Amazônia - um gesto que ficou na História do Brasil.

Todas essas cidades, com obras de infra-estrutura, escolas, igrejas, hospitais, farmácias, centros de lazer - com suas ruas, avenidas e praças projetadas, abertas e com inúmeras melhorias em conformidade com seus desenvolvimentos, como: água, energia elétrica, telefone, televisão, rádio e etc.

O projeto da **GLEBA CELESTE** está consolidado e emancipado pelo INCRA, pela portaria nº 75 de 09/04/1981, e foi considerado pela SUDAM como de interesse Nacional, portaria nº 5197 de 19/12/1973 e Resolução nº 1829 de 11/03/1974.

Em fins de 1979, fundou-se a **SINOP AGROQUÍMICA S.A.**, complexo alcooleiro com capacidade de produção de 150 mil litros/dia, no Município de Sinop-MT.

**HONRARIAS:**  
Por seus méritos pessoais e profissionais, recebeu diversos títulos:

- CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE UBIRATÃ-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE IPORÃ-PR.
- CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE MARINGÁ-PR.
- DIPLOMA CONFERIDO PELO PRESIDENTE DO CONSELHO MMDC, GENERAL WALDOMIRO MEIRELLES MOURA, DECRETO nº 40.087 DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.
- MEDALHA DA SOCIEDADE DOS VETERANOS DE 1932 - MMDC - DO 30º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932.
- TÍTULO E PATENTE DE 1º TENENTE DO EXÉRCITO BRASILEIRO, POR ATO DE BRAVURA.
- DIPLOMA DE SÓCIO HONORÁRIO E FUNDADOR DO COUNTRY CLUBE DE UBIRATÃ.
- DIPLOMA DE SÓCIO HONORÁRIO DO ROTARY DE UBIRATÃ.

- DIPLOMA DE CORRETOR DE IMÓVEIS, PELO SINDICATO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DE MARINGÁ-PR.

## CARGOS E FUNÇÕES:

Diretor superintendente das empresas COLONIZADORA SINOP S/A, com sede estabelecida na cidade de Sinop-MT, e da SINOP TERRAS LTDA, com sede estabelecida na cidade de Maringá-PR, responsáveis pelos maiores planos de colonização, sendo: ESTADO DE MATO GROSSO, com a fundação das cidades de VERA, SANTA CARMEM, CLÁUDIA e SINOP, esta considerada a maior cidade do setentrião de Mato Grosso, ESTADO DO PARANÁ, no noroeste, com a fundação das cidades de TERRA RICA, UBIRATÃ, IPORÃ, FORMOSA DO OESTE, JESUÍTAS, NILZA, YOLANDA, MARAJÓ, CARAJÁ, ADHEMAR DE BARROS E IVERÃ.

## HOMENAGENS PÓSTUMAS:

Através de Lei Municipal, em 14.09.1995, na cidade de Sinop-MT, foi inaugurada a Rua JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO.

Em todos os Municípios fundados pelo GRUPO SINOP, as Câmaras Municipais, em reuniões extraordinárias prestaram homenagens póstumas aos seus fundadores: JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO E ENIO PIPINO.

As Assembléias Legislativas dos Estados do PARANA e MATO GROSSO, em suas sessões, seus líderes, usando das palavras enalteceram os colonizadores JOÃO PEDRO MOREIRA DE CARVALHO e ENIO PIPINO, pelos seus trabalhos colonizatórios na implantação de núcleos rurais, com critérios sadios e no seu planejamento, foi dado um sentido de reforma agrária e fundação de importantes cidades, hoje sede de Municípios e Comarcas.